

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LEIDE SILVA OLIVEIRA ALVES

**JORNALISMO E DISCURSOS: AS CONSTRUÇÕES ENUNCIATIVAS SOBRE
INFÂNCIAS EM JORNAIS IMPRESSOS DO MARANHÃO**

Teresina - PI

2016

LEIDE SILVA OLIVEIRA ALVES

**JORNALISMO E DISCURSOS: AS CONSTRUÇÕES ENUNCIATIVAS SOBRE
INFÂNCIAS EM JORNAIS IMPRESSOS DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na linha de pesquisa Processos e Práticas em Jornalismo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Área de concentração: Processos Comunicacionais

Orientador: Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes.

Teresina - PI

2016

Alessandra Saraiva de Sousa
Bibliotecária CRB 13/505

Alves, Leide Silva Oliveira

Jornalismo e discursos: as construções enunciativas sobre infâncias em jornais impresso do Maranhão / Leide Silva Oliveira - Teresina, 2016.

166f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Centro de Ciências da Educação (CCE) / Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2016.

LEIDE SILVA OLIVEIRA ALVES

**JORNALISMO E DISCURSOS: AS CONSTRUÇÕES ENUNCIATIVAS
SOBRE INFÂNCIAS EM JORNAIS IMPRESSOS DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na linha de pesquisa Processos e Práticas em Jornalismo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Orientador: Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes.

Aprovada em: 16 / 09 /2016.


PROF. DR. PAULO FERNANDO DE CARVALHO LOPES
Presidente


PROFA. DRA. ADRIANA NADJA LELIS COUTINHO
Examinadora


PROFA. DRA. CRISTIANE PORTELA DE CARVALHO
Examinadora

Ao meu Deus.

À minha mãe Socorro, por ser a melhor mãe do mundo.

Ao meu esposo Édem Wayne e nosso filho João Pedro.

Aos familiares, amigos e professores.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu amigo, que edifica a minha casa, que vigia e guarda a minha vida. Ele me livra da violência. Ele ouve a voz das minhas súplicas e cobre a minha cabeça no dia da batalha. Ele recebe a minha oração como incenso. Ele é a minha fortaleza. Quando o meu espírito estava angustiado, Ele me livrou para que eu louvasse o nome d'Ele. A Ele, que dá salvação aos servos, cantarei, bendirei o nome d'Ele para sempre. Grande é o Senhor!

À minha mãe Maria do Socorro, minha joia preciosa, mulher sábia e valente que me ensinou desde sempre o caminho da sabedoria. Ela é uma viúva “pobre”, mas entre todas as que ofertam, a oferta dela é sempre a maior. Na casa dela, o arroz da panela não diminui, quanto mais as pessoas se servem, mais arroz aparece. Não falta azeite na botija dessa viúva! Obrigada, minha mãe, pelas orações diárias e pelas súplicas que fizeste a Deus para me guardar nas viagens que me conduziram à realização dos meus estudos. Eu sei que a senhora me ama e que está sempre torcendo por mim.

Ao meu querido esposo Édem Wayne, pelo amor, companheirismo e paciência. Quando fiz a seleção para este mestrado, eu já havia passado por outras seleções, mas sem obter êxito. Então ele disse: “Tenta mais essa vez!”. Eu tentei e deu certo. Você sabe algumas coisas meu amor. Sabe que eu te amo?! Foi difícil ficar longe de você. Eu sofri, você também sofreu. Que bom que nós vencemos!

Ao meu filho João Pedro, fruto do meu ventre. Ele é como flecha nas mãos do pai dele. Ainda no ventre ouviu sobre: Araújo, Bakhtin, Bourdieu, Foucault, Lopes, Pinto, Verón e tantos outros. Será com quais deles irá se identificar?!

Agradeço de forma especial ao meu orientador, o prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes, pois reconheço a contribuição efetiva dele no processo de feitura da dissertação, não só pelas orientações que foram primordiais para o desenvolvimento da pesquisa e para o meu crescimento acadêmico e intelectual, mas pelas muitas conversas comigo e com outros mestrados ao redor de uma mesa de comida. Comer junto simboliza comunhão. Várias vezes partirmos o “pão”. Para mim, era sempre motivo de alegria. Obrigada por ajudar-me com as incertezas e dificuldades. Obrigada por aceitar estender o prazo quando eu precisei devido às circunstâncias de tristezas (infecção pelo vírus chikungunya) e de alegrias (nascimento de João Pedro). A admiração que tenho pelo senhor transborda os limites da análise de discursos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), pelo apoio imprescindível com bolsa de pesquisa que permitiu a tranquilidade necessária e o fomento para o desenvolvimento de todas as etapas dessa pesquisa.

Aos professores do PPGCOM, tanto aos que tive o prazer de ser aluna como aos que conheci em outras ocasiões. O mestrado em comunicação da UFPI possui excelentes mestres.

Ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí (coordenação e chefia) e todos os demais professores, servidores técnico-administrativos e alunos com os quais tive uma maior aproximação em virtude do estágio docência.

Aos colegas do grupo de pesquisa Jornalismo e Discursos (Jordis), pelas discussões em cada encontro, elas ajudaram-me a desenvolver uma série de habilidades que me foram (e serão) úteis na minha vida acadêmica e profissional.

Aos meus amigos de turma, viagens e churrascos: Eugênio Rego, Carol Reis, Gislane Lima, Isabela Rêgo, Mayara Ferreira, Renan Marques, Socorro Cruz, Thamyres Sousa, Thiago Ramos. Tenho grande admiração por todos vocês.

Aos meus familiares, irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas e sobrinhos: agradeço a todos pela convivência em família. Deus os abençoe sempre.

Aos amigos que dedicaram tempo para fazer downloads de algumas edições dos jornais: Flaviana, Fernando, Gleidysson e Natália. Vocês são na medida certa!

Aos meus irmãos na fé, (Igreja Cristã Maranata e Igreja Presbiteriana de Vila Nova), pelas orações e súplicas a Deus por mim.

Aos meus vizinhos Leila Sousa e Daniel Santos, amigos de longa data, sempre dispostos a ajudar-me.

Aos amigos da Pensão Maranhense, onde residi o tempo que durou o mestrado. Dona Socorro, Marcinha, Cristina, Magalhães, Amanda, Rafael, Daniel, Pâmela, Donizete, Pollyana e todos os outros com os quais convivi. Os almoços de domingo eram os melhores.

À querida amiga Socorro Cruz (vale outra vez agradecer) por tudo que fez por mim. Buscou-me muitas vezes na rodoviária, hospedou-me em sua residência. Serviu-me café da manhã, almoço e jantar. Fez a mim tal qual se faz a um parente querido. Sempre vou lembrar o que fizeste a mim. Obrigada pela amizade!

Àqueles que estiveram torcendo por mim. Obrigada, minha gente. Eu cheguei até aqui, não posso desistir. Valeu muito à pena.

*“Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço
Fazendo alvoroço demais.” (Chico Buarque)*

RESUMO

Esta pesquisa analisa como são produzidas e colocadas em circulação as construções enunciativas sobre infâncias pelos jornais maranhenses *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*. A partir dos pressupostos da Teoria dos Discursos Sociais, busca-se: apontar as estratégias enunciativas utilizadas; identificar os modos de dizer dos dois jornais sobre infâncias; conhecer como cada jornal se posiciona no mercado simbólico quanto ao tema analisado. O método utilizado, a análise de discursos, se interessa pela compreensão dos discursos postos em jogo não para atribuir sentido a eles, mas, para reconhecer os mecanismos pelos quais são postos em jogo, pelo processo de produção social. A escolha dos dois suportes de comunicação que integram a análise assenta-se na premissa de que existem similaridades entre eles, tais como: formato, periodicidade, circulação, entre outros; aspectos necessários, já que se pretende desenvolver uma análise comparativa que se baseia na proposta de Pinto (2002), Lopes (2004), Araújo (2000) e Verón (2004), buscando reconstituir as operações discursivas a partir das marcas presentes nos textos. O *corpus* de análise é composto por 21 matérias que se encontram no intervalo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. Partimos da hipótese de que os jornais constroem discursivamente noções de infâncias onde se cruzam representações de: criança protegida, criança em risco, criança delinquente. Outra hipótese é de que os jornais *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*, ao se reportarem sobre infâncias, utilizam-se de estratégias semelhantes. Entendemos que as construções enunciativas sobre infâncias nos jornais do Maranhão podem ser encontradas na superfície textual, nas marcas formais deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos, seja em caráter de reprodução, manutenção e/ou transformação. Pelo que se pode demonstrar, por meio das análises realizadas, as construções enunciativas sobre infâncias pelos jornais *O Progresso* e *O Estado do Maranhão* engendram regras que constituem níveis relativamente homogêneos do funcionamento tanto em produção como em reconhecimento.

Palavras-chave: Discursos. Infâncias. Jornalismo. Maranhão.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze how the enunciative constructions about childhood are produced and posted into circulation by newspapers of Maranhão state, *O Progresso* and *O Estado do Maranhão*. From the assumptions of the Theory of Social Discourses aimed to point out which enunciative strategies were used; identify how the two newspapers approach about childhood, as well as knowing how each newspaper stands in the symbolic market about the theme analyzed. Indeed, it must be said that the method used, the analysis of the discourses, it is interested in the understanding of the speeches displayed in game, however it do not assign meaning to them, but it recognize the mechanisms by which are put into game by the process of social production. The choice of two communication media support that are part of the analysis is based on the premise that there are similarities between them, such as: format, frequency, circulation and among others; they are necessary aspects as it seeks to develop a comparative analysis that is based on the Pinto's proposal (2002), Lopes (2004), Araújo (2000) and Veron (2004), whom seek to reconstruct the discursive operations from the points that are present in the texts. The analysis corpus consists of 21 newspapers articles that are in the range of January 1 to December 31, 2014. We start from the assumption that newspapers construct discursively notions of childhood where intersect representations about: child protection, child at risk, child offenders. Another hypothesis is concern about newspapers *O Progresso* and *O Estado do Maranhão* whereby they report about childhood using similar strategies. We believe that the enunciative constructions of childhood in the Maranhão newspapers can be found in the textual surface, in formal marks left by the social processes of production of meaning, either in character of reproduction, maintenance and/or transformation. So it is possible demonstrate, by means of analyzes, that the enunciative constructions about childhood in the newspapers *O Progresso* and *O Estado do Maranhão*, engender rules that are relatively homogeneous in the operation levels both in production and in recognition.

Keywords: Discourses. Childhood. Journalism. Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa de <i>O Progresso</i> edição de 30 de julho de 2014.....	83
Figura 2 - Capa de <i>O Estado do Maranhão</i> edição de 22 de julho de 2014	84
Figura 3 - Capa de <i>O Progresso</i> edição de 5 de janeiro de 2014.....	87
Figura 4 - Esquema de Edmund Arnold para zonas visuais.....	91
Figura 5 - Capa de <i>O Estado do Maranhão</i> edição de 5 de janeiro de 2014	93
Figura 6 - Cai o índice de trabalho infantil no Nordeste, de acordo com a Pnad 2013	101
Figura 7 - Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil apresenta avanços e discute plano de ação para 2015	105
Figura 8 - SEMUS realiza programação no Dia Mundial de Conscientização do Autismo	109
Figura 9 - Atividade marca Dia Mundial de Conscientização do Autismo.....	111
Figura 10 - Cerca de 600 meninas já foram imunizadas em Imperatriz com a dose que previne o HPV	113
Figura 11 - Vacinação contra o HPV já imunizou mais de 10 mil meninas em SL	114
Figura 12 - Médico conta sobre parto feito em mulher assassinada e comemora a vida do bebê.....	117
Figura 13 - Cesariana	120
Figura 14 - Criança salva	121
Figura 15 - Mais de cem crianças são beneficiadas com doação de material escolar	123
Figura 16 - O Estado faz doação para Creche Cantinho da Criança, no Radional	125
Figura 17 - Escolas da rede municipal iniciam segundo semestre letivo	127
Figura 18 - Estudantes da rede municipal de Imperatriz podem perder ano letivo	129
Figura 19 - Casos de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes aumentam 20% na cidade.....	133
Figura 20 - Multiplicam-se casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil	134
Figura 21 - Polícia Civil prende acusado de abusar da própria filha de nove anos	137
Figura 22 - Preso pai suspeito de abusar de duas filhas.....	139
Figura 23 - Polícia Militar apresenta seis suspeitos do ataque a ônibus em São Luís.....	142
Figura 24 - Presa quadrilha que ateou fogo em ônibus e matou criança de 6 anos	143
Figura 25 - Comércio “respira” clima da Semana da Criança	147
Figura 26 - Dia das Crianças será de cautela para comércio em São Luís, diz Fecomércio ..	148

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discursos
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPT	Educação Para Todos
FIJ	Federação Internacional dos Jornalistas
GECI	Grupo de Estudos de Educação, Cultura e Infância
JORDIS	Grupo de Pesquisa Jornalismo e Discursos
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
TDS	Teoria dos Discursos Sociais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PERCURSO DA TEORIA DOS DISCURSOS SOCIAIS	18
2.1	A Teoria dos Discursos Sociais	18
2.1.1	Os postulados	20
2.2	Por uma definição de discurso, enunciado e texto	21
2.3	A produção de sentido e as questões do ideológico e do poder	24
2.4	O Contrato de leitura, uma relação dialógica	29
2.5	Polifonia e dialogia	31
2.6	A Heterogeneidade enunciativa	34
2.7	Intertextualidade	36
2.8	O processo produtivo do jornalismo: a notícia, o jornalista e a empresa	38
3	EM BUSCA DAS NOÇÕES DE INFÂNCIAS	43
3.1	Discursos sobre a criança e a infância	43
3.2	As infâncias e as crianças na sociedade contemporânea	48
3.3	Uma reflexão sobre marcos regulatórios	52
3.4	A cobertura das infâncias nos <i>media</i> noticiosos	54
3.5	A UNESCO e os direitos das crianças	58
3.6	Andi e a cobertura da infância	61
3.7	A noticiabilidade sobre as infâncias no Maranhão	62
3.8	As noções de infâncias pelos discursos teórico e institucional	64
4	ITINERÁRIO METODOLÓGICO	71
4.1	Natureza da pesquisa, métodos e técnicas	71
4.2	<i>Corpus</i> de análise	73
4.3	Sobre os jornais impressos do Maranhão	74
4.3.1	Jornal <i>O Progresso</i>	74
4.3.2	Jornal <i>O Estado do Maranhão</i>	76
4.4	As invariantes: suas encenações e enunciações	77
5	OS JORNAIS E A IMAGEM DE SI: FORMAS E MODOS DE SE CONSTITUIR NAS CAPAS	84
5.1	Analisando formas e modos de se constituir de <i>O Progresso</i>	88
5.2	Analisando formas e modos de se constituir de <i>O Estado do Maranhão</i>	93

6	AS CONSTRUÇÕES ENUNCIATIVAS SOBRE INFÂNCIAS EM JORNAIS DO MARANHÃO	101
6.1	Crianças e Estado	101
6.2	Crianças e Educação	124
6.3	Crianças em risco	133
6.4	Crianças em dias “D”	147
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
	REFERÊNCIAS	161

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, crianças e adolescentes, enquanto pessoas em desenvolvimento e em permanente estado de vulnerabilidade, requerem atenção especial do Estado e de toda a sociedade brasileira. Esta premissa está explicitada em leis gerais, como a Constituição Federal de 1988 e específicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A singularidade da doutrina de proteção integral deve-se ao fato de que, para a legislação, crianças e adolescentes passam a ser tratados como sujeitos de direitos.

Apesar de o legislador do ECA ter estabelecido um conjunto de normas cuja função é salvar a infância e juventude de quaisquer formas de negligência, discriminação, violência, exploração, etc., a lei contrasta com o cenário atual, que é permeado pela desigualdade social e por riscos que interferem na proteção dos direitos dos mais novos, apesar das políticas públicas voltadas para a área da infância e da adolescência.

Ao longo de minha formação acadêmica, a infância sempre foi algo que despertou o meu interesse. Principalmente no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em que pude desenvolver estudos relativos à cultura lúdica das crianças indígenas do Maranhão. As pesquisas de campo possibilitaram a compreensão sobre como as crianças Tentehar-Guajajara experienciam suas infâncias no seio da comunidade da qual participam e como experimentam no dia-a-dia a liberdade na vivência do tempo, dos espaços e nas relações sociais.

Paralelamente, comecei a desenvolver pesquisas sobre a infância no âmbito do Grupo de Estudos de Educação, Cultura e Infância (GECI) da Universidade Federal do Maranhão. A participação em tal grupo de pesquisa suscitou o interesse em desenvolver estudos bibliográficos sobre a temática infância. Os estudos impulsionaram a escolha do tema de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo objetivo visou verificar a abordagem sobre a infância em *O Progresso*, um periódico em circulação na cidade de Imperatriz do Maranhão.

Posteriormente, o projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da graduação sofreu alguns acréscimos teóricos e metodológicos, vindo a transformar-se em um projeto de pesquisa vinculado à linha de pesquisa de Processos e Práticas em Jornalismo do Programa de Pós-Graduação em comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Nas primeiras reuniões do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Discursos (JORDIS), já como mestranda na UFPI e na categoria de orientanda do professor Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes, compreendi a importância e a necessidade de desenvolver uma pesquisa que

tivesse relação com a linha e com o grupo de pesquisa no qual estava vinculada, além de produzir estudos que seguissem, de certa forma, as pesquisas do orientador.

Foi a partir dessa compreensão que nasceu o desejo de pesquisar as construções enunciativas sobre infâncias nos jornais do Maranhão, *O Estado do Maranhão* e *O Progresso*. A pesquisa parte da seguinte problematização: como são produzidas e colocadas em circulação as construções enunciativas sobre as infâncias pelos jornais do Maranhão? A pesquisa, fundamentada na Teoria dos Discursos Sociais, visa analisar como são construídos e colocados em circulação os discursos sobre as noções de infâncias pelos periódicos em questão.

Nosso estudo não é sobre a infância como categoria social, nem sobre as crianças enquanto atores sociais, mas, sobre os discursos e as noções de infâncias, ou seja, a função dos discursos na construção, manutenção e transformação das representações que os leitores vão fazer sobre as infâncias, que no nosso entendimento, sofrem, também, influências dos processos sociais, históricos e culturais.

A respeito do conceito de noção, Pinto (1994, p. 25) afirma que “toda noção deve ser considerada como uma unidade cultural, um sistema complexo de representações constituído a partir de um feixe de propriedades empíricas observáveis”. O autor ainda acrescenta as “características culturais admitidas”. Por exemplo, quando examinamos o termo infância, somos amparados por um conjunto de associações que permitirá um número determinado de construções “etapa da vida”, “ser criança”, “brincadeira” “socialização” e é provável que reúna ainda as características “trabalho infantil”, “pedofilia”, “regulação”, “controle”. Logo, o termo infância não tem absoluta liberdade e possui certo grau de restrição, por isso podem haver diferentes construções de enunciados com a mesma palavra.

Vale ressaltar que nesta pesquisa não buscamos o sentido nos enunciados, mas os processos nos enunciados e estes ao produzirem sentido. Consideramos que os processos sociais se materializam nos enunciados e que os mesmos trazem lugares ideológicos. E é devido a este fato - de os enunciados carregarem consigo os processos sociais -, que levamos em consideração os contextos. Desconhecemos algum estudo que se proponha a fazer tal análise acerca da construção discursiva sobre as noções de infância em jornais do Maranhão, de como são construídos os discursos sobre essas noções. Por serem escassos ou inexistentes os estudos com essa temática e abordagem metodológica, esta pesquisa torna-se ainda mais necessária e desafiadora.

A infância, no contexto contemporâneo, tem sido alvo de hipóteses que defendem o fim da mesma. Existem estudos que apontam para a crise da infância ou morte da infância,

seja pela quebra da fronteira que separava o mundo adulto do infantil; e/ou devido à acelerada exposição das crianças a informações propiciadas pela mídia (POSTMAN, 1999; BAUDRILLARD, 1997). Outros consideram que se trata apenas de evidências sobre a ideia de infância como construção social e, portanto, histórica, cultural e socialmente variável (SOUSA, 2009; COHN, 2005; DEL PRIORE 2000).

O fato é que os estudos sobre a infância vêm crescendo consideravelmente no país, pelas mais diversas áreas de conhecimento. Na imprensa, cada vez mais as temáticas relacionadas à infância ganham espaço. É possível, por exemplo, notar essa ampliação do debate sobre tais temas a partir do trabalho realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). Em um dos relatórios em que a ANDI identificou os conteúdos mais frequentes nos principais jornais brasileiros, a educação ficou no topo da lista, sendo seguida por outros quinze, entre os quais destacamos na ordem em que aparecem: direitos e justiça; saúde; violência; terceiro setor e políticas públicas (ANDI, 2000).

Partimos da hipótese de que os jornais constroem discursivamente noções de infâncias onde se cruzam representações¹ de: criança protegida, criança em risco, criança delinqüente. Outra hipótese é que os jornais *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*, ao se reportarem sobre infâncias, utilizam estratégias semelhantes. Entendemos que os discursos sobre as noções de infâncias nos jornais do Maranhão podem ser encontrados na superfície textual, nas marcas formais deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos, que produzem na sociedade modos de dizer sobre a infância, seja em caráter de reprodução, manutenção e/ou transformação dessas noções.

Por isso, nosso objetivo geral é analisar como são produzidas e colocadas em circulação as construções enunciativas de infâncias pelos jornais do Maranhão, *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*. Pretendemos apontar as estratégias enunciativas utilizadas; analisar os modos de dizer dos dois jornais sobre infâncias e crianças; além de conhecer como cada jornal se posiciona no mercado simbólico quanto ao tema analisado. Aliás, é necessário dizer que o método que utilizamos a análise de discursos se interessa pela compreensão dos discursos postos em jogo, não para atribuir sentido a eles, mas, para reconhecer os mecanismos pelos quais são postos em jogo pelo processo de produção social.

Assim, nesta pesquisa utilizaremos um modelo de análise de discursos conforme Pinto (2002), que é 1) dependente do contexto; 2) crítico; 3) relaciona o texto às forças sociais

¹ Tomamos como referência as discussões feitas por Hall (1997), segundo o qual, representação é uma atividade discursiva, a qual faz parte do processo social em que o significado é produzido em intercâmbio com os membros de uma cultura.

que o moldaram; 4) não interpreta conteúdos; 5) usa um conceito de ideologia ao lado do de discurso; 6) trabalha comparativamente; 7) não usa técnicas estatísticas e 8) trabalha com as marcas formais da superfície textual.

Nesta reflexão acerca da construção enunciativa sobre infâncias nos jornais do Maranhão, pela perspectiva da TDS, alguns autores são fundamentais, dentre eles estão: Benveniste (2006); Bakhtin (1997); Foucault (2010), sobre a noção de formação discursiva; Verón (1980/2004); Bourdieu (1989) e novamente Foucault (2001). Também seguiremos uma reflexão guiada por Lopes (2004) acerca do processo produtivo (produção, circulação e consumo) do jornalismo, ou seja, as TDS aplicadas ao jornalismo.

As noções sobre infâncias, a partir da literatura sobre a temática encontrada em Santo Agostinho (2002) e Rousseau (1995), autores que se preocupavam com uma definição de infância, que tratava da natureza da criança; Ariès (1981), com os conceitos sobre infância como construções históricas e sociais; Cohn (2005) e Del Priore (2000), sobre a noção de infância como um processo e não um produto. Ponte (2005), com as contribuições acerca do papel do jornalismo na construção da realidade e como e quando as crianças são notícia. Além destas, as próprias contribuições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É importante ainda destacar que, ao falarmos de infâncias, as entendemos como inerente às crianças e às suas condições de vida. E quando falamos de construções enunciativas sobre infâncias, estamos falando do processo de apropriação da linguagem para dizer algo sobre infâncias.

Desta forma, este trabalho se propõe a dar conta de aspectos relacionados aos discursos sobre as noções de infâncias, partindo dos textos, das marcas textuais. Parte-se dos textos, das marcas textuais que os mesmos apresentam considerando-se, como nos termos de Pinto (2002), que a AD se interessa não só pelo que o texto diz ou mostra, visto que não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas, em como e por que o diz e mostra.

Para organizar a apresentação, o trabalho foi dividido em sete capítulos. O primeiro é este que o introduz. No capítulo dois, a pesquisadora apresenta os pressupostos teóricos da TDS, área de produção de saber que objetiva estudar os fenômenos sociais enquanto fenômenos de produção de sentido (ARAÚJO, 2000). Por meio dessa teoria poderemos descrever as regras do engendramento dos discursos jornalísticos, ora tomados enquanto prática social e lugar de produção de sentido, partindo das marcas enunciativas deixadas nas superfícies textuais.

No capítulo três expõe-se um texto sistematizado, no qual é apresentada toda a literatura que a pesquisadora examinou pertinente ao tema estudado. São abordadas ideias

e/ou argumentos de estudiosos que discutem sobre infância, pesquisas com crianças. Também são citadas as leis e os documentos que asseguram os direitos das crianças e dos adolescentes.

O quarto capítulo traz o percurso na realização da pesquisa, do ponto de vista das escolhas metodológicas. A metodologia de análise baseia-se na proposta de Pinto (2002), Lopes (2004) e Verón (2004), que busca reconstituir as operações discursivas a partir das marcas presentes nos textos. Também apresentamos os dois observáveis (*O Progresso* e *O Estado do Maranhão*), além da descrição das invariantes.

A tônica do capítulo cinco mostra como os jornais *O Progresso* e o *O Estado do Maranhão* constroem a imagem de si; a imagem do leitor e como são postas em circulação as questões sobre infâncias pelos dois jornais, a partir das capas.

No sexto capítulo apresentam-se as análises propriamente ditas, realizadas no *corpus* coletado dos dois jornais. Na análise busca-se as estratégias enunciativas e os recursos discursivos tais como as marcas da polifonia, do dialogismo, do ideológico e do poder. Também foram selecionados alguns tipos de marcas, conforme a relevância delas na construção enunciativa sobre infâncias: a) aspectos formais (gênero, apresentação gráfica, diagramação, ilustração); b) marcadores formais linguísticos: modalizadores adverbiais e conectivos.

Segue-se com a parte final, o sétimo e último capítulo, no qual evidencia-se, sobretudo, que os resultados alcançados são apenas provisórios e situados, pois esta pesquisa não pretende ser o ponto final sobre a temática, mas, um outro modo de olhar para os enunciadores, os discursos, a produção de sentido acerca de infâncias.

2 PERCURSO DA TEORIA DOS DISCURSOS SOCIAIS

Como a abordagem dessa pesquisa desenvolve-se no campo da TDS - área de produção de saber que objetiva estudar os fenômenos sociais enquanto fenômenos de produção de sentido (ARAÚJO, 2000), buscamos apresentar aqui alguns princípios dessa teoria a partir da perspectiva de autores como Pinto (2002); Verón (1980; 2004); Araújo (2000) e Lopes (2004).

No âmbito da TDS, alguns autores são fundamentais, dentre eles estão Benveniste (2006), com a Teoria da Enunciação; Bakhtin (1997), com os conceitos de polifonia e de dialogismo; Foucault (2010), sobre a noção de formação discursiva; Verón (1980), com o conceito de contrato de leitura, Bourdieu (1989) e novamente Foucault (2001), com a discussão sobre poder. Também seguiremos uma reflexão guiada por Lopes (2004) acerca do processo produtivo (produção, circulação e consumo) do jornalismo, ou seja, a TDS aplicada ao jornalismo.

2.1 A Teoria dos Discursos Sociais

Essa teoria vai ajudar a descrever as regras do engendramento dos discursos jornalísticos, ora tomados enquanto prática social e lugar de produção de sentido. Busca-se, a partir das marcas enunciativas deixadas nas superfícies textuais dos discursos, perceber quais mecanismos põem em jogo determinado processo de produção e efeitos de sentido. Isto, por acreditar que é possível chegar ao processo de produção destes seguindo o caminho inverso, isto é, por meio dos vestígios e pistas. Decorre disso o privilégio dado a AD como instrumento metodológico, por ser uma proposta que não se esgota na análise imanente dos textos.

Assim, nesta pesquisa utilizaremos um modelo de análise de discurso nos termos de Pinto (2002), que é 1) dependente do contexto; 2) crítica; 3) desconfia da letra do texto e o relaciona às forças sociais que o moldaram; 4) não interpreta conteúdos; 5) usa um conceito de ideologia ao lado do de discurso; 6) trabalha comparativamente; 7) não usa técnicas estatísticas e 8) trabalha com as marcas formais da superfície textual.

Segundo Pinto (2002), a análise de um texto, tem como ponto de partida o próprio texto, mas não se trata simplesmente de uma análise de textos, pois os conceitos de discursos em jogo envolvem: texto, contexto, prática discursiva, estrutura social. Desse modo, entendemos que o modelo escolhido de AD vai justamente corroborar no sentido de

descrever, explicar, avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo que estão vinculados aos observáveis em estudo - os periódicos do Maranhão (*O Estado do Maranhão* e *O Progresso*) - na tentativa de entender como os mesmos produzem e colocam em circulação as construções enunciativas de infâncias. E para podermos reconstituir as operações discursivas a partir das marcas presentes nos textos, conforme Verón (2004), utilizar-se-á da análise comparativa para confrontar os dois periódicos, pois pela comparação as singularidades de cada um podem ser estabelecidas.

Como a AD se interessa não só pelo que o texto diz ou mostra, visto que não é uma interpretação semântica de conteúdos, ela se interessa em como e por que o diz e mostra (PINTO, 2002). Conforme Pinto (2003, p. 1):

A análise de discursos não tem a pretensão de (re)traçar as causas econômicas, sociais e políticas da violência que atravessa a sociedade atual, mesmo porque isto já foi feito exaustiva e repetitivamente pelos filósofos, cientistas sociais e pelos políticos. Mas ela tem muito a dizer sobre a função que os discursos têm na construção, reprodução e transformação das representações do mundo que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem em processos de comunicação, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia a dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar “dar a última palavra”, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso.

Com base nestes pressupostos, os textos dos jornais analisados nesta pesquisa são avaliados para além do valor imediato, não são vistos como transparentes ou independentes. Também se considera que não é possível descrever tudo e nem dar conta de todo o funcionamento discursivo. Mas, isto não impede que se estabeleçam relações entre o textual e o extratextual, já que o sentido está disseminado em toda a matéria significativa.

Assim, recorrendo ao referencial teórico-metodológico da TDS, serão investigados os modos de dizer, os modos de mostrar e os modos de seduzir; além de perceber os traços recorrentes e invariantes de operações de enunciação a partir das marcas que estas deixaram na superfície textual. Portanto, não se trata de análise de conteúdo.

Para tanto, faremos um percurso que abordará noções de enunciação, discurso, produção de sentido, dialogia, polifonia, heterogeneidade enunciativa, ideológico e poder. O quadro de onde fluem as contribuições é composto por diferentes autores, mas que possuem um princípio em comum: apresentam conceitos que causaram mudanças nos estudos sobre a linguagem (sobretudo, os discursos sociais). Cada um contribuiu, à sua maneira, para o avanço da pesquisa semiológica (e seus dois núcleos: teoria do sujeito e teorias dos discursos sociais), principalmente daquela filiada à escola francesa de AD.

2.1.1 Os postulados

Pinto (1994) propõe os princípios teórico-epistemológicos básicos da TDS sob a forma de postulados, listados a seguir de modo sumário:

1) A heterogeneidade enunciativa – é contrária à unicidade do sujeito, isto é, de que a pessoa que fala é a única responsável pelas representações verbais ou não-verbais. Conforme Pinto (1994), a heterogeneidade enunciativa manifesta-se em um texto de duas maneiras: como polifonia ou heterogeneidade mostrada, e como heterogeneidade constitutiva. A primeira manifesta-se de forma explícita por uma multiplicidade de vozes, haja vista os interesses comunicacionais em cada ato enunciativo; a segunda manifesta-se pelo entrelaçamento e pluralidade de vozes advindas de outros discursos originados na história e na cultura. O autor caracteriza ambos como “um conjunto de textos, já dados na cultura, que são citados pelo presente, o que se chamou de intertextualidade” (PINTO, 1994, p. 18). Segundo este postulado da heterogeneidade enunciativa, podemos fazer a distinção entre os três tipos de sujeitos que constituem o discurso, a saber, os do enunciado, o da enunciação e o falado.

Reconhecidas estas ressalvas, classificamos os três tipos de sujeito. O sujeito da enunciação é a imagem daquele que se apresenta como emissor e responsável pelo discurso; o sujeito do enunciado corresponde à imagem daquele a quem se fala, o receptor; e o sujeito falado é aquele de quem se fala, ou se reconhece nos enunciadores atribuídos pelo emissor.

Lopes (2004) traz os seguintes exemplos: a) o sujeito empírico, isto é, o sujeito de carne e osso – o jornalista, no momento em que escreve a matéria; b) sujeito do enunciado – aquele que age e fala no texto, é o *quem* do acontecimento que o jornalista mobiliza; c) sujeito da enunciação – são as posições discursivas com as quais o jornalista se identifica, e que são responsáveis pelas representações presentes no enunciado, em outras palavras, é o sentido que o próprio emissor – neste caso, o jornalista -, reivindica para si mesmo com o texto.

Pinto (1994) chama a atenção para a necessidade de se fazer distinção entre emissor e enunciadores: o primeiro é responsável para pôr em cena um ou mais enunciadores, ou seja, o emissor reivindica vozes que legitimam sua própria imagem e faz isto de forma implícita ou explícita, seja por meio de discurso direto ou indireto, uso de aspas, uso de itálico, entre outros.

2) Semiose infinita – está na essência das considerações de Foucault (2010) sobre formação discursiva, ou seja, os enunciados estão sempre vinculados a outros que os precedem e os sucedem *ad infinitum*. Bakhtin (1997a, p. 414) também considera o enunciado como um elo em cadeia. Deixa claro neste fragmento: “Não há uma palavra que seja a

primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado)”. Para ele, os enunciados nunca estão estabilizados, isto é, acabados de uma vez por todas. Eles podem ser modificados à medida que o diálogo se desenvolve. Segundo Araújo (2000), a semiose acontece em enunciados, textos e discursos; e nestes, o sentido dificilmente pode se esgotar por inteiro.

3) Economia política do significante – este postulado afirma que os produtos culturais operam segundo a lógica própria de mercado, isto é, produção, circulação e consumo de produtos. A diferença é que neste mercado as relações são negociadas discursivamente e têm como objetivo a disputa de sentidos, isto é, os sujeitos negociam sentidos. Todavia, é preciso lembrar que estes sujeitos não têm total controle sobre seus discursos. Conforme Lopes (2004), em sua prática internalizada e rotinizada, o sujeito não se dá conta de seus limites e de que as escolhas que faz não são tão livres. Trazendo esta noção para o espaço dos discursos, percebemos como estes adquirem condição significante; dadas as condições de sua produção, circulação e consumo simbólico.

Sobre isto, Pinto (1994, p. 16) afirma que “todo objeto significante é produzido num dado contexto histórico, circula no meio social e é consumido, real e simbolicamente”. Conforme este autor, ao se examinar as condições de produção, circulação e consumo, deve-se observar, “(1) as determinações responsáveis pelas escolhas, conscientes ou não, feitas por ocasião do engendramento de um discurso ou de um tipo de discurso, e (2) as determinações que regem as restrições que organizam a sua recepção”. Este postulado permite-nos entender como os sujeitos se posicionam discursivamente no mercado simbólico na disputa para construir o sentido, e quais estratégias adotam para se manterem na concorrência.

2.2 Por uma definição de discurso, enunciado e texto

Há uma proliferação do termo “discurso” empregado tanto no singular como no plural. Mas, o que se entende por discurso? Maingueneau (2013) e Orlandi (2001) discorrem sobre os empregos usuais do termo. Para estes autores, no uso comum, discurso pode ser o nome dado aos enunciados feitos em solenidades (por exemplo, “o discurso da presidente Dilma Rousseff”) ou pode ser confundido com “fala” conforme a dicotomia língua/fala proposta por Saussure (“Isso aí é só discurso”).

Discurso ainda pode designar sistema de produção de texto ou próprio conjunto de textos. Para Benveniste (2006), discurso designa a instância da enunciação, o “eu-aqui-agora”

do falante que supõe um locutor e um ouvinte, ou seja, ao dizer algo, o locutor se coloca como sujeito e remete a si próprio como *eu* em seu próprio discurso.

Conforme Pinto (1994a), a noção de discurso, como unidade de análise, ocupa o lugar antes reservado ao de signo (da Linguística estruturalista). Nessa substituição do signo pelo discurso, também substitui-se significado (entidade abstrata postulada por Saussure) por sentido. Haja vista que a significação é construída, seja pela enunciação ou pelas condições de fala conforme o contexto, o que permite relacionar discurso às suas condições de produção.

Tem-se, portanto, a noção de discurso como uma prática, sobretudo, social. Essa prática se caracteriza por representar e significar o mundo. Conforme Lopes (2004), levar esta afirmação em conta implica dizer que os discursos não agem sozinhos, possuem relação dialética com a estrutura social. Existem dentro de um contexto e contribuem para definir seu contexto, até mesmo modificá-lo. O conceito de discurso como prática social pode ser melhor entendido se recorremos à Foucault (2010, p. 54-55),

[...] gostaria de mostrar que os “discursos”, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos.

Foucault (2010, p. 133) afirma que prática discursiva é

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística [sic], as condições de exercício da função enunciativa.

Para o autor, o discurso forma os objetos e também dá a eles sentido, mas isto depende das condições históricas de produção. Ou seja, os discursos agem conjugados a outras práticas sociais e limitados pelas relações e lutas de poder nas estruturas sociais que engendra na produção de sentidos, o que deve ou não ser dito.

Para a TDS, os discursos não são espaços de entendimento e solidariedade, pelo contrário, se tomarmos o ponto de vista de Bakhtin (1997), os discursos são espaços de confronto de interesses. Em virtude disso, é possível perceber os embates discursivos e a luta

por uma posição hegemônica na busca de dar a última palavra. Conforme Pinto, “é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar ‘dar a última palavra’, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso” (2002, p. 28).

Já o conceito de enunciado apresenta-se claramente na teoria da enunciação de Benveniste (2006). Para ele, é a intervenção do sujeito que faz o discurso entrar em funcionamento, já que “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Então, enunciar é dizer, e, portanto, enunciação é o ato de dizer, e o enunciado, por conseguinte, é o dito.

De acordo com Benveniste (2006), toda vez que um “eu” fala, ele fala para um “tu”. No ato enunciativo, o sujeito locutor define não apenas a sua posição do “eu”, mas também a do “tu”. O autor afirma que “toda a enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Assim, são definidos os três tipos de sujeitos: os do enunciado, da enunciação e o falado. Estes sujeitos ocupam posições e lugares diferentes e isto se explicita na tessitura dos textos. Outro aspecto importante a ser salientado sobre o conceito de enunciado proposto por Benveniste (2006) é que é possível reconstituir o momento da enunciação ao se debruçar sobre o enunciado, pois é no enunciado que as vozes sociais se estruturam.

Ducrot (1987), ao designar por enunciação a aparição de um enunciado e não ato produzido por alguém, entende que é o próprio enunciado o responsável por estabelecer indicações sobre os autores da eventual enunciação. Nas palavras do autor, a enunciação é

[...] o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo ‘enunciação’. (DUCROT, 1987, p. 168)

Diante do exposto, percebe-se que o autor não toma partido preliminarmente a fim de apontar a fonte de origem do enunciado, e faz isto porque sua pretensão é construir um conceito de enunciação que não se encerra na noção de sujeito falante. Na análise de um enunciado num texto jornalístico, busca-se, *a priori*, os enunciadores e as estratégias enunciativas, seja no próprio texto, nas legendas ou nas fotos. Os sujeitos que se materializam nos textos deixam suas marcas e negociam o tempo todo um modo de aparecer (a distinção destes sujeitos será feita mais adiante, no item 2.4).

Para Pinto (2002), o enunciado “é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado” e a “enunciação é o ato de produção de um texto” (2002, p. 32).

Segundo o autor, para a AD, cada texto pertence a um gênero ou a uma espécie de discurso para os quais é possível determinar o dispositivo de enunciação, que são os lugares de fala, isto é, a maneira que uma determinada prática utiliza para se constituir.

A concepção de texto que utilizaremos é a proposta por Pinto (2002), ou seja, texto são os produtos culturais na forma de linguagem verbal, oral ou escrita e outros sistemas semióticos. O autor cita alguns exemplos, tais como: anúncios publicitários; capas de periódicos; programas de televisão e de rádio; entrevistas médicas; textos jornalísticos impressos; discursos políticos, entre outros.

As noções de discurso, de enunciado e de texto apontam para o fato de que os mesmos são fenômenos de produção de sentido, isto é, devido ao lugar onde são constituídos, que por sua vez é definido como o lugar do trabalho social de produção do sentido (ARAÚJO, 2000). Aliás, é necessário dizer que a compreensão dessas instâncias postas em jogo não é porque visamos atribuir sentido a elas, a busca é de reconhecimento dos mecanismos pelos quais são postas em jogo pelo processo de produção.

Vimos em Benveniste (2006) que o modo de fazer o discurso funcionar é pela intervenção do sujeito, que nele investe sua subjetividade. Isto nos leva a pensar que não existe um único discurso, mas há discursos que são enunciados por um interlocutor a partir de um lugar, um tempo e um contexto, segundo as condições de produção de sua enunciação. Dessa dinâmica importa o processo e os sentidos nele produzidos.

2.3 A produção de sentido e as questões do ideológico e do poder

Para a TDS, todo fenômeno social é um processo de produção de sentido e os produtos culturais podem ser entendidos como discursos e estes remetem sempre uns aos outros (PINTO, 2002). Como mencionado em tópico anterior, o conceito de discurso ocupa o lugar que antes era reservado ao signo (da linguística estrutural). A proposta teórica desenvolvida aqui sugere a substituição de significado pelo termo sentido. O primeiro é entendido como algo pronto e acabado, imanente e estável. O segundo, pelo contrário, é dinâmico, plural e dependente da situação de comunicação.

Nos estudos da linguística, o sentido não era pensado de outra forma que não fosse binária, mas houve os que deram resposta diferente daquela adotada pela linguística, dois nomes: Peirce e Frege. Ambos propuseram um modelo ternário para a compreensão do sentido. O primeiro desenvolveu os conceitos de objeto, signo e interpretante; o segundo desenvolveu os termos expressão, sentido e denotação (VERÓN, 1980).

Verón (1980) afirma, a partir do modelo de Frege, que “o sentido concerne à produção do dispositivo significante: quando se emprega uma expressão no lugar de outra, o sentido muda” (p. 179). Isto porque o sentido é socialmente produzido. Por isso, um mesmo texto, pronunciado em contexto diferente, também muda de sentido.

Do modelo peirciano, Verón (1980) elabora uma leitura própria. Nas palavras do autor,

a semiose é ternária, social, infinita, histórica. É ternária porque é sempre *mediação*. A rede semiótica não é senão o tecido multidimensional de mediações que se encadeiam, repetindo sem cessar o processo a mercê do qual qualquer coisa é posta em relação com outra por meio de uma terceira. Esse processo se desenvolve ao infinito em todas as direções. [...] Esse tecido tece também os sujeitos, *cujas constituição como atores sociais não é senão a atualização dessa tecedura* (VERÓN, 1980, p. 189, grifo nosso).

Verón (1980) situa as reflexões evocadas por Frege e Peirce, aplicando-as às problemáticas dos discursos sociais, tomando com ponto de partida o sentido produzido. Para ele, a análise do sentido “repousa na hipótese, fundamental, de que o sistema produtivo deixou traços nos produtos; por outras palavras, que o primeiro pode ser (fragmentariamente) reconstruído a partir de uma manipulação dos segundos” (p. 189). Parte disso a hipótese de que a análise dos produtos visa os processos. Por isso, o autor fala de condições de produção, de circulação e de consumo², isto é, um processo semiótico que remete a vínculos mantidos pelos mecanismos do funcionamento social.

Para Verón (1980), o sentido é o produto de um trabalho social, ou seja, engendrado por práticas. Já que o sentido emerge como um produto de práticas sociais, tem-se que lidar com o ideológico e o poder. O primeiro remete às condições de produção dos discursos, já o segundo diz respeito às gramáticas de reconhecimento, aos efeitos discursivos. Bakhtin (1997) já considerava a separação da língua de seu conteúdo ideológico como um dos erros do objetivismo abstrato. Para ele, a língua, as palavras (os discursos) estão sempre carregadas de um sentido ideológico, que leva em conta as determinações sociais.

Para Verón (1980), o sentido está em toda a parte no funcionamento de uma sociedade, o ideológico e o poder também, mas isso não quer dizer que tudo se reduz a eles, há muitas outras coisas que se entrecruzam na semiose social, rede de significante infinita. Ideológico e poder são dimensões de análise dos fenômenos sociais, ao passo que o autor

² Verón (1980) prefere chamar consumo de reconhecimento, já que o termo consumo dá impressão de ser um termo econômico.

identifica dois tipos distintos de gramáticas: a de produção (remete ao ideológico) e a de reconhecimento (remete ao poder). Voltaremos a este ponto nos parágrafos adiante.

Cumpre-nos agora voltar à problemática do ideológico e do poder para tentar situá-los em função das reflexões teóricas de Verón (1980). Para começar, o ideológico. Ideológico é algo que deriva de uma ideologia, e são estas que presidem a ordem do discurso. Mas nem todos os teóricos possuem uma mesma noção sobre as ideologias, há os que defendem uma perspectiva dialética relacional (FAIRCLOUGH, 2001); outros, a sociocognitiva (VAN DIJK, 2012), isto apenas para citar algumas, pois há outras. Sobre a primeira perspectiva, faremos alguns apontamentos em relação ao conceito de ideologia.

Fairclough (2001), ao pensar o conceito de ideologia, recorre às contribuições do marxismo a partir de Gramsci³ e da teoria dos aparelhos ideológicos de estado de Althusser. Ele, Fairclough (2001), propõe três assertivas acerca de ideologia, a saber: em primeiro lugar, a ideologia possui existência material nas práticas das instituições, nas práticas discursivas destas; segundo, a ideologia interpela os sujeitos e, terceiro, os aparelhos ideológicos de estado apontam para a luta que há no discurso e como este é orientado ideologicamente. Para Fairclough (2001, p. 117), as ideologias

são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

O autor entende que as ideologias podem ser encontradas nas práticas discursivas e servem para estabelecer e manter relações de dominação, isto é, o autor não descarta o fato de que algumas ideologias, quando naturalizadas, atinjam o *status* de ‘senso comum’, mas procura enfatizar, sobretudo a luta ideológica capaz de remodelar as práticas discursivas e as próprias ideologias que nelas se constroem. A concepção do autor é a de que as ideologias localizam-se tanto nas estruturas como nos eventos discursivos.

Para Verón (1980), ideologia “é uma gramática de engendramento de sentido, de investimento de sentido em matérias significantes”, pois ela “não pode, por conseguinte, ser definida no nível dos ‘conteúdos’” (p. 197), embora possa se manifestar sob a forma de conteúdo. Decorre daí o entendimento do autor sobre o ideológico como um sistema de

³ O conceito de hegemonia é central na teoria gramsciana. A hegemonia é mais que a dominação sobre as classes subalternas e foco de luta entre as classes sobre aquilo que querem construir, manter ou romper (FAIRCLOUGH, 2001).

relações entre um dado conjunto de significante e as condições sociais de produção. O ideológico é o nome das condições que tornam possível o conhecimento.

Além do ideológico, o poder é outra dimensão que atravessa a extensão da sociedade quando se olha pelo lado do reconhecimento (VERÓN, 1980). Para este autor, a noção de poder designa os efeitos de discurso, pois

[...] esses efeitos não podem ter outra forma que não seja de uma outra produção de sentido. Já o dissemos: todo reconhecimento engendra uma produção, toda produção resulta de um sistema de reconhecimento. Se tal tipo de “mensagem” dos *mass-media* tem efetivamente um poder sobre os “receptores”, como se diz, esse poder só existe sob a forma de sentido produzido: comportamento, falas, gestos, que definem, por sua vez, relações sociais determinadas entretidas por esses “receptores” e que se entrelaçam assim na rede infinita da semiose social. (VERÓN, 1980, p. 197)

O autor relaciona a problemática do poder à etapa final do processo de circulação dos sentidos, a de reconhecimento. Ou seja, para ele o poder designa efeitos de discurso que tem a forma de outra produção de sentido. É no reconhecimento do discurso pelos receptores que se instauram as relações de poder. Para explicar melhor a noção de poder, Verón (1980) convoca Foucault para dizê-lo. É o que também faremos.

O poder, para Foucault (2001), não está em um determinado lugar. “Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2001, p. 141). Para este autor, o poder não é instituição, nem estrutura, nem tampouco potência de que alguns se dotam, é uma situação estratégica complexa numa dada sociedade. O autor percebe o poder enquanto produto do conhecimento, isto é, a concepção de poder aproxima-se da concepção de saber. O autor se interessou em saber como o poder é exercido, por isso a temática se estende por sua obra. Tanto que o autor cunhou os termos, poder disciplinar e biopoder⁴.

Bourdieu, do mesmo modo, elaborou uma teoria acerca do poder, a qual possui como base os conceitos de campo e de *habitus*. Sendo o primeiro um espaço social estruturado, um lugar de forças e dotado de leis próprias e o outro se refere à maneira de ser dos agentes. Em síntese, são, respectivamente, uma estrutura social e uma disposição de agir que é ao mesmo tempo estrutura e estruturante (BOURDIEU, 2004). Sobre o conceito de poder simbólico, citemos ainda este autor. Segundo ele,

o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do

⁴ Sobre o assunto veja: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 e *História da sexualidade*. vol. 1. *A vontade de saber*. RJ: Ed. Graal, 1999.

mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

O autor defende que as relações de comunicação, além de envolverem relações de poder, são também dependentes do capital simbólico dos agentes⁵ envolvidos (BOURDIEU, 1989). Para ele, as relações de poder derivam do capital simbólico. O capital simbólico pode ser entendido mais que o acúmulo de bens e riquezas, envolve também acúmulo de conhecimento e de relações sociais. É desse capital simbólico que o autor afirma que emana o poder simbólico. Ou seja, os agentes em um campo ocupam posições que dependem do capital que possuem e das estratégias que conservam ou transformam a estrutura (BOURDIEU, 2004).

Tanto Bourdieu como Foucault têm em comum o fato de terem rompido com a tradição que percebia o poder pelas vias das instituições estatais, pois, para eles, as relações de poder estão para além das relações atreladas à economia e ao Estado⁶. Nestes autores o conceito de poder relaciona-se a uma condição de liberdade e de emancipação. Todavia, o tema é complexo e de alguma maneira o apresentamos com certo reducionismo. No entanto, tem-se o entendimento de que o sujeito em Foucault é assujeitado, isto é, produzido pelas relações de poder, pela luta que se trava dentro das instituições em determinado período histórico; já o sujeito (agente), em Bourdieu, é ativo e exerce sua luta dentro de um campo no qual está inserido e cuja posição depende de seu capital.

Ora, toda essa discussão sobre a ordem do ideológico e do poder é sugerida por Verón (1980), sobretudo para esclarecer que elas são distintas apesar de estarem ligadas pelos sujeitos, como um ponto de passagem, ou seja, entre as condições de produção e processos de produção e as condições de reconhecimento e processos de reconhecimento, pois há um sujeito.

Assim, temos tanto o ideológico quanto o poder como dimensões indispensáveis à compreensão da produção e reprodução do funcionamento de uma sociedade, e, no caso desta pesquisa, o ideológico está relacionado às condições de produção dos discursos sociais sobre as noções de infâncias; e o poder diz respeito aos efeitos discursivos, isto é, o consumo

⁵ Bourdieu utiliza o termo agente numa espécie de crítica ao estruturalismo que retirou o sujeito enquanto ser atuante na estrutura. Ele recolocou o sujeito na estrutura, mas o nomeia de agente.

⁶ Em Hobbes (2006), o poder é dado ao Estado a partir de um contrato que tem como objetivo estabelecer a paz, já que os homens em estado de natureza vivem em “guerra de todos contra todos”. Outra herança é a de Max Weber, autor que discorre acerca da violência física enquanto instrumento legítimo de poder (WEBER, 2010).

discursivo das noções de infância, mas não apenas isto, ele atravessa transversalmente os vários elementos do estudo.

2.4 O Contrato de leitura, uma relação dialógica

As considerações sobre contrato de leitura relacionam-se intimamente com a dupla produção e recepção (Verón prefere chamar esta última de reconhecimento), e, conseqüentemente, com o par enunciado e enunciação. Como mencionado, o enunciado é da ordem do que é dito e a enunciação diz respeito ao dizer e suas modalidades, as maneiras de dizer. Esta distinção entre enunciado e enunciação poder ser aplicada ao discurso da imprensa escrita, além de ser essencial para compreender seu funcionamento (VERÓN, 2004).

Conforme Verón (2004), em um discurso de qualquer natureza, as modalidades do dizer formatam o que ele chama de dispositivos de enunciação. Estes dispositivos comportam: a) o enunciador, a imagem (em sentido metafórico, trata-se do lugar, ou dos lugares) daquele que fala e a imagem que atribui a si. Há uma relação daquele que fala com aquilo que ele diz; b) o destinatário, a imagem daquele a quem o discurso é dirigido. O enunciador, enquanto produtor do discurso, constrói o seu lugar e também o do seu destinatário; c) a relação entre o enunciador e o destinatário no e pelo discurso. Para o autor, enunciador e o destinatário são instâncias discursivas, são lugares que se assumem em um discurso, não têm existência no mundo real.

Verón (2004), pensando a relação produção/recepção, desenvolveu o conceito de contrato de leitura. Segundo ele “todo suporte de imprensa contém seu dispositivo de enunciação: este pode ser coerente ou incoerente, estável ou instável, adaptado a seu público (leitorado) ou mais ou menos inadaptado” (p. 218). Vejamos a seguinte definição:

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; em uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas (VERÓN, 2004, p. 236).

Este conceito de contrato de leitura tem a ver com expectativas. O enunciador, ao se apropriar da língua e a pô-la em funcionamento, constrói uma imagem de si, a qual remete ao destinatário. Dito de outra forma, há um complexo jogo de imagens: a imagem que o enunciador tem de si ou pensa que tem e a imagem que gostaria de ter; e a imagem que ele tem do receptor, ou que pensa que o receptor tem de si, ou que gostaria que o receptor tivesse.

Citemos ainda Verón (2004): “a análise semiológica tem por fim identificar e descrever todas as operações que, no discurso do órgão, determinam a posição do enunciador e, por consequência [sic], a do destinatário” (p. 233).

Sobre isso, o autor faz três observações: a primeira, a análise não trabalha apenas sobre um só órgão, a análise é sempre comparativa. Assim, é possível identificar as diferenças entre os órgãos e as especificidades de cada um. Segunda observação, as operações analisadas são regulares, constituem invariantes, modalidades de discursos que se repetem. E terceira, a análise consiste, a princípio, em identificar e descrever as operações enunciativas, para em seguida compreender as relações entre estas mesmas operações.

Por isso, “uma análise do dispositivo de enunciação é o que eu chamo de uma análise em produção, mas o contrato se complementa, mais ou menos bem, no leitor: no reconhecimento” (VERÓN, 2004, p. 234). Para este autor, é pelo estudo do contrato de leitura que se pode descobrir precisamente as especificidades de cada órgão (de imprensa, neste trabalho) e comparar esta especificidade vis-à-vis com seus concorrentes.

Verón (2004), em seus estudos sobre contratos de leitura em revistas e periódicos, sugere que os contratos sejam estabelecidos logo na capa, onde o leitor tem seu primeiro contato com a publicação. Na capa, o enunciador pode interpelar o destinatário ou, ao contrário, mantê-lo à distância. O autor considera que as modalidades de enunciação na capa de um órgão de imprensa são um fator crucial na construção do contrato, pois ela revela a natureza coerente ou incoerente do contrato.

O contrato se estabelece quando os interlocutores se reconhecem nos discursos uns dos outros. A partir deste reconhecimento criam-se os vínculos. Isso implica em um modelo de comunicação que rompe com a clássica noção linear de sistema de comunicação (entre eles estão, por exemplo, os de Lasswell, Shannon e Weaver e Schramm) por um modelo de dialogismo dos pressupostos de Bakhtin. Por isso, nessa abordagem sobre contrato de leitura é possível afirmar que o enunciador, por meio de modos de dizer, negocia sentidos com os receptores. Ou seja, o reconhecimento por parte dos receptores influencia igualmente os modos de dizer do enunciador. Há uma relação de simbiose entre eles.

Conforme Pinto (2002), os modos de dizer podem ser explicitados em: (1) modos de mostrar, (2) modos de interagir e (3) modos de seduzir. Os primeiros podem ser reconhecidos pelo uso referente da linguagem e outras semióticas quando criam os universos de discurso no processo comunicacional. Os modos de interagir são reconhecidos pelo uso da linguagem e de outras semióticas na construção de identidades e de relações sociais. E por

fim, os modos de seduzir que se dão pelo uso da linguagem e de outras semióticas visando o consenso do discurso em jogo.

Patrick Charaudeau (2006) ressalta, a respeito dessa interação entre enunciador e receptor, que ela precisa ser regulada por um contrato. Numa reflexão que se aproxima da de Verón, ele diz que

a situação da comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, na qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constituem seu valor simbólico. Como se estabelecem tais restrições? Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos por justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim se constroem as convenções e as normas dos comportamentos linguajeiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana. (CHARAUDEAU, 2006, p. 67)

Na concepção deste autor, aqueles que querem se comunicar submetem-se às restrições da situação de comunicação. Isto é, enunciador e receptor devem ter a capacidade de reconhecer tais restrições. É este reconhecimento recíproco que os liga por uma espécie de acordo, um contrato de reconhecimento das condições das trocas discursivas entre os envolvidos, o que o autor denomina de contrato de comunicação.

É deste modo que entendemos o conceito de contrato de leitura como uma proposta que dá mais ou menos liberdade aos receptores ao tentar estabelecer com estes uma relação dialógica, que põe em questão a alteridade na produção discursiva. Assim, reiteramos a ideia de que contrato de leitura remete à dupla produção e recepção, isto é, aos dispositivos de enunciação e estes ao ideológico e ao poder regulados por suas gramáticas.

2.5 Polifonia e dialogia

Em tópico anterior, vimos como os postulados de Pinto (1994) foram influenciados pelas teorias do russo Mikhail Bakhtin. Este autor teceu críticas ao estruturalismo e à corrente teórica ligada a Ferdinand de Saussure, denominada por ele de objetivismo abstrato, uma das críticas refere-se ao fato destes privilegiarem a *langue* (social) em detrimento da *parole* (individual).

Saussure (2006), em seu *Curso de Lingüística Geral*, propõe uma teoria dos signos cuja ideia fundamenta-se na divisão entre língua e fala. Para ele, a língua tem um aspecto social e a fala o individual. Nas palavras do próprio Saussure (2006), ao separar a língua da fala “separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é

essencial do que é acessório e mais ou menos accidental” (p. 22). Para Bakhtin (1997), o importante é a fala, a enunciação, e esta é que deve ser tomada como objeto de estudo da linguística.

Conforme Bakhtin (1997), os adeptos do objetivismo abstrato não compreenderam o funcionamento da língua como sistema objetivo, pois não conseguiram captar o ponto de vista da consciência subjetiva do locutor. Pois o locutor não se serve da língua como se ela fosse um sistema de normas imutáveis. Nas palavras de Bakhtin (1997, p. 92-93), para o locutor:

o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. Este é o ponto de vista do locutor.

O mesmo se dá com o receptor, isto é, a tarefa dele de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, apenas compreendê-la num contexto preciso e concreto. Ou seja, ele precisa perceber o caráter de novidade e não somente que esteja em conformidade à norma. Em outras palavras, para o receptor, a língua deve ser utilizada de forma variável e flexível e não como um sinal imutável. Diante disso, o autor considera que a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, apenas com a linguagem conferida em contextos de enunciações precisas.

Até aqui discorremos sobre a crítica de Bakhtin (1997) ao objetivismo abstrato, quanto à noção de língua e fala. Mas há outro ponto de discordância entre o autor e os adeptos dessa corrente teórica, e relaciona-se com o fato de como estes encaram a fala, como um fenômeno individual, diferente de Bakhtin (1997), que a encara como social. Isto porque o autor concebe o enunciado como polifônico, ou seja, a enunciação não é monológica, individual e isolada. Pois, segundo ele, a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas nem pela enunciação isolada, nem pelo ato psicofisiológico. A verdadeira substância da língua constitui-se pela interação verbal realizada por meio da enunciação ou das enunciações. Sendo o diálogo uma das formas mais importantes da interação verbal.

Para Bakhtin (1997), os enunciados vinculam-se a outros enunciados, o que equivale dizer que os discursos são impregnados por vozes de outros discursos. Esta multiplicidade de vozes o autor chama de polifonia. Dito de outra maneira, significa que um texto não possui um único autor, assim como as representações nele presentes, característica

que constitui a sua heterogeneidade. Outra questão sobre o pressuposto da polifonia é de que ela põe em xeque o ideal de solidariedade, ou seja, os discursos são percebidos não como espaço de entendimento, mas de confronto.

Outro conceito fundamental no pensamento bakhtiniano e que está intrinsecamente ligado ao de polifonia é o dialogismo. Além de detectar as vozes, é possível perceber como elas dialogam. O princípio dialógico refere-se a “uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997a, p. 346). Essa relação dialógica colabora com a alteridade, isto é, com as relações que se estabelecem entre o “eu” e o “outro”. O autor argumenta:

Desse modo, o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria, ou seja, a do outro, e a do enunciado que o acolhe. Observam-se esses fatos acima de tudo nos casos em que o discurso do outro (ainda que se reduza a uma única palavra, que terá valor de enunciado completo) é abertamente citado e nitidamente separado (entre aspas) e em que a alternância dos sujeitos falantes e de sua inter-relação dialógica repercute claramente. (BAKHTIN, 1997a, p. 319)

Há uma alternância dos sujeitos falantes, ou dos locutores. Um após o outro numa atitude responsiva, baseada em determinada compreensão, seja pela entonação que demarca o discurso do outro ou pelas aspas no discurso escrito. Para Bakhtin (1997a), o sujeito e os discursos são constituídos pela interação (relações dialógicas) que se estabelece destes entre si, e com a realidade social que os envolve.

Voltemos ao ponto sobre os enunciados na obra de Bakhtin (1997a). Para o autor, os discursos dialogam com os enunciados conforme o modo em que estes aparecem na cadeia da comunicação verbal. Ou seja, “um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear” (BAKHTIN, 1997a, p. 320). O objeto do discurso de um locutor não é falado pela primeira vez, porém, reflete os enunciados dos outros e, sobretudo, os elos anteriores. Mas em todo enunciado, se o examinemos de perto, encontraremos em diferentes graus de alteridade, as palavras do outro, que mesmo ocultas, estão presentes.

O fato é que as palavras do outro, isto é, os enunciados anteriores, nem sempre irão coincidir, é o confronto de interesses ao qual se refere Bakhtin (1997). Segundo ele, esse confronto deve-se ao fato de o signo, que por ser ideológico, reflete e refrata a realidade social. Assim “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 1997, p. 46).

Ainda sobre os enunciados, Bakhtin (1997) tem a compreensão de que eles são também resposta a algo que é construído, isto é, toda enunciação, é produzida para ser compreendida, a qual é orientada conforme o contexto do processo ideológico do qual participa e integra. Todavia, “os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto” (BAKHTIN, 1997, p. 106).

Para o autor, a compreensão de um enunciado (discurso) não está na palavra do falante, tampouco do interlocutor. Ela decorre da interação do locutor e do receptor. Segundo Bakhtin (1997), a compreensão é uma forma de diálogo que advoga uma réplica e/ou uma contrapalavra do receptor. O enunciatador não ignora o seu destinatário, pois este é também responsável pelo discurso. Esta questão será discutida ao longo dos textos que se seguem.

2.6 A Heterogeneidade enunciativa

As reflexões acerca de dialogismo e polifonia, iniciadas por Bakhtin, são retomadas pela linguísta Jacqueline Authier-Revuz para a proposição do conceito de heterogeneidade discursiva. Para ela, a polifonia presente nos discursos recebe o nome de heterogeneidade e pode ser de dois tipos, os quais ela distingue em: heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada. Assim,

Heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada do discurso representam duas ordens de realidades diferentes: a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

A heterogeneidade mostrada caracteriza-se pela manifestação explícita de vozes citadas em um texto. Este tipo de heterogeneidade, conforme Authier-Revuz (1990), se dá por meio de formas marcadas ou não marcadas. As formas marcadas são explicitadas pelo discurso direto e indireto, aspas, itálico e também pelo metadiscurso do locutor. Já as não marcadas, como o próprio nome diz, não traz o outro marcado; é o caso do discurso indireto livre, da ironia, da paródia, dos jogos de linguagem, da metáfora, da imitação do estilo, do pastiche (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Conforme Authier-Revuz (1990), estas formas marcadas de heterogeneidade representam uma negociação com as forças de desagregação da heterogeneidade constitutiva, que, apesar de ser ilusória, é necessária para manter o discurso. Em outras palavras, o sujeito protege o seu discurso e a si próprio por meio da heterogeneidade mostrada, mas a autora

alerta que estas formas de representação não passam de engodo, artifícios da comédia interacional. Os dois tipos de heterogeneidade mostrada designam pontos que são exteriores ao discurso, mas que nele interferem, dão forma e contorno, a saber: uma outra língua; um outro discurso; uma outra palavra; um outro interlocutor.

Outro autor que também desenvolveu formas de heterogeneidade mostrada foi o teórico argentino Eliseo Verón. A análise deste autor se faz sobre produtos - que possuem marcas das operações discursivas -, na descrição das marcas de enunciação, porém, ele visa aos processos, às condições de produção dos discursos (VERÓN, 1980).

Já a heterogeneidade constitutiva refere-se às vozes da história e da cultura sobre as quais não se tem controle racional. Afinal, conforme as concepções de Bakhtin (1997a), quando um signo cultural é compreendido e dotado de um sentido, ele não permanece isolado, pelo contrário, torna-se parte integrante da unidade da consciência verbalmente constituída.

Ao formular o conceito de heterogeneidade constitutiva, Authier-Revuz (1990) partiu dos pressupostos de Bakhtin, e, como vimos, este autor considera que os discursos são resultados de uma produção social e coletiva e não tem a ver unicamente com vontades individuais, o sujeito não é fonte autônoma de sentido.

A explicitação dessas duas formas de heterogeneidade enunciativa aponta para um fato curioso, ou seja, para o fato de que nem todos os textos são citados recorrentemente, alguns são bem mais que outros. Isto permite colocar em pauta uma questão: “Como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2010, p. 30). Essa mesma interrogação, se feita em relação às noções de infâncias nos jornais impressos do Maranhão, pode levar-nos à compreensão dos diferentes discursos, diferentes enunciados. E os efeitos de sentido deles podem revelar as diversas situações sociais decorrentes dos lugares sociais assumidos pelos diferentes sujeitos.

Authier-Revuz (1990), na elaboração do conceito de heterogeneidade, fez uma reflexão de natureza psicanalítica a partir da releitura de Freud e Lacan, em que o sujeito não é dado *a priori*, ele é o resultado de uma relação complexa de existência no espaço discursivo entre o “eu” e o “outro”.

Em ruptura com o EU, fundamento da subjetividade clássica concebida como o interior diante da exterioridade do mundo, o fundamento do sujeito é deslocado, desalojado, em um lugar múltiplo, fundamentalmente heterônimo, em que a exterioridade está no interior do sujeito. Nesta afirmação de que, constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro, reencontram-se as concepções do discurso, de ideologia e do inconsciente [...] (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29).

A autora chama a atenção para o sujeito descentrado, que propicia outros “eus” devido às marcas históricas, sociais e ideológicas, decorrentes da pluralidade de vozes. Além disso, aponta para a imagem do locutor, assim como o interlocutor.

2.7 Intertextualidade

O objetivo deste tópico é apresentar o conceito de intertextualidade e o seu potencial para AD e, conseqüentemente, indispensável à TDS, pois carrega a essência do postulado da semiose infinita. O termo foi cunhado por Julia Kristeva, no final dos anos 1960. A formulação do conceito se deu a partir das concepções de Bakhtin, de quem a estudiosa búlgara prefaciou algumas obras.

As ideias de Kristeva tiveram repercussão na França, principalmente com a publicação de seu livro *Introdução à Semanálise*. Nesta obra, a autora dedica o capítulo “A palavra, o diálogo e o romance” às ideias de Bakhtin desenvolvidas em *Problemática da poética em Dostoiévsky*. Já vimos que a concepção de Bakhtin sobre os enunciados (tanto oral como escritos) é que “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” e que o destinatário (parceiro do locutor nas figuras esquemáticas da linguística geral) destes enunciados é também protagonista da comunicação verbal, isto é, tem um papel ativo.

Kristeva (2005) então observou que as diferentes operações no espaço de um enunciado (texto) acontecem em três dimensões, e são: a do sujeito da escritura (autor), a do destinatário (leitor) e a dos textos exteriores (contexto). Nas palavras da autora:

O estatuto da palavra define-se, então, a) horizontalmente: a palavra no texto pertence simultaneamente ao sujeito da escrita e ao destinatário, e b) verticalmente: a palavra no texto está orientada para o corpus literário anterior ou sincrônico. [...] todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade (KRISTEVA, 2005, p. 67-68).

A autora entende que o texto dialoga com algo fora dele, com algo externo, mas que mesmo assim o constitui. Assim, observa que a intertextualidade, face ao dialogismo bakhtiniano, cede lugar a uma ambivalência, ou seja, “a inserção da história (da sociedade) no texto e do texto da história” (KRISTEVA, 2005, p. 71). Conforme Fairclough (2001), o que a autora entende por “inserção da história em um texto” é que um texto absorve textos do passado ao mesmo tempo em que é construído por eles; e, por “a inserção do texto na

história” a autora quis dizer que um texto retrabalha textos passados, contribuindo assim para os processos de mudança.

Se relacionarmos a intertextualidade com a hegemonia, veremos como a produtividade dos textos e a capacidade deles em se transformar em novos textos é uma prática socialmente limitada pelas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001). Mas não somente ao poder, ao ideológico também. Ou seja, os limites estabelecidos pela intertextualidade encontram-se na história, na cultura e no contexto atual. Lembra o que Foucault (2010) denominou de prática discursiva, o conjunto de regras que condicionam o exercício da função enunciativa.

Conforme Kristeva (2005), diálogo e ambivalência levam Bakhtin à classificação das palavras numa narrativa. Ele destaca três categorias: 1) a palavra direta ou denotativa: são as palavras que o autor anuncia, expressa; 2) a palavra objetual: são as palavras das personagens, discurso direto; 3) a palavra ambivalente: classificadas em três categorias, a) a palavra de outrem utilizada pelo autor, sem a sua interferência em aplicar modificações; b) a palavra de outrem utilizada em significação oposta pelo autor (a paródia); c) a palavra de outrem sobre a palavra do autor. Esta classificação feita por Bakhtin está ligada a uma tipologia dos discursos (monológico⁷ e dialógico).

Mas, para Kristeva (2005), seja qual for a prática linguística, seja da história ou da ciência, vai sempre conter a díade dialógica entre o narrador e os outros, pois, o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado se alternam, acabam “sendo um para o outro, alternativamente, significante e significado, mas constituindo tão-somente um jogo de permutação de dois significantes” (KRISTEVA, 2005, p. 80).

Mas, voltando para a intertextualidade, ela corresponde sem dúvida a uma intenção de produzir sentidos, sendo que aquilo que ela produz (combinação com outros textos e discursos) não deixa de ser instável (posição social dos interlocutores), o que nos remete para a noção de dialogismo bakhtiniano, no qual o autor afirma que todo enunciado (discurso) é essencialmente dialógico, pois comporta sempre uma resposta, uma antecipação ao discurso do outro, “antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros” (BAKHTIN, 1997a, p. 394).

Assim sendo, um texto, além de estar incorporado a outros textos e manter com eles intrínseca relação, responde também a outros textos, é ao mesmo tempo resposta e potencializador de futuros textos. Nos jornais ora analisados, vários textos entram em sua

⁷ Conforme a concepção polifônica da linguagem, não há possibilidade de existir discursos monológicos.

composição (processo de produção), os quais são planejados para serem interpretados por diferentes leitores/receptores (circulação), além de produzir efeitos de sentido (consumo).

No próximo tópico, seguiremos uma reflexão guiada por Lopes (2004) acerca do processo produtivo (produção, circulação e consumo) do jornalismo, ou seja, a TDS aplicada ao jornalismo.

2.8 O processo produtivo do jornalismo: a notícia, o jornalista e a empresa

Quando Lopes (2004) propõe que se pense a teoria do jornalismo como um processo produtivo - produção, circulação e consumo -, fundamenta seus argumentos partindo de uma perspectiva que toma a notícia, o jornalista e a empresa como três eixos fundamentais de poder e luta por posições hegemônicas no processo discursivo noticioso. Para ele, o jornalismo provém de um processo que o constitui e “é constituído a partir da relação entre todas as etapas e setores de sua produção, além das suas relações externas com as fontes e outras instituições sociais” (LOPES, 2004, p. 202). Este autor ainda argumenta que

é importante perceber que tanto as notícias quanto os jornalistas e as empresas são dependentes das regras de poder internas de cada instituição, por exemplo, na construção das notícias as regras que as constituem são dependentes tanto das regras institucionais quanto das regras de poder dentro da instituição. A construção da notícia não se dá de uma forma totalmente livre como ainda é ensinado em algumas universidades, apregoadas em muitos manuais. Todos os eixos de poder e instâncias produtivas se movimentam segundo um conjunto de regras pré-estabelecidas a serem seguidas. (2004, p. 202)

Diante disso, o autor reforça que essas regras são um construto (fruto das vontades pessoal e institucional) e são elas que balizam o fazer jornalístico, todavia, o processo de produção e os que dele participam nem sempre se dão conta de todas as imbricações e negociações que são feitas, pois as nuances do produtivo já estão naturalizadas e os sujeitos muitas vezes agem inconscientemente.

A notícia, por exemplo, se pensada pelo viés da teoria proposta por Lopes (2004), pode ser entendida como um produto que traz as marcas de sua condição de produção. Podendo-se afirmar, desta forma, que elas são uma prática social. Notícia, para Lopes (2004, p. 205) “é o trabalho ativo de investimento do sujeito no universo de técnicas, normas e regras com o intuito de produzir sentidos e não apenas informação”. Com isso, entendemos que Lopes (2004) concebe as notícias como uma instância de poder capaz de construir visões de mundo, isto é, sentidos. Neste caso, Lopes (2004) se inclui no grupo daqueles que concebem a notícia não como um espelho da realidade, mas como uma construção.

Alsina (2009) aponta para o fato de haver controvérsias acerca do que as notícias são. Segundo ele, há dois grandes grupos que defendem conceitos distintos de notícia: há o grupo que defende as notícias como espelho da realidade e os que concebem como construção da realidade. Para este autor, o primeiro grupo corresponde a uma concepção tradicional das notícias, que as apresenta como algo já realizado, camuflando à sua produção. O segundo grupo pensa o oposto, para eles as notícias ajudam a constituir a realidade. O autor propõe uma definição de notícia: “a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 299).

Há uma semelhança entre o conceito de Alsina (2009) e o de Lopes (2004) acerca da notícia. Ambos a concebem como um produto/construto resultado de um processo que depende não de um único sujeito, mas da instância que a constitui e que a restringe por meio de normas, regras e sanções. Todavia, é importante salientar que a concepção de Lopes (2004) traz em relevo a notícia como um lugar de luta, de busca por hegemonia, isto é, disputas pela produção de sentido. Estas disputas, conforme Pinto (2002), “criam relações de dominância entre os discursos reconhecidos como hegemônicos e os discursos subordinados, favorecendo a naturalização ou reificação dos primeiros” (p. 45).

Lopes (2004), partindo das concepções de Pinto (2002), concebe as notícias levando em conta o ideológico e o poder. O ideológico e o poder, como vistos em tópico anterior, estão relacionados às condições de produção dos discursos e ao consumo discursivo, respectivamente. A etapa de circulação, isto é, a distribuição, possui um lugar apenas de passagem entre as duas instâncias de produção e de recepção. Não nos deteremos sobre a negociação de sentidos nesta etapa, haja vista que “os modelos de comunicação disponíveis não permitem apreciar adequadamente os processos de negociação dos sentidos, conferindo à circulação um papel coadjuvante entre produção e recepção” (LOPES, 2004, p. 211).

Na etapa de produção “a notícia obedece a determinadas rotinas de produção coletiva onde diferentes membros estão envolvidos nos variados momentos desta etapa – pauteiro, chefe de reportagem, editores, diagramadores, fontes, repórteres” (LOPES, 2004, p. 210). Já a etapa de consumo e/ou reconhecimento, está relacionada às possíveis interpretações de uma notícia segundo as suas próprias condições de interpretação.

Charaudeau (2006), ao abordar sobre os discursos das mídias, argumenta que o reconhecimento de um discurso pelo receptor se dá mediante uma troca comunicativa. O autor afirma que

o sentido é o resultado de uma *co-intencionalidade*. Mas como, por um lado, a instância de produção só pode imaginar o receptor de maneira ideal, construindo-o como destinatário alvo que acredita se adequado a suas intenções, e, ao visar produzir efeitos de sentidos, não tem certeza se esses serão percebidos, e como, por outro lado, a instância de recepção constrói seus próprios efeitos de sentido que dependem de suas condições de interpretação, conclui-se que o texto produzido é portador de “efeitos de sentido possíveis”, que surgem dos efeitos visados na instância de enunciação e dos efeitos produzidos pela instância de recepção (CHARAUDEAU, 2006, p. 27-28).

Pelos argumentos desse autor, podemos entender que o consumo das notícias está relacionado aos efeitos que foram visados ainda na etapa de produção (de forma consciente ou inconsciente), mas nem todo efeito é, necessariamente, compreendido conforme estas intenções. Pois os discursos que circulam nos locais onde os textos se estruturam podem não ser os mesmos da instância de recepção.

Tendo em vista o processo de produção e consumo das notícias, convém discorrer um pouco sobre o papel do jornalista nesse processo. A reflexão sobre o jornalista é feita a partir da perspectiva da TDS, a qual situa o jornalista como um sujeito dúbio, isto é, assujeitado às determinações do contexto, ao mesmo tempo em que é agente das ações (LOPES, 2004). Conforme este autor, na primeira situação, o jornalista se submete às regras e coerções do contexto para poder construir seus discursos sobre a atualidade. Já na segunda, apresenta-se como sujeito ativo e autônomo, ainda que esteja submetido às regras, é-lhe concedido fazer escolhas, negociar com as estruturas sociais. Só que às vezes o jornalista nem se dá conta dessas relações de poder.

Por isso, conforme Lopes (2004), é possível questionar a unicidade do sujeito-jornalista, pois eles, os jornalistas, não são os únicos responsáveis pelas representações dos produtos noticiosos. Lopes (2004, p. 224) diz que

quando o repórter ou o editor opta por determinados recursos lingüísticos na hora de fazer uma matéria, construir uma chamada ou uma manchete, muitas vezes não se dão conta que ao utilizarem citações entre aspas, discursos direto ou indireto, ironias, pressuposição ou quaisquer modos de trazer as vozes ou pensamentos de pessoas ou instituições, eles colocam em cena outros enunciadores.

Para este autor, o texto jornalístico é uma ocorrência heterogênea e, sobretudo, possui traços de sua produção, isto é, das regras específicas da profissão, além das coerções sociais. Como vimos, para Lopes (2004), o texto (discurso) jornalístico é uma construção realizada por outros textos (discursos) e por diferentes vozes, e não apenas pela do jornalista ou da instituição a qual está vinculado.

Outro aspecto interessante relacionado ao jornalista deve ser sublinhado, é a sua capacidade profissional. Conforme Traquina (2008), os jornalistas têm uma maneira de agir, de falar e de ver. A maneira de agir relaciona-se com as horas de fechamento e com o imperativo do imediatismo dos acontecimentos, pois, “ser jornalista é saber não só elaborar a notícia: é ter perspicácia profissional” (p. 45); a maneira de falar deve-se ao fato de o jornalismo ser uma prática discursiva. Traquina (2008) destaca que os jornalistas possuem uma linguagem própria, o ‘jornalês’. Mas, sobretudo, a maneira de falar dos jornalistas faz referência ao formato específico de construção dos textos, à pirâmide invertida; já a maneira de ver, implica os valores-notícias de seleção e de construção. Para o autor, os jornalistas possuem uma visão bipolar, isto é, o mundo é estruturado em dois polos, o bem e o mal, o pró e o contra.

Estas considerações demonstram como o jornalismo é uma profissão marcada por rotinas e como os jornalistas possuem uma atividade prática diária. Então, se olharmos para os jornalistas pelos “óculos” da TDS, perceberemos, certamente, que as maneiras de agir, ver e falar fazem parte de um jogo de relações de poder do qual participa toda a sociedade.

Se tomarmos como exemplo um jornalista que se senta à frente do computador para fazer uma matéria, ele não fica rememorando: “esse é o meu jeito de agir”; “esse é o meu jeito de ver”; “esse é o meu jeito de falar”. Conforme Lopes (2004), as regras de construção da notícia já foram por ele internalizadas, “[...] o número de linhas, toques, lead, pirâmide invertida, etc. Qualquer prática social ao se tornar rotinizada torna-se internalizada ao ponto do sujeito a praticar sem se dar conta de seus limites” (p. 228).

Ainda falta falar sobre o terceiro eixo de poder que constitui o campo⁸ jornalístico: a empresa. Como veremos no capítulo 3, baseados em Charaudeau (2006), dissemos que as empresas jornalísticas são um suporte organizacional que integra três lógicas – a econômica, a tecnológica e a simbólica. Além disso, compreendemos, a partir de Lopes (2004), que a empresa, assim como as notícias e o jornalista “são dependentes das regras de poder internas de cada instituição”.

Traquina (2005) utiliza o termo “campo jornalístico” para explicar a cultura profissional da comunidade jornalística. Ele divide o campo em dois polos, um positivo (é ideológico, define jornalismo como um serviço público) e outro negativo (é o polo econômico, associado ao dinheiro e práticas como a do sensacionalismo). Utilizaremos o

⁸ O conceito de campo faz parte dos estudos propostos pelo teórico Bourdieu. Conforme este autor, a sociedade é composta por vários campos, regidos por regras próprias, mas, dotados de relativa autonomia. O campo é um espaço social estruturado, um lugar de forças. Cf. BOUDIEU, 2004, p. 20-21.

mesmo termo aplicando-o à empresa jornalística. Ou seja, há na empresa uma tensão entre os dois polos, mas é em meio a estas tensões que os diversos “jogadores” do campo mobilizam suas estratégias comunicacionais numa tentativa de produzir sentidos.

O polo econômico da empresa pode ser associado ao postulado da economia política do significante que afirma que as instituições (as empresas, por exemplo) operam segundo a lógica própria de mercado, isto é, negociam discursivamente pela hegemonia com o objetivo de se estabelecer no mercado, e ter o poder de dar a última palavra. Quando o “jogador” (empresa) se posiciona no mercado, é possível identificar alguns níveis em seu posicionamento, como ele se posiciona em relação ao seu adversário (empresas concorrentes) e também em relação ao seu receptor imediato. Para tanto, o “jogador” faz escolhas quanto ao gênero, configuração gráfica, estratégias de circulação e no dispositivo de enunciação, isto é, no contrato de leitura (VERÓN, 2004). É claro que nem sempre essas estratégias ocorrem no plano intencional, muitas vezes fazem parte do plano da intertextualidade.

3 EM BUSCA DE NOÇÕES DE INFÂNCIAS

O propósito, neste capítulo, é discutir como à infância foram atribuídos diversos sentidos e como isto recebe o investimento simbólico do jogo de poder e do ideológico. Neste estudo, o primeiro diz respeito à problemática dos efeitos de sentidos dos discursos, isto é, o da relação entre um discurso e suas condições sociais de reconhecimento. Já o segundo corresponde à relação entre um discurso e suas condições sociais de produção.

Assim, faremos um percurso da historicidade da infância e do ser criança, bem como os discursos entretecidos por diferentes vozes de autoridade e seus efeitos no que se refere a deslocamentos e transformações do conceito de infância. Desde já alertamos que este estudo não visa a uma história geral e limita-se a certo número de textos e autores.

3.1 Discursos sobre a criança e a infância

Há muitas maneiras de significar as infâncias. Mas pensamos que muitas destas significações já estão naturalizadas em todos nós. Por isso, muitas vezes somos impedidos de pensar e problematizar os discursos que produzem não a infância, mas as muitas infâncias. Conforme Dornelles (2005), no Brasil, os estudos acerca da infância e sua história foram desenvolvidos, sobretudo, tomando a categoria infância como atemporal, ingênua e dependente. Todavia, há no país diferentes campos teóricos – como Educação, Sociologia, História e Psicologia – que investigam a infância de forma contínua e profunda, não mais com um sentido fixo, determinada biologicamente, mas uma construção social.

Ariès, em sua obra *História social da família e da criança*, desvenda o processo de construção do sentimento de infância ao analisar a criança e a família na França Medieval. Nesse período, segundo ele, não existia separação entre o mundo dos adultos e o das crianças. Ambos viviam nos mesmos espaços, jogavam os mesmos jogos, até suas roupas eram iguais. Isso demonstra que a infância não tinha características próprias. Ariès (1981, p. 17) diz:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto. Essa consciência não existia.

Segundo Ariès (1981), não havia um sinal que designasse o “ser criança”, a não ser o critério de dependência financeira “só se saía da infância ao sair da dependência” (p. 42). Portanto, aquele que se tornasse independente já não era mais criança, havia saído da infância. Ainda conforme Ariès (1981), é possível perceber a evolução deste “sentimento de infância” a partir da análise da história da arte. A iconografia dos séculos XV e XVI começou a apresentar indícios da presença da criança. A infância passou a ser representada como a idade dos brinquedos e das brincadeiras. Por isso, não é de admirar que o termo infância muitas vezes seja associado às brincadeiras e aos jogos.

Dornelles (2005) afirma que a hegemonia deste “sentimento de infância” se dispersou nas sociedades do Ocidente e que, apesar das críticas feitas a Ariès – de tentar buscar um marco zero ou origem da infância e de confiar na materialidade dos documentos –, os estudos continuam a tomá-lo como referência no campo da história da infância. Um exemplo pode ser encontrado na obra de Neil Postman, crítico social norte-americano. Postman é um dos autores que estabelece suas reflexões tendo como base o pensamento de Ariès.

Em seu livro *O Desaparecimento da Infância*, Postman discute sobre a invenção e desaparecimento da infância. Conforme Postman (1999), a infância é uma criação da prensa tipográfica e a mídia eletrônica a causa que a faz desaparecer. Segundo ele, o surgimento da infância coincide com o da prensa tipográfica, por volta do século XVI. Neste período, a acessibilidade à leitura passa a estabelecer distinção entre ser adulto e a condição de criança, isto é, para adentrar ao mundo dos adultos exigia-se saber ler, ser alfabetizado. Sobre o desaparecimento da infância, o autor afirma que as fronteiras que separavam o mundo dos adultos do mundo das crianças estão desaparecendo e a grande vilã é a mídia eletrônica, sobretudo a televisão, com seus conteúdos acessíveis a todas as idades. O autor também destaca a precoce erotização das crianças e o envolvimento destas nos índices de criminalidade.

Para Dornelles (2005), um estudo genealógico da infância parte da época clássica, séculos XVI e XVII, quando é possível identificar: a) a criança sob o controle da família; b) a instituição da escola e; c) a normalização imposta pelas Ciências Humanas. Segundo esta autora, essas condições citadas anteriormente podem ter possibilitado a invenção da infância moderna. A criança, sob o controle da família, passa por vigilância dentro de sua própria casa, a qual é protegida. Igualmente, o espaço onde ocorrem as suas brincadeiras. Mas, sobretudo, o controle e a vigilância se estendem também ao que diz respeito ao sexo, “tendo em vista que o sexo das crianças está ligado a uma questão familiar” (DORNELLES, 2005, p. 42)

A instituição da escola, outra condição relacionada à invenção da infância moderna, aponta para o discurso de um sujeito infantil. Segundo Dornelles (2005), “é este sujeito pensante e problematizador que emerge como sujeito-aprendiz que precisa ser colocado na posição de aluno” (p. 15). Assim, surgem as Ciências Humanas com a função de produzir saberes específicos que melhor pudessem governar as populações.

Para Dornelles (2005), este governar prescrito pelas Ciências Humanas implica “agir sobre as ações dos outros”. O governo dos infantis submete as crianças a uma condição de aprendizes por meio de dispositivos disciplinares. Para a autora, estas três condições implicam a produção de uma infância inocente. A autora explicita que

a ideia ocidental de infância vai se afirmando cada vez mais em época como o Renascimento, para se consolidar a partir do Século das Luzes. Até então a criança não era vista senão como um mero ser biológico, sem *status* próprio. A emergência da criança como um acontecimento visível faz com que esta passe a ser falada, dita, explicada, caracterizada como um ser inocente, diferente do adulto, que precisa de cuidado e proteção (DORNELLES, 2005, p. 14-15).

Essa ideia de inocência, segundo Dornelles (2005), institui dois tipos de discursos sobre as crianças, que podem ser ditos de um modo sucinto da seguinte forma: 1) a criança deve ser protegida da sexualidade adulta; 2) a criança é um sujeito cognitivo, ser produzido pela razão. De certo modo, estes discursos estão relacionados à crescente dependência das crianças aos adultos. Nesta pesquisa, estes podem ser contributos imbricados na produção discursiva acerca das noções de infâncias nos jornais do Maranhão, por isso, ainda vamos considerar estes aspectos nos parágrafos seguintes.

Ariès (1981) observa que esta dependência da criança aos adultos faz surgir na França do século XVII duas atitudes diferentes relacionadas ao sentimento de infância. Uma, considera a criança um ser ingênuo, inocente, digno de “paparicação”, isto é, um “sentimento de paparicação” reservado às crianças em seus primeiros anos de vida. Outra atitude toma a criança como um ser incompleto, um vir-a-ser que necessita de tutela, de disciplina para ter uma boa educação. Esse sentimento serviu de inspiração para os educadores nas instituições e também para as famílias. Em Ariès (1981), entendemos como o sentimento de infância está associado a uma série de cuidados às crianças e a tudo que diz respeito à vida delas.

No Brasil do século XIX, Del Priore (2000) observa que este sentimento de paparicação pertencia às mulheres - mães e amas que cuidavam das crianças. É percebido, sobretudo na comunicação, uma linguagem especial criada para o tratamento com os

pequenos “com especial encanto: dodói, Cacá, bumbum, tentem, dindinhi” (DEL PRIORE, 2000, p. 96).

Até este momento, temos nos utilizado de obras separadas cronologicamente e produzidas em circunstâncias diferentes, mas encontramos uma unidade interpretativa nelas: o estudo da história da infância ou sobre saberes e discursos sobre crianças e infância. Assim, para perceber a multiforma dessa discussão torna-se oportuno o estudo de Cristina Ponte em sua obra *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000.)*

Ponte (2005), quando se propôs a investigar a infância, partiu dos contributos da sociologia da infância. Na investigação, a autora interroga-se sobre o papel do jornalismo na construção da realidade e procura perceber como e quando as crianças são notícia na imprensa portuguesa, com destaque para o *Diário de Notícias* e o *Público* de 1970 aos anos 2000. Dada a importância da pesquisa realizada por Ponte (2005)⁹ e como a mesma, de certa forma, serviu de guia nesta pesquisa, faremos uso de forma mais detalhada sobre as construções discursivas relacionadas à infância e às crianças, conforme o pensamento que a autora estruturou e faremos alguns acréscimos quando for necessário.

Ao tratar da construção da infância no Ocidente, Ponte (2005) destaca quatro características, a saber: “1) a criança como um *outro*, separada espacial e temporalmente do adulto; 2) a criança dotada de uma natureza especial; 3) a criança inocente; 4) a criança dependente” (PONTE, 2005, p. 29).

Sobre a criança como um *outro*, a autora destaca o fato de as crianças serem apreciadas pela idade na sua dimensão cronológica, sendo este o mesmo fato que as separa em espaços sociais, como creches, jardim de infância e escola. A dimensão numérica da idade funciona para “a definição das fronteiras entre o permitido, o tolerado e o punido” (PONTE, 2005, p. 30). A criança como um *outro* ainda levanta questões que indagam sobre a permanência das crianças na infância ou no mundo adulto. Sobre isso, começamos a refletir a respeito de casos contemporâneos envolvendo crianças que, apesar da idade, roubam, estupram, matam. E há também crianças que, apesar da idade, trabalham no campo ao lado de seus familiares. São duas inquietações que têm visibilidade pública: a atividade criminosa feita por crianças e o trabalho infantil. Na nossa pesquisa, optamos por marcar os 12 anos como limite, para circunscrever de certa forma a infância, baseando-nos na concepção do

⁹ O trabalho de Cristina Ponte ajudou-nos a esboçar alguns aspectos da pesquisa que aqui nos propomos, mas, com algumas ressalvas no que diz respeito ao *corpus* e ao referencial teórico em Análise de Discursos na perspectiva da Teoria dos Discursos Sociais, bem como caráter comparativo entre os dois suportes analisados.

ECA, o qual considera como criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos. Temos consciência de que várias mudanças ocorreram desde a criação do Estatuto até nossos dias, que hoje o mundo está mais globalizado. Assim, pensamos que a nossa escolha tem respaldo em decorrência da compreensão de infância na atualidade, em que a criança foi elevada à categoria de sujeito de direitos.

A respeito da natureza específica da criança, Ponte (2005) apresenta contribuições de filósofos como Aristóteles, que pensa a criança como um ser dotado de potencial, isto é, um ser humano em potência. Também destaca o pensador Santo Agostinho, que pensa a infância marcada pelo pecado. Nesse fragmento fica claro: “Quem me poderá lembrar o pecado da infância, já que ninguém está diante de Ti limpo de pecado, nem mesmo a criança cuja vida conta um só dia sobre a terra?” (SANTO AGOSTINHO, 2002, p. 36). Descartes (1991) é outro que pensa a infância de forma negativa, para ele teria sido melhor se desde o nascimento os humanos pudessem ter feito uso completo da razão.

Já Locke e Rousseau são apontados por Ponte (2005) como pensadores que consideram a infância e suas características de forma positiva. O primeiro entende a criança como *tabula rasa*, pensamento este que aponta para um modelo de educação que dá lugar às especificidades da criança “como a sua sensibilidade e capacidade de apreensão de informação” (PONTE, 2005, p. 32).

A infância nas produções do filósofo iluminista Rousseau (1995) é “naturalmente boa”. Em sua obra *Emílio*, Rousseau (1995) descreve um sistema de educação conforme a natureza da criança. Para ele, a criança não é um adulto em miniatura e defende a infância quando argumenta: “Deplora-se o estado de infância; não percebemos, porém que a raça humana teria perecido se o homem não tivesse começado criança” (ROUSSEAU, 1995, p. 7). E ainda “a natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens” (ROUSSEAU, 1995, p. 108). Sobre isto, Dornelles (2005) diz que “é esse pensamento que vai se tornar hegemônico na família na escola, a partir da emergência da psicologia experimental no final do século XIX, produzindo práticas pedagógicas e psicológicas que perduram até os dias atuais” (p. 38).

Os autores supracitados mostram visões diferentes acerca das crianças e da infância. Podem-se destacar pelo menos duas dessas concepções. Uma, vê a criança como um ser inocente; já a outra a vê como rebelde. Sobre a criança inocente – terceira característica da construção da infância no Ocidente –, Ponte (2005, p. 35) argumenta:

A consideração da inocência das crianças será ainda um dos pólos mais consolidados nos discursos políticos como argumento da ordem dos afectos e da mobilização do eleitorado, em agendas políticas conservadoras ou liberais. A construção da criança como vítima inocente sobrevive ora invocando a necessidade de mais proteção face aos perigos externos ora com razão de ser projectos e de reformas sociais em seu nome e do seu futuro.

Geralmente as crianças são evocadas nos discursos políticos no sentido de evocar a defesa da família, da maternidade e até de investimentos na própria criança. Mas, segundo Ponte (2005), esse conceito de inocência das crianças possui uma problemática, pois pressupõe a “infância como um tempo de brincar, um período da vida pacífico e assexual”. E o perigo está no fato de a inocência ser aceita ou explorada num híbrido “da inocência infantil e a capacidade de sedução que o corpo dos mais novos encerra” (PONTE, 2005, p. 34).

Sobre a criança dependente, conforme Ponte (2005), pode-se dizer que desde o final do século XIX as preocupações quanto à natureza vulnerável e dependente da criança centravam-se nos cuidados e proteção. Gradativamente, a criança passou a ser capturada pelas instituições e sublinhado o seu valor enquanto futuro da nação. Há ainda nas sociedades contemporâneas ocidentais esse ideal de criança dependente, e esse ideal caminha lado a lado com a expectativa de que as crianças se tornem adultos independentes.

Conforme Jenks (1996 *apud* PONTE, 2005), há dois modelos de pensar e de falar sobre as crianças, e estes modelos encontram respaldo na mitologia grega: a criança dionisíaca e a criança apolínea. A primeira associa-se à ideia do pecado original, em que a criança é concebida como pequeno demônio, esta noção da criança encontra refúgio também em Santo Agostinho (2002). Já a criança apolínea associa-se à ideia de crianças angélicas, inocentes, dependentes e sem pecado. Estas últimas são defendidas por Rousseau (1995) enquanto naturalmente boas.

Nesta revisão inicial da literatura, os contributos ajudaram a causar uma explosão sobre o conceito de infância e suas diferentes percepções, mas ainda restam alguns estrondos, e um deles vem a seguir.

3.2 As infâncias e as crianças na sociedade contemporânea

Como o significado de “infância” é variável, em diferentes momentos históricos, culturas e grupos sociais, abordaremos neste tópico, um que é fruto da cultura contemporânea e do fenómeno da globalização, e como tal, é rica em significados, sem contar os que ainda

estão por se estabelecerem. Entendemos que é preciso levar em consideração as várias infâncias, dentre as quais há até as que “nos escapam”.

Rubim (2011) nomeia a contemporaneidade de “Idade Mídia”; segundo ele, é uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação. O autor entende que a comunicação “afeta em profundidade a configuração da sociedade atual, pois ela se vê composta e perpassada por ‘marcas’ fabricadas pela mídia, tais como o espaço eletrônico, a televivência e globalização” (RUBIM, 2011, p. 12).

Para Rubim (2011), a associação da mídia ao capitalismo forja uma sociedade de consumo e o endeusamento do mercado usa a publicidade e a marca para viabilizar a metamorfose do produto em mercadoria que, *a priori*, não se ancora em territórios. De acordo com Thompson (2014), essas transformações – seja pela expansão das redes de comunicação ou pelo fluxo de informações que nelas perpassam – mudam a organização espacial e temporal da vida em sociedade, além de criar novas formas de ação e interação.

Considerando a infância na contemporaneidade, Dornelles (2005, p. 71) explica que

existem infâncias mais pobres e mais ricas, infâncias do Terceiro Mundo e dos países mais ricos, infâncias da tecnologia e a dos buracos e esgotos, infâncias superprotegidas, abandonadas, socorridas, atendidas, desamadas, amadas, armadas, etc.

Conforme esta autora, a modernidade ocidental não considerou a diversidade das infâncias ao universalizar e naturalizar apenas aquela que fosse dependente e necessitada de proteção. As infâncias de hoje, por exemplo, fazem parte de um mundo que explode informações e nele as crianças têm acesso às várias tecnologias. Dentre as muitas infâncias, Dornelles (2005) dedica atenção a duas: a infância ninja e a *cyber*-infância.

A infância ninja, segundo a autora, é aquela que está à margem, na qual não há games, nem tecnologias ou Internet. É a infância da rua, aquela que se materializa na prostituição, no trabalho infantil e em instituições de enclausuramento. A infância ninja pode ser encontrada a partir do século XVIII nas rodas dos expostos e também nos hospícios para crianças abandonadas (DORNELLES, 2005). No Brasil, conforme Marcilio (2011), a roda dos expostos foi criada quando o país vivia ainda em regime de Colônia e só foi extinta na década de 1950. A roda dos expostos era um lugar onde um bebê indesejado era abandonado, permitindo o anonimato de seu expositor, já que este podia fugir após girar o cilindro rotatório e tocar o sino indicando o abandono de uma criança.

Estas crianças ninjas ainda são encontradas em nossos dias. Para Dornelles (2005), elas são encontradas “dentro de esgotos, embaixo de viadutos e pontes” (p. 78). Segundo a autora, esse é um tipo de infância marcado como marginal e perigoso, pois, possibilita a sobrevivência da criança, independente do adulto. Ver crianças vendendo balinhas ou pedindo esmolas no sinal pode causar pavor pelo fato de que, mesmo sendo crianças, conseguem viver sem a companhia do adulto.

Já a *cyber*-infância, de acordo com Dornelles (2005), é aquela envolvida e afetada pelas tecnologias; ela produz um tipo de infância “tido como perigosa” e anormal. A autora diz que causa medo o sentimento de que esta infância nos escape, “talvez por não se ter produzido um saber suficiente para controlá-la ou porque não se consegue melhor governá-la” (DORNELLES, 2005, p. 78). A autora chama a atenção para algumas transformações ou reconfigurações sofridas em espaços infantis, por exemplo, os seus quartos. Estes se assemelham a uma sala informatizada. São produzidos além dos espaços do quarto, outros espaços são pensados para a *cyber*-infância, como parques temáticos e shoppings. Também são produzidos filmes, músicas, revistas, entre outros, tudo para atender a este consumidor infantil. Demonstração de uma infância multimídia, visto que está conectada à esfera digital por meio dos computadores, games, Internet, joysticks e outras tecnologias.

Ainda sobre a *cyber*-infância, vale destacar as novas formas de disciplinamento que ela ocasiona sobre o corpo das crianças e sobre os desejos delas. Por isso, Dornelles (2005) destaca “que precisam ser regulados e normatizados para estarem conformes ao grupo ou ao espaço freqüentado” (p. 86).

Foucault (2001), ao discorrer sobre dispositivos disciplinares, entende que estes obtêm efeitos sobre os sujeitos, sem que seja necessário fazer uso da força, da violência ou de castigos. Um exemplo é o que ocorre com as pedagogias disciplinares. Mas como pouco se sabe sobre os *cyber*-infantes, ao ponto que esta “nos escapa”, não se pode descartá-la de estar entre uma das infâncias que suscitam discursos sobre a crise da infância e dos novos modos de ser das crianças.

Vemos em algumas análises relacionadas aos acontecimentos e mudanças do mundo contemporâneo ou que tenha relação com o pós-moderno, que “crise” ou a “morte” são metáforas que tentam explicar os fatos. Lyotard (2002), ao refletir sobre as consequências da pós-modernidade, aponta que ela traz o fim das grandes narrativas, até mesmo do progresso humano. Em parte, esses argumentos que se utilizam da metáfora da “morte” são anseios que acompanham o estabelecimento de um novo milênio.

A infância, neste contexto contemporâneo, também é alvo de hipóteses que defendem o fim da mesma. Existem estudos que apontam para a crise da infância ou morte da infância, seja pela quebra da fronteira que separava o mundo adulto do infantil; e/ou devido à acelerada exposição das crianças a informações propiciadas pela mídia (POSTMAN, 1999; BAUDRILLARD, 1997). Outros consideram que se trata apenas de evidências sobre a ideia de infância como construção social e, portanto, histórica, cultural e socialmente variável.

Por exemplo, para o especialista britânico David Buckingham (2007), as recentes mudanças no ambiente das mídias não são a causa do fim da infância ou do apagamento das fronteiras entre o mundo adulto e o infantil. Pelo contrário, a habilidade das crianças com as tecnologias é, muitas vezes, superior à dos adultos. Todavia, o autor não deixa de citar alguns debates contraditórios em torno das mídias. Segundo ele, as mídias são acusadas de provocar indisciplina nos mais novos, como comportamento agressivo, incentivo à sexualidade precoce e também ao consumo exagerado. Mas, por outro lado, a própria mídia exhibe um conceito de fascínio em torno da infância, com filmes que esboçam figuras de adulto-criança e/ou criança-adulta (BUCKINGHAM, 2007).

De fato, conforme Buckingham (2007), em torno das mídias giram alguns desafios, entre eles, o de levar em conta as diferentes formas de ser criança e de vivenciar a infância. Segundo o autor, as crianças das sociedades atuais, industrializadas ou em desenvolvimento, estão passando mais tempo na presença dos meios de comunicação do que com seus familiares. O autor afirma que

as crianças parecem cada vez mais viver “infâncias midiáticas”; suas experiências diárias são repletas das narrativas, imagens e mercadorias produzidas pelas grandes corporações globalizadas de mídia. Poderíamos mesmo dizer que hoje o próprio significado da infância nas sociedades contemporânea está sendo criado e definido por meio das interações das crianças com as mídias eletrônicas. (BUCKINGHAM, 2007, p. 7)

O autor, longe das discussões que narram o fim ou morte da infância ou exagerado otimismo em torno da autonomia da “geração eletrônica”, aponta que a infância tem sofrido mudanças, mas não são as mídias as responsáveis por todas elas (BUCKINGHAM, 2007).

Seguindo uma linha de raciocínio que se aproxima destes pensadores, Liliana Sulzbach, diretora do documentário chamado *A Invenção da Infância*¹⁰, chega à conclusão de que para ser criança não necessariamente significa ter infância. O entendimento que temos é o

¹⁰ A Invenção da Infância, direção Liliana Sulzbach, M. Schmiedt Produções, 26 min., NTSC. Disponível em: <<http://mschmiedt.com.br/filmes/a-invencao-da-infancia/>>.

de que estas pesquisas sinalizam a emergência de outras infâncias e, longe de narrarem a morte da infância ou o seu desaparecimento, delineiam novas faces.

A respeito dessas concepções, indagamos: quais noções de infâncias circulam na sociedade em que vivemos? Quais são fabricadas por meio dos *media* noticiosos? A intenção da pesquisadora incide sobre isto, ou seja, parte de uma atitude suspeita em relação aos discursos. E tem como objetivo denunciar as diversas manifestações ideológicas a fim de perceber, por meio da TDS, os processos sociais de produção de sentidos, as relações de força que propõem “verdades” para a sociedade, bem como o ideológico e o poder. Partimos do pressuposto de que nos suportes maranhenses existe uma infância idealizada (seja pelos discursos da escola, da família ou do Estado), que nasce a partir do mundo dos adultos e do consenso dos mesmos, mas também há pontos de vista divergentes que disputam nas arenas e que forjam ou fabricam modos infantis de ser.

3.3 Uma reflexão sobre marcos regulatórios

Promulgado por meio da Lei de nº 8069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 25 anos de existência. O documento que discorre acerca dos direitos e deveres relacionados às crianças e adolescentes brasileiros encontra respaldo em outros instrumentos regulatórios tanto nacionais como internacionais, como a própria Constituição do Brasil (1988) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Estes, somados aos programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) se constituem em importantes suportes ao ECA.

Observando os artigos da Convenção, percebe-se que eles orientam a provisão, a proteção e a participação das crianças. A provisão envolve condições saudáveis de crescimento, acesso à educação, bom nível de vida. Os artigos sobre proteção são contrários à discriminação sexual e à violência. A participação está relacionada aos direitos que a criança tem de expressar suas opiniões, direito a uma vida privada, direito de brincar, acesso a informações, entre outros.

Embora a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) tente abranger as diferentes conjunturas socioculturais existentes, de certa maneira, os seus artigos contribuem para a construção de noções de infâncias que retomam conceitos românticos que se popularizaram na literatura do século XIX, ou seja, que a criança é o ser que por excelência necessita de proteção, disciplina e amor. Como se a característica de uma infância ideal fosse a dependência aos adultos. O texto da Convenção reduz as infâncias a um conceito pronto,

acabado e toma a criança do texto da lei como universal (PONTE, 2005). Todavia, há formas inusitadas de se vivenciar a infância, um exemplo a ser citado pode ser feito a partir de um recorte em nosso próprio país, como: infância urbana, camponesa, indígena, etc.

Segundo Inês Vitorino Sampaio, na contemporaneidade há “uma tendência de superação da concepção moderna da infância, entendida como um período da vida separado a ser protegido e abrigado” (SAMPAIO, 2004, p. 4). Tem-se questionado esta definição de infância unidimensional. Nesse sentido, ao analisar os discursos sobre as noções de infâncias, são consideradas as condições sociais e culturais. Contextualizar estas condições é a maneira mais adequada de falar sobre essa temática, pois permite falar de infância no plural (OLIVEIRA; FRANCISCHINI, 2008).

É importante destacar que o ECA surgiu após o Brasil ter passado por 20 anos sob um regime de ditadura militar (1964-1985), e que foi pela aprovação da Constituição Federal, em 1988, a qual ficou conhecida como constituição cidadã, que crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. O artigo 227 da Constituição foi praticamente copiado pelo ECA. Antes do Estatuto, era o Código de Menores que vigorava, sendo que ele se voltava apenas para os abandonados, em situação irregular, crianças e adolescentes eram entendidos como objetos tutelados pela lei e pela justiça (REDE ANDI BRASIL, 2011). Diferentemente do Estatuto e sua doutrina de proteção integral, que prevê que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e cidadãos em fase peculiar de desenvolvimento.

Como visto, o ECA considera em seus artigos o paradigma da proteção integral no que se refere aos direitos da criança e do adolescente. O estatuto define, no artigo 4º, as esferas protetivas da criança e do adolescente: a família, a sociedade e o estado. Além de contemplar princípios protetivos - desde o direito à proteção à vida, à saúde e à educação -, o estatuto possui um enfoque intervencionista que contempla a aplicação de medidas socioeducativas. As medidas socioeducativas são aplicadas quando os menores de 18 anos cometem algum ato infracional¹¹, ou seja, conduta ilícita, crime ou contravenção penal. As medidas previstas nesta lei têm como objetivo a ressocialização do adolescente. Todavia, há um debate, desde 1993, que ganha força nos dias atuais, acerca da redução da maioridade penal por meio da PEC 171¹².

¹¹ Ato infracional é a conduta do adolescente descrita como crime ou contravenção penal (art. 103 do ECA). A mesma lei determina que, após comprovada a autoria do delito, sejam aplicadas medidas socioeducativas.

¹² Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>>. Acesso em: 10 jul, 2015.

Essas discussões que envolvem a redução da maioridade penal apontam, sobretudo, para fato de a lei ser percebida apenas como um instrumento de direitos, sendo considerada ineficaz quanto à sua operacionalização acerca dos deveres. Isto é, aqueles que reclamam pela redução acreditam que o Estatuto serve apenas para permitir que crianças e adolescentes cometam quaisquer atos infracionais e ainda assim fiquem isentos de responder pelos mesmos. Não nos deteremos neste ponto, já que a proposta deste estudo desenvolve-se sobre a categoria infância, melhor dizendo, refere-se aos discursos acerca das noções de infâncias.

Optamos por marcar os 12 anos como limite para circunscrever, de certa forma, a “infância”. Entretanto, para a Convenção dos Direitos da Criança seja “todo o ser humano menor de 18 anos” e para o ECA seja “a pessoa até doze anos de idade incompletos” e “adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

Embora no ECA a infância seja distinguida da adolescência, quase sempre aparece associada a problemas típicos do universo juvenil e também da sociedade de maneira geral. Ou seja, as crianças estão relacionadas em questões que envolvem a pobreza, o trabalho, a prostituição, a discriminação, práticas do consumo, entre outros.

É possível afirmar que a infância no “mundo real”, para além do texto da lei, extrapola as dimensões estabelecidas pela idade numérica. É como se fosse um sintoma revelando que há diferentes noções de infâncias sendo forjadas. As quais apontam cada vez mais para as especificidades desta fase da vida - plural e dinâmica -, ao mesmo tempo em que prevalecem as noções tradicionais de infâncias. As crianças se veem submetidas a estas noções distintas de infância, a da letra da lei e a que a extrapola.

3.4 A cobertura das infâncias nos *media* noticiosos

Muitas representações sociais sobre crianças e infâncias são oferecidas pelos meios de comunicação. Observa-se que os aspectos das infâncias, geralmente estão associados a temas como: violência, mortalidade, fome, escolaridade, pedofilia, prostituição. Estes, somados a outros, exploram conteúdos em que as crianças aparecem, ora como “futuro do país”, ora como infratores.

Os *media* brasileiros comunicam sobre as infâncias e as juventudes e trazem traços sobre o cotidiano de meninos e meninas em suas páginas. São crianças em situação de rua, de violência sexual e psicológica dentro da própria casa e ainda as que sofrem risco de morte pela falta de acesso a saneamento, entre outros. Também são retratadas crianças de

famílias ricas relacionadas a ações que envolvem educação, cultura, esportes e lazer. A Andi orienta a cobertura dos *media* desde a década de 1990, quando a agência deu início a suas atividades.

Há dezessete anos, um relatório da Andi identificou os conteúdos mais frequentes nos principais jornais brasileiros. A educação ficou no topo da lista, sendo seguida por outros quinze, entre os quais destacamos na ordem em que aparecem: direitos e justiça; saúde; violência; terceiro setor e políticas públicas (ANDI, 2000). A partir desse olhar da Andi sobre o modo como os discursos jornalísticos abordam as condições de vida das crianças, pode-se considerar que a elevada frequência de notícias, não necessariamente representa o sinônimo da busca de soluções.

Embora a Agência proponha equilíbrio nessa equação, isto é, entre um jornalismo de denúncia e uma prática social inspirada na responsabilidade e promoção do debate social (PONTE, 2005). Principalmente, se for uma cobertura sobre a violência envolvendo as crianças.

Em 2003, a Andi lançou a série *Mídia e Mobilização Social*. Em cada volume desta série há uma análise aprofundada de cunho quanti-qualitativo que contempla tanto aspectos relacionados ao papel das fontes de informação no âmbito da produção noticiosa, quanto os próprios jornalistas, atores governamentais, sociedade civil e setor privado.

Como fora demonstrado, a Andi possui estudos de investigação sobre a atenção dos *media* brasileiros na cobertura relativa às crianças, trabalho realizado com o auxílio de metodologias de observação quantitativa e qualitativa. Vale ressaltar que nesta pesquisa não buscamos o sentido nos enunciados, mas os processos nos enunciados e estes ao produzirem sentido. Consideramos que os processos sociais se materializam nos enunciados e que os mesmos trazem lugares ideológicos. E é devido a este fato - de os enunciados carregarem consigo os processos sociais -, que levamos em consideração os contextos.

Desse modo, entende-se que quando os jornais falam sobre infâncias, colocam em funcionamento todas as vozes, inclusive as que estão em dialogia com o passado. As várias noções de infâncias se imbricam, criando um jogo de força numa tentativa de colocar em circulação um modelo hegemônico de infância. Estas noções de infâncias que se materializam nos discursos jornalísticos podem ajudar na compreensão das profundas transformações pelas quais passou a atividade jornalística, além de sublinhar como e por que as crianças são notícias.

Uma possível resposta ao “porquê” pode ser identificada em uma análise feita no contexto português, conforme Almeida (2000). Esta autora afirma que o que contribuiu para a

maior visibilidade da infância foram o rejuvenescimento e a participação de mulheres no campo profissional. Segundo ela, os trabalhos que mais dedicam atenção à infância e às crianças trazem em sua maioria uma assinatura feminina. Neste quesito, a imprensa brasileira encontra algumas semelhanças com a de Portugal.

No Brasil, a participação das mulheres na imprensa pode ser entendida no âmbito das diversas mudanças nos setores econômico, político, social e cultural, a exemplo dos movimentos feministas do final da década de 1970; crises econômicas da década de 1980 e reestruturação de mercados em torno do mundo, na década de 1990, que ampliaram espaços profissionais para a participação das mulheres brasileiras.

Atualmente, a participação feminina no jornalismo brasileiro é maior que a masculina. Conforme pesquisa realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), ao final de 2012, os jornalistas brasileiros eram majoritariamente mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos.

Nos *media* noticiosos norte-americanos, como observa Moeller (2002, *apud* PONTE, 2005, p. 87), o crescente investimento afetivo na infância “decorre do declínio da imagem da mulher como ser desprotegido [...]. As mulheres teriam sido então substituídas pelas crianças como ícones da inocência e da pureza”. A autora combina esses aspectos à doutrina ideológica dos Estados Unidos de salvar o mundo, a qual cedeu lugar a uma derivada, isto é, salvar as crianças da fome, dos maus tratos. Um exemplo pode ser encontrado na letra de *We Are The World*: “We are the world, we are the children We are the ones who make a brighter day So let's start giving¹³”. A composição foi feita por Michael Jackson e Lionel Richie. A gravação, em janeiro de 1985, envolveu mais de quarenta dos maiores nomes da música norte-americana. A música teve como objetivo arrecadar fundos para o combate à fome no continente africano. Este ficou conhecido como projeto USA for África. No mesmo ano, um projeto parecido foi realizado no Brasil, neste a população carente era o Nordeste brasileiro.

Hartley (1998, *apud* PONTE, 2005, p. 114), ao tratar do lugar simbólico das crianças nos *media*, argumenta sobre um modo de interpelação pedocrático em que as “crianças estão disponíveis para servirem de imagens para a própria comunidade”. O autor levanta três hipóteses sobre esta interpelação do discurso jornalístico: 1) a juvenilização é indispensável, pois é orientada para audiências mais jovens e femininas; 2) os *media* buscam

¹³ Que traduzido é: “Nós somos o mundo, nós somos as crianças/Nós somos aqueles que deixam o dia mais brilhante/ Então, vamos começar a doar”.

nas histórias dos mais novos os mesmos valores de negatividade em reportagens sobre os adultos, tais como rebeldia, sexualidade; 3) notícias sobre crianças sempre focam em questões secundárias para as crianças. Para Hartley (1998, *apud* PONTE, 2005), a imprensa patologiza e diaboliza a infância, isto porque estas são por ela imaginadas como fora do social, como se não fossem relevantes.

Ponte (2005) considera alguns paradoxos sobre crianças como matéria noticiável. Conforme a autora,

as crianças têm um apelo universal e, em teoria, são acarinhadas em todas as culturas, enquanto constituem também um importante segmento para a publicidade e o mercado. As ameaças sobre elas geram respostas emotivas que podem captar leitores e audiências. Daqui o risco de as histórias e imagens serem mais apreciadas pelo seu valor sentimental e de captação de audiências do que pelo seu significado social (PONTE, 2005, p. 97).

Para Ponte (2005), as crianças são muitas vezes usadas como ilustração de matérias relacionadas à: guerra, fome, pobreza, entre outros. Em muitas delas, as crianças são representadas como vítimas ou vilões, todavia as respectivas consequências não são equacionadas. Esta é uma possível radiografia de um confronto que há entre a cobertura da infância à luz dos direitos e proteção e a defesa da liberdade de informar dos jornalistas.

Mas o modo como as notícias são construídas não é feito à revelia. A comunidade jornalística dispõe de dispositivos que traçam orientações quanto à produção de notícias. Há, por exemplo, o guia *The Media and Children's Rights*, resultado da parceria entre UNICEF e Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ). O documento apresenta tópicos com sugestões de temas para a cobertura noticiosa e como devem ser explorados. Os meios de comunicação brasileiros ainda contam com o auxílio da Andi e das estratégias dela quanto à expansão de temáticas sobre as infâncias brasileiras e questões inerentes ao desenvolvimento humano.

Estes discursos encontrados na cobertura dos *media*, ou seja: a infância alvo das políticas governamentais, de cuidados e proteção e que é adversa à violência e ao trabalho, possibilitaram o entendimento de possíveis noções de infâncias e como estas se envolvem com as questões do ideológico e do poder. A AD pode iluminar esta engrenagem fazendo-nos entender o seu dinamismo, pois permite que sejam percebidas as tensões e os processos sociais, em determinadas condições históricas, culturais e políticas. Nos textos seguintes são apresentadas algumas disposições sobre a UNESCO e a Andi, a fim de que se percebam a forma como cada uma compreende e explica as questões relacionadas aos direitos das crianças.

3.5 A UNESCO e os direitos das crianças

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹⁴ nasceu em 16 de novembro de 1945, em Londres, durante a Conferência das Nações Unidas. A organização preconiza a construção da paz, redução da pobreza, promoção do desenvolvimento sustentável e do diálogo intercultural por meio da educação, ciências, cultura, comunicação e informação. A constituição da UNESCO determina: “que todas as medidas possíveis devem ser tomadas para promover a realização de segurança e paz internacional e para promover o bem-estar dos povos do mundo”.

Os Estados-membros se reúnem a cada dois anos, conforme o disposto no artigo IV, em sua Conferência Geral, ocasião em que discutem e deliberam sobre os programas que serão desenvolvidos posteriormente. É na Conferência Geral onde são definidas as estratégias de ação que visam melhorias para as sociedades. Haja vista que a organização foi criada para acompanhar o desenvolvimento de toda a sociedade e auxiliar os países membros no enfrentamento dos desafios sociais.

Em 2009, Irina Bokova foi eleita Diretora-Geral da UNESCO. Entrou para a história da organização como a primeira mulher eleita. Atualmente ela está no segundo mandato. Em 2010, já sob a presidência de Irina Bokova, a UNESCO apresentou os desafios mundiais estabelecidos em duas prioridades: África e igualdade de gênero.

No mesmo ano, a Organização enumerou 65 ações correspondentes às áreas de atividade mais importantes que ela desenvolve. As ações receberam o título de “65 Ações da UNESCO em favor de todos os países do mundo”. Entre essas ações, três estão relacionadas diretamente às crianças. Na ordem em que aparecem no documento: Igualdade de Gênero nos Materiais Pedagógicos; Iniciativa E-9 e Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento (LIFE).

A ação de Igualdade de Gênero nos Materiais Pedagógicos aparece como 35ª, ela discorre sobre a importância dos materiais pedagógicos no aprendizado das crianças e como estes podem transmitir normas, valores e comportamentos sociais. Por isso, especialistas de seis países africanos foram habilitados para elaboração de compêndios que reúnem a especificidade do gênero (UNESCO, 2011).

¹⁴ Outras informações sobre a história da UNESCO, em inglês, disponíveis em: <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

Já a Iniciativa E-9 aparece na 39ª posição. Esta ação visa aprimorar a educação em nove países que possuem elevada taxa demográfica, entre eles: Brasil, China e México. Pois, conforme os dados, mais de 40% das crianças não escolarizadas encontram-se nestes países (UNESCO, 2011).

A LIFE aparece como a 40ª ação. Ela aborda sobre a taxa de analfabetismo no mundo. Aponta que dois terços das pessoas analfabetas estão entre mulheres e meninas. Esta iniciativa tem foco na alfabetização de adultos e crianças em 35 países, nos quais mais de 10 milhões de pessoas não sabem ler nem escrever. Estes países concentram 85% da população analfabeta do mundo (UNESCO, 2011).

O Brasil, sendo um dos Estados-Membros da UNESCO, vem trabalhando densamente para superar os desafios e objetivos da Organização, sobretudo considerando a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Estes objetivos foram traçados no ano 2000. Após uma década, as nações que firmaram compromisso, ao todo 147 chefes de Estado e de Governo, aceitaram o desafio de acelerar o cumprimento destes desafios até o ano de 2015. Os objetivos renovados foram estes: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o vírus HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Há 15 anos, o Brasil se reuniu com outros 164 países em Dakar. Os participantes assumiram o compromisso de colocar todas as crianças na escola a fim de alcançar os objetivos e as metas de Educação Para Todos (EPT). As metas dispõem sobre: o cuidado e a Educação Infantil; o Ensino Fundamental universal; o desenvolvimento de habilidades de jovens e adultos; a alfabetização de adultos; a paridade e a igualdade de gênero; e a qualidade da educação. O Brasil alcançou resultados positivos em relação a cada uma das metas (BRASIL, 2014).

Mas, além da educação, a UNESCO dispensa atenção também ao papel da mídia na formação da pessoa humana, principalmente no processo de socialização de crianças e jovens. Em *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*, Cecilia Von Feilitzen e Ulla Carlsson reúnem artigos escritos por especialistas, pesquisadores e pedagogos.

De acordo com a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (artigo 17), os Estados devem assegurar “o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física e mental”. Ainda mais

nesses tempos em que a mídia exerce influência no funcionamento da sociedade. Conforme Carlsson e Feilitzen (2002), os indivíduos mais vulneráveis neste mundo de mídia globalizada são as crianças, e estas mudanças que incorrem no processo de globalização influenciam suas vidas em profundidade.

Portanto, um dos procedimentos que precisam ser adotados para fazer valer os direitos das crianças no que diz respeito ao artigo 17 seria, em princípio, adotar a educação para a mídia e a participação das crianças na mídia (CARLSSON; FEILITZEN, 2002). Conforme as autoras, a educação para a mídia deve passar por definições que considerem o nível local, as necessidades das crianças e da comunidade local, pois, “a educação para a mídia também significa uma luta pela informação, um esforço pela justiça social e cidadania crítica”.

A educação para a mídia possui dois pontos de vista que se destacam: um é o que diz que a educação para a mídia conduz os indivíduos a serem críticos, independentes e participantes, defendido por países como Europa, Canadá e Austrália; o outro dá mais ênfase à libertação e desenvolvimento que a educação para a mídia significa. Este tipo encontra respaldo em países como África do Sul, Brasil e Índia (CARLSSON; FEILITZEN, 2002).

Contudo, apesar das diferenças, as autoras destacam que entre os dois modos de conceber a educação para a mídia, há também semelhanças. Sobretudo no entendimento de que a educação para a mídia e a participação da criança na mídia não eximem a responsabilidade nem da mídia nem dos políticos em fornecer conteúdo e programas infantis de qualidade.

É importante enfatizar que a UNESCO, desde 1998, elabora documentos que regulamentam, recomendam e orientam medidas relativas à mídia e à proteção da criança. Todavia, esta proteção não pode impedir que a criança participe do processo. O artigo 12 da Convenção explicita o direito da criança de ter sua opinião levada em consideração. Eis o paradoxo: embora seja um direito das crianças terem participação na mídia, é também um direito delas serem protegidas.

Observa-se como a educação das crianças se repete nestas ações e como cinge em torno de si descrições de outros fenômenos. É como se a educação funcionasse como um espaço de dispersão cujos feixes antecipam os elementos mais representativos, salientando, sobretudo, as indicações numéricas. A educação para a UNESCO possui, *a priori*, um papel central no desenvolvimento das nações.

3.6 Andi e a cobertura da infância

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que desenvolve ações e estratégias direcionadas à análise de temáticas associadas à infância e à adolescência na cobertura jornalística. Conforme Ponte (2005), o que a agência propõe é que haja equilíbrio entre o jornalismo de denúncia e a prática profissional. Em outras palavras, o que a Andi reclama é que seja dada mais atenção às crianças na imprensa.

Assim, junto aos meios de comunicação brasileiros, a intervenção da Andi constitui-se pela prestação de serviços informativos, sugestão de pautas junto às redações e também incentivos a prêmios para as melhores reportagens (PONTE, 2005). A Agência procura, de algum modo, influenciar os critérios jornalísticos de noticiabilidade e se torna fonte para os jornalistas.

A Andi diariamente seleciona e arquivava matérias relacionadas à infância e à adolescência e, por meio de uma análise detalhada de caráter quantitativo e qualitativo, traça um perfil da imprensa local. A pesquisa realizada pela Agência de Notícias da Infância Matraca em parceria com a Rede Andi Brasil¹⁵ sobre a cobertura da mídia maranhense identificou que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a lei mais citada pelos jornalistas (MATRACA, 2008). Na época em que a pesquisa foi realizada, o objetivo era avaliar de que forma o ECA, às vésperas de completar 15 anos, repercutia no âmbito da imprensa. Principal conclusão: 1,35% dos textos avaliados mencionavam o ECA e, em geral, de forma superficial.

É deste modo que a Andi desenvolve o seu trabalho: após selecionar as matérias, as distribui em categorias, calcula o número de inserções nos jornais e revistas e o aumento das inserções em cada ano. No diagnóstico realizado nos anos de 2003 e 2004, ela aplicou nas notícias pesquisadas um conjunto de 18 parâmetros quanti-qualitativos: 1) número de textos publicados; 2) fontes de informação; 3) voz da família; 4) voz da criança e do adolescente; 5) contextualização; 6) menção à raça/etnia; 7) textos com ótica de denúncia; 8) textos com a ótica de busca de soluções; 9) editoriais; 10) artigos com ótica de busca de soluções; 11) suplemento infantil; 12) seção (página ou suplemento) juvenil; 13) colunas de consulta para

¹⁵ A Rede Andi Brasil é uma articulação entre dez organizações de diferentes estados que desenvolvem iniciativas com foco na comunicação e na garantia dos direitos de meninos e meninas. No Maranhão, é a Agência Matraca que dá suporte à produção de notícias sobre a temática infância.

ou sobre crianças e adolescentes; 14) critérios de desenvolvimento humano; 15) veículos acima da média na cobertura da violência; 16) menção ao ECA nas matérias sobre violência; 17) princípio do contraditório; 18) pautas ocultas (ANDI, 2003)¹⁶.

Numa primeira observação destes parâmetros elencados para o levantamento sobre a cobertura da infância na imprensa brasileira, é possível fazer três constatações: a primeira é de que apesar dos incentivos propostos pela Andi aos meios de comunicação, existem ainda milhões de crianças à margem não só das pautas das redações, mas também do poder público; a segunda deriva da primeira e remete para perspectiva comercial da notícia, isto é, a orientação para os públicos. Sobre isto, Ponte (2005) afirma que existem duas grandes perspectivas, uma com dimensão sensacionalista e a outra de cumplicidade e proximidade afetiva com os leitores.

A terceira constatação é que estes parâmetros servem de convocatória aos jornalistas, no sentido de que eles devem estar cada vez mais atentos à responsabilidade dessa atividade de mediação que é, sobretudo, social. Conforme Traquina (2005), apesar de a atividade jornalística ser restringida pela tirania dos formatos, do tempo, das hierarquias e do próprio dono da empresa, não deixa de ser uma atividade criativa que possui, *a priori*, muita responsabilidade social.

Essa tentativa da Andi de influenciar os critérios de noticiabilidade do meio jornalístico põe em relevo, ainda que não seja de maneira intencional, que os meios de comunicação, sobretudo os jornalistas, estão defasados, deslocados na própria pele e por isso devem se submeter às disposições por ela sugeridas. Percebemos nisto, entre a Andi e os jornalistas, não um ideal de solidariedade, mas confronto de interesses em que, por meio dos discursos enquanto partes visíveis, é possível perceber as relações de poder das quais participam não só a Andi e os jornalistas, mas toda a sociedade.

3.7 A noticiabilidade sobre as infâncias no Maranhão

Apesar de a compreensão de como é feita a cobertura das infâncias dos/nos impressos maranhenses não ser o foco desta pesquisa, utilizamo-nos dos dados a seguir simplesmente para enfatizar a visibilidade da temática nos jornais em questão.

¹⁶ Relatório Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/infancia-na-midia-14a-edicao>>. Acesso em: 15 jul de 2015.

A Agência Matraca, numa análise comparativa entre três jornais de maior circulação em São Luís (*O Estado do Maranhão*, *O Imparcial* e *Jornal Pequeno*), no período de julho a dezembro de 2004 e igual período em 2007, apresenta como é feita a cobertura dos temas relacionados à infância e à adolescência nos três suportes.

A coleta de dados seguiu a metodologia adotada pela Andi. A Matraca selecionou e clipou todas as reportagens, artigos, entrevistas e editoriais, com mais de 500 caracteres que tinham relação com a temática da infância. A análise foi desenvolvida a partir de uma lista com mais de 40 temas, entre eles: educação, drogas, pobreza, situação de rua e mortalidade infantil. No ano de 2004, a agência coletou 3.088 matérias identificadas e relacionadas em algum aspecto com o universo infanto-juvenil; já em 2007 houve uma diminuição, foram apenas 2.306 notícias.

No jornal *O Estado do Maranhão* foram identificadas 1.442 matérias relativas à infância e adolescência publicadas em 2004, e 1.030 notícias em 2007. Em *O Imparcial* foram 806 em 2004 e 623 em 2007. Já no *Jornal Pequeno* foram 840 em 2004 e 653 em 2007 (MATRACA, 2008).

A educação foi o tema mais abordado nos três jornais. Em 2004, o tema aparece em 36,04% das matérias e em 43,97% em 2007. O segundo tema mais abordado foi a violência, com 9,54%. Nos temas sobre medidas socioeducativas, o ECA aparece como a lei mais citada pelos jornalistas.

Esta pesquisa da Matraca permite considerar dois tipos de representações sobre o universo infantil: uma que evoca cuidado e proteção às crianças, enquanto a outra toma as crianças como rebeldes e agressivas. Com frequência, predomina na mídia a imagem da criança associada à inocência e por isso precisa ser protegida das práticas do trabalho infantil, abuso e exploração sexual, pedofilia e pornografia infantil, etc.

Todavia, temos visto crescer nos noticiários outra dimensão da infância, aquela em que as crianças são agentes ou vítimas de violência. E quando são vítimas, a violência pode ser praticada por adultos ou por outras crianças. Entende-se que a análise de como são produzidas as noções de infâncias pelo discurso de dois jornais do Maranhão pode apontar possíveis respostas a estas e outras questões.

Dos jornais analisados na pesquisa realizada em 2004 e 2007, *O Estado do Maranhão* é o único que será analisado nesta pesquisa, o outro suporte será *O Progresso*. Os dois jornais circulam há 42 e 45 anos, respectivamente. Vale ressaltar que o jornal *O Progresso* foi escolhido em detrimento a outros jornais da capital por três motivos. O primeiro relacionado ao tempo de circulação do periódico no estado; o segundo porque a sede

do periódico está na segunda maior cidade do Estado (Imperatriz) e, por último, porque percebeu-se que o mesmo não foi incluído nas pesquisas da Matraca.

Foi justamente esta ausência de registro por parte da agência Matraca que motivou a realização da pesquisa de Oliveira (2011)¹⁷ acerca da cobertura da infância pelo maior e mais antigo jornal de Imperatriz. Na pesquisa, a autora buscou investigar a abordagem sobre a infância no periódico *O Progresso*, analisando, nas matérias selecionadas, os valores-notícias, o gênero e as fontes.

A pesquisa de Oliveira (2011) constatou que os principais valores-notícia das três editorias com maior ocorrência de matérias (polícia, cidade e regional) foram: morte e infração, relevância, notabilidade. Os gêneros, identificados pela autora conforme a distinção feita por Lage (1981), foram: notícia e reportagem. Oliveira (2011) também concluiu que, quanto às fontes, houve uma concentração, ou melhor, uma recorrência às chamadas fontes oficiais. As fontes mais procuradas na editoria de *Polícia*, por exemplo, foram o Instituto Médico Legal (IML) e a própria polícia.

Estes resultados das duas pesquisas falam algo a mais sobre a realidade do próprio Estado, sobre o tipo de intervenção – baseada em escolas, melhorias ambientais, resolução de conflitos – que realiza para promoção dos direitos das crianças e que áreas servem de apoio para alcançar tais objetivos. Os resultados ainda apontam para a prática do trabalho jornalístico, o condicionamento destes profissionais à pressão das horas de fechamento, o condicionamento às hierarquias superiores da própria empresa, a competitividade entre outros agentes sociais, as relações políticas e sociais com núcleos concorrentes, além, é claro, do próprio momento histórico.

3.8 As noções de infâncias pelos discursos teórico e institucional

É importante reiterar que esta pesquisa visa analisar como são produzidos os discursos sobre as noções de infâncias. Parte-se do entendimento de “infância” como um termo mutável, em constantes transformações, por isso utiliza-se o termo no plural. Já que seria arrogância apresentar como verdadeiros determinados conceitos sobre infâncias, adota-se o termo noções seguido de infâncias por acreditar que não se trata de uma explicação absoluta.

¹⁷ A autora, utilizando-se do método de análise de conteúdo, coletou e analisou todas as matérias de *O Progresso* que citavam direta ou indiretamente crianças e adolescentes, durante um período de seis meses (de 1 de julho a 31 de dezembro de 2008). Um artigo da pesquisa foi publicado na revista eletrônica Cambiassu, em 2011.

Ao dar ênfase ao caráter mutável da infância e de entendê-la como um processo, como uma construção social, não se está querendo dizer que essas construções são representações de uma falsa infância, tampouco que não existam relações de poder forjando essas ideias e noções sobre as crianças.

Então, a pesquisadora objetiva analisar como são construídas estas noções de infâncias pelos discursos dos jornais do Maranhão. Parte-se dos textos, todavia, o que se pretende não é uma análise descritiva de caráter imanente. O que se visa são os processos, as relações de força na sociedade. Dito de outra maneira, analisando os produtos visamos aos processos.

Por isso, este tópico é o ponto de clivagem – a tensão entre os campos, teórico e o institucional –, e onde é possível perceber o processo constante de luta e de negociação dos significados das infâncias; como o ideológico e o poder se configuram; e, como algumas noções de infâncias são propostas para a sociedade. Entender o funcionamento dessa engrenagem é primordial para a etapa de análise que será realizada posteriormente.

Como dito, as definições de infâncias são resultados de processos culturais, sociais e discursivos, e nesse ambiente plural nascem também as crianças. As duas são atravessadas por tentativas de homogeneização e muitas vezes são entendidas como sinônimas, todavia, não o são. Conforme Buckingham (2007, p. 20):

As crianças são definidas como uma categoria particular, com características e limitações particulares, tanto por si mesmas como pelos outros – pais, professores, pesquisadores, políticos, planejadores, agências de bem-estar social e (claro) meios de comunicação. Essas definições são codificadas em leis e políticas, e se materializam em formas particulares de práticas sociais e institucionais, que por sua vez ajudam a *produzir* as formas de comportamento vistas como tipicamente “infantis” – ao mesmo tempo em que geram formas de resistência a elas.

O autor entende que nem todos os discursos e definições se caracterizam como uma unidade homogênea e certa, ao contrário, eles se caracterizam por contradição e também por resistência. Isso quer dizer que o poder do adulto não é absoluto, pois as crianças podem resistir ou recusar estas definições. Esse tipo de resistência acontece no espaço da “micropolítica” da família e da escola. Disso é possível inferir que as crianças podem até serem cúmplices na manutenção de significados ligados a elas, tanto na relação entre crianças e adultos, como com outras crianças (BUCKINGHAM, 2007).

No discurso teórico de modo geral, as noções de infâncias são dependentes de dois tipos de discursos, um que é produzido por adultos e *para adultos*; outro que é produzido por adultos *para as crianças*. O primeiro tipo engloba os discursos acadêmicos, profissionais

(por exemplo, o da psicologia, o da fisiologia e da medicina). O segundo é produzido em formato de literatura infantil ou programas infantis para a televisão e outros suportes¹⁸.

Esses dois tipos de discursos trazem o que se pode chamar de “concepção adultocêntrica”, aquela na qual são os adultos que sabem o que é melhor para as crianças (KRAMER; LEITE, 1996). O mesmo ocorre com os brinquedos e brincadeiras. “Não são os adultos que dão em primeiro lugar os brinquedos às crianças?” (BENJAMIN, 2012, p. 268). Embora as crianças possam aceitar ou rejeitar esses brinquedos, muitos lhes são impostos por adultos que tentam interpretar à maneira deles, a sensibilidade infantil.

Esses discursos, nascidos das definições adultas, estabelecem critérios de comparação às crianças. São os adultos que julgam se determinada criança pertence a uma certa idade, são eles que estabelecem definições normativas do que se entende por infantil, além de suprimir poderes às crianças, mesmo em contextos onde as crianças podem se expressar, as ações delas continuam limitadas (BUCKINGHAM, 2007).

Foi a partir da segunda metade do século XIX que houve uma maior disseminação desses discursos. Época em que as crianças foram colocadas dentro de escolas, a regra era tirá-las das ruas, das fábricas e supervisionar o bem-estar delas. Estes discursos ainda ecoam em nossos dias, imbricados ao discurso institucional. Um exemplo, em 2004 o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu o projeto *Escola que Protege*, que tem como finalidade promover ações educativas e preventivas para reverter a violência contra crianças e adolescentes. Isto é, os discursos que tratam da proteção das crianças contra danos ligados à violência e sexo estão preocupados não apenas em proteger, mas fazer bem. Acreditamos que por traz disso há uma relação com o sistema sócio-econômico. Averiguar isso daria outros rumos à pesquisa, por isso não vamos nos deter neste assunto.

Assim como o discurso teórico, o discurso institucional também apresenta definições sobre infâncias, o que as crianças são e como devem ser. Entre eles, destacamos: a família, a escola e a UNESCO. A família e a escola, assim como a UNESCO, apresentam definições sobre direitos e responsabilidades das crianças. Todavia, nas duas primeiras os papéis de crianças e adultos estão em constantes negociações e disputas.

De acordo com Buckingham (2007), as expectativas da escola e da família em relação às crianças são carregadas de contradições, por exemplo, é do interesse de professores e pais que as crianças cresçam, sejam responsáveis, alcancem a idade adulta; só que são eles próprios que negam alguns privilégios, acusando-as de ainda “não terem idade”. E, apesar

¹⁸ A base teórica dessa abordagem é derivada de Buckingham (2007). O que se nomeou aqui como “noções de infâncias” o autor define por categoria de infância.

disso, as crianças acabam se envolvendo em muitas atividades que não estão “autorizadas” a fazer ou ter acesso, por exemplo, questões centradas em aspectos de sexo e violência.

Foi a partir do século XVIII que a instituição família se tornou hegemônica, sobretudo na França. Conforme Foucault (2001), na família, pais e filhos cumprem um conjunto de obrigações de ordem física, relacionadas aos cuidados, higiene e limpeza; aleitamento materno; preocupação com a indumentária; prática de exercícios físicos. Segundo este autor, a família não deve ser apenas uma teia de relações, ao contrário, “deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança” (FOUCAULT, 2001, p. 110). Essa ideia de cuidados quase sempre está associada ao fato de as crianças serem dependentes dos adultos.

Foram os discursos médicos e higiênicos os principais propagadores dessas práticas familiares, sendo que o objetivo deles consistia em controlar e governar a vida das crianças, por meio de um disciplinamento, que passou a ser exercido tanto pela família como pela escola. Dentro dessas instituições, as crianças são produzidas como um sujeito-aprendiz, sujeito-aluno (DORNELLES, 2005). Ainda é desta forma que as vimos em nossos dias, como aprendizes. Sobretudo, no espaço escolar.

É no espaço ordenado pela escola que as pedagogias disciplinares, postas em funcionamento ainda no século XVIII, maximizam técnicas que modelam e criam bons hábitos na criança, desde a educação alimentar à educação física. A alimentação balanceada tornaria a criança socialmente mais dócil, assim como os exercícios físicos e as brincadeiras. Este tipo de disciplinamento do corpo recebeu influência principalmente da ordem médico-higienista que entendia que impor às crianças disciplinamento, controle e vigilância era o requisito para formação de sujeitos mais dóceis (DORNELLES, 2005).

Passados dois séculos, observa-se que este modo de disciplinamento e vigilância do corpo ainda está em voga na atualidade. Tomemos como exemplo as escolas do estado do Maranhão. Em 2015, os Jogos Escolares Maranhenses (JEMs), principal competição estudantil do estado, chegou à 43ª edição e teve a participação de 96 municípios. Outro exemplo, em âmbito municipal, são os Jogos Escolares de Imperatriz (JEIs) promovidos pela Secretaria de Esporte e Lazer. Nestas competições, as crianças são separadas por duas categorias nos JEMs: infantil (12 a 14 anos) e infante (15 a 17 anos); e quatro nos JEIs: pré-mirim (8 a 10 anos), mirim (10 a 12 anos), infantil (12 a 14 anos) e infante (15 a 17 anos).

Estes são modos de administrar a vida dos sujeitos infantis nas instituições, isto é, alternar no espaço e no tempo atividades de cunho intelectual, mas também de lazer, “daí a

normatização do tempo de estudo e distração das crianças, adequando-as à faixa etária e à graduação das dificuldades dele exigidas” (DORNELLES, 2005, p. 62).

Como visto, a família e a escola exercem em menor ou maior grau poder sobre o corpo das crianças, pois se a escola é o local por excelência da educação e da aprendizagem, isso só é possível graças à relação desta com a família. Ambas, por meio de suas práticas discursivas, produzem modos de regular e disciplinar as crianças.

A UNESCO, que também foi englobada ao discurso institucional, dá ênfase ao desenvolvimento das nações por meio da educação, da ciência e da cultura. Os propósitos da Organização visam contribuir para a paz entre as nações, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. A Organização centraliza suas ações em duas prioridades globais: África; e igualdade de gênero.

No que tange às crianças de maneira específica, já no artigo de propósitos e funções, a Organização expõe que as nações são responsáveis pelo avanço da igualdade e de oportunidades educacionais e devem fazê-lo “sem levar em consideração raça, sexo ou quaisquer distinções, de natureza econômica ou social; sugerindo os métodos educacionais mais adequados à preparação das crianças do mundo para as responsabilidades da liberdade” (UNESCO, 2002, p.2).

Quando assume a prerrogativa de assegurar a educação para todos, a UNESCO também se compromete com a formação dos profissionais da educação, com o fortalecimento da investigação e da divulgação dos resultados alcançados em cada país, tais como diagnósticos e indicadores para monitoramento e avaliação. Por exemplo, um recente relatório apontou que as meninas representam mais da metade das crianças fora da escola no mundo e que três quintos do bilhão de pessoas mais pobres do planeta são meninas e mulheres. A partir dessas considerações, a UNESCO promove ações para nivelar as desigualdades, pois entende que é possível fazê-lo no domínio da educação, em termos de acesso à educação, de permanência na escola, de término dos estudos, além de boas condições dos serviços educativos.

A UNESCO entende que é dever do Estado proteger a criança contra todas as formas de discriminação e ao mesmo tempo promover os direitos delas. Em linhas gerais, os discursos da UNESCO propagam ideias em consonância ao que se explicita na Convenção dos Direitos da Criança, isto é, reafirmam a vulnerabilidade das crianças e sublinham a necessidade destas por proteção. Desse modo, entende-se que nestes discursos coexistem concepções protecionistas, mas que reconhecem a identidade social da criança e seu direito à participação em debates que levam em conta o interesse delas.

Para tratar sobre as noções de infância nos discursos jornalísticos, volta-se outra vez ao estudo realizado por Cristina Ponte (2005), por considerar que os estudos da autora têm relação com a natureza desta pesquisa, que envolve as noções de infâncias pelos discursos dos jornais do Maranhão. Ponte (2005), ao analisar 30 anos (de 1970 aos anos 2000) do *Diário de Notícias* e do *Público* na cobertura de notícias sobre crianças, identificou três momentos do jornalismo. Desde um jornalismo de militância política, que abordava a criança como vítima, passando pelo jornalismo que apela por ações em prol das crianças, até o jornalismo de orientação para o leitor consumidor. Pode ser que os jornais do Maranhão tenham semelhança com alguns destes momentos identificados no jornalismo português.

Conforme Ponte (2005), cresceu na imprensa portuguesa, sobretudo nos últimos anos, a utilização de fontes oficiais (figuras públicas ligadas à infância) e especializadas (discursos pediátrico e pedagógico). De acordo com a autora, quando a voz do jornalista se funde com essas outras vozes, é feita a construção da criança romântica, chamaremos de noção romântica “uma descrição da infância como tempo de pureza, inocência e despreocupação, acompanhada pela nostalgia de uma perdida idade de ouro” (PONTE, 2005, p. 274).

Ponte (2005) afirma ainda sobre a análise dos jornais portugueses, que a reduzida atenção dada aos problemas relacionados às crianças revela a tradução de uma focagem na criança aluno, na criança da família e na criança em risco, em que a responsabilidade individual das famílias predomina sobre a responsabilidade social do Estado.

A autora destaca que a crescente cobertura envolvendo os mais novos abrange questões relacionadas ao jornalismo de orientação para o mercado, haja vista o reconhecimento do valor emocional ligado às crianças e às suas histórias carregadas de interesse humano com potencial para gerar uma “boa história” (PONTE, 2005).

Ao refletir sobre esse jornalismo de orientação para o mercado, tomamos de empréstimo de Patrick Charaudeau, em *Discurso das Mídias*, conceitos sobre as lógicas: econômica, tecnológica e simbólica, que o autor aplica ao suporte organizacional das mídias, porém, aqui serão aplicados ao jornalismo. A primeira, a lógica econômica relaciona-se à necessidade que o jornalismo tem de se manter no mercado; a lógica tecnológica se estende à quantidade e qualidade de difusão; e, por fim, a lógica simbólica compreende a missão de servir à cidadania, é ela que constrói sistemas de valores para as comunidades.

Ora, é a lógica simbólica que nos interessa aqui, pois ela constrói “as representações dos valores que subjazem as suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido” (CHARAUDEAU, 2006, p. 16). Conforme o autor, não é de

estranhar que a lógica simbólica governe as outras duas. Isto permite inferir que de alguma maneira o jornalismo constrói uma representação que toma o lugar da realidade, ao passo que é possível descrever as diferentes configurações que a tornam visível.

Este conceito da lógica simbólica, se aplicado ao objeto desta pesquisa, mostra que o jornalismo revela noções de infâncias, mas também pode mascarar outras, seja de maneira consciente, ou de má fé; pode, às vezes, mudar os sentidos ou apenas revelar em parte. Dito de outra maneira, apesar de as noções de infâncias pelos discursos jornalísticos serem atravessadas pelos discursos teórico e institucional, os discursos jornalísticos assumem uma forma particular em relação às noções de infâncias, pois é ao mesmo tempo lugar de produção, construção e interpretação de sentidos¹⁹.

Em síntese, o que se quer dizer é que as noções de infâncias resultantes das/nas páginas dos jornais ora analisados, dependem da relação das instâncias de produção e de recepção e a complexidade dos processos que as envolve. Assim, as possíveis noções de infâncias podem estar carregadas de “efeitos de sentidos possíveis”, uma parte pode ter sido construída conscientemente pelos jornais, a outra pode corresponder ao sentido construído pelo leitor (ver discussão no capítulo 2).

Portanto, o papel desta pesquisadora é o de tentar compreender e analisar as condições de produção por meio dos enunciados, por acreditar que estes visam produzir sentidos, ainda que não sejam percebidos tal como foram imaginados na instância de enunciação, haja vista que a instância de recepção também constrói seus próprios sentidos.

Acredita-se que as construções enunciativas de infâncias pelos jornais do Maranhão não são transparentes, têm opacidade e são, à sua maneira, um fragmento da realidade e não existem *de per se*, pois são da ordem do social, e o sentido a elas atribuído é dependente das práticas sociais e do sistema produtivo de discursos.

¹⁹ Esse argumento deriva dos exemplos utilizados por Charaudeau (2006) ao apontar os lugares de construção de sentido da máquina midiática, porém, aqui são aplicados unicamente ao jornalismo.

4 ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Nesta pesquisa, o social é visto como um universo rico de significados e passível de investigação; e a linguagem dos atores sociais e suas práticas são matérias-primas dessa abordagem. O caminho escolhido busca reduzir a distância entre a teoria e os dados, isto é, busca a compreensão do fenômeno pela sua interpretação. Assim, a metodologia da pesquisa apresenta um trabalho exaustivo por conta da coleta de dados; da grande quantidade de dados. Apesar disso, o enfoque qualitativo trouxe êxito para a pesquisa devido ao seu caráter holístico.

A metodologia busca reconstituir as operações discursivas a partir das marcas presentes no texto. Estas operações caracterizam a especificidade de cada discurso, que pode ser inferida por meio do dispositivo de enunciação, o qual designa as vozes plurais que se organizam e dialogam nos discursos.

4.1 Natureza da pesquisa, métodos e técnicas

Para dar conta de nosso objetivo geral, qual seja o de analisar como são produzidas e colocadas em circulação as construções enunciativas de infâncias pelos jornais do Maranhão, *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*, utilizaremos da Teoria dos Discursos Sociais (TDS) como aporte teórico-metodológico.

Sendo uma pesquisa de natureza qualitativa, essa abordagem consiste em avaliar o conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos e também do contexto onde aparecem, sem esquecer os meios que o veiculam e a quais públicos se destina (LAGO E BENETTI, 2008). E ainda busca “reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação” (TEIXEIRA, 2012, p. 137).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental, isto é elaborada a partir de materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Conforme Moreira (2006, p. 272), “a análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”. E, neste caso, conhecer quais as infâncias que os jornais do Maranhão constroem e põem em circulação.

A metodologia de análise é aquela proposta por Pinto (2002), Lopes (2004) e Verón (2004), que busca reconstituir as operações discursivas a partir das marcas presentes nos textos. Segundo Pinto (2002), esses traços a serem procurados, seja no texto verbal ou em

uma imagem, são abordados como discursos. Isto é, seja qual for o produto de cultura, ele pode ser visto como um discurso social e está sempre relacionado a outros, remetendo-se a outros *ad infinitum*, ao que o autor denominou de *postulado da semiose infinita*.

Sobre as operações discursivas, tais como as vozes plurais de um discurso, a TDS admite a pluralidade dos sujeitos, o que Pinto (2002) chamou de *postulado da heterogeneidade enunciativa*, em que é utilizado o conceito de *polifonia* Bakhtin (1977) ou *heterogeneidade enunciativa* Authier-Revuz (1982). Como dito, as matérias dos jornais, ou seja, os textos são vistos como discursos, nisto fica implícito que há um lugar idealizado pelo emissor, denominado *sujeito da enunciação* por Benveniste (2006) e um lugar do receptor, igualmente idealizado, denominado por Pinto (2002) de *sujeito falado*. Há ainda outros sujeitos que aparecem como personagens nos textos, estes são denominados de sujeitos do enunciado (BENVENISTE, 2006).

Sobre a análise empreendida nesta pesquisa, torna-se necessário esclarecer que é uma análise em produção e em reconhecimento, levando-se em conta as condições de produção/consumo dos discursos sociais postos em jogo, que consiste na hipótese formulada por Pinto (2002), denominada de *postulado da economia política do significante*. Esta análise é em produção, porque trata do ideológico, na forma como os discursos produzem ou constroem o “real”, por isso, examinam-se: a) as determinações responsáveis pelas escolhas (conscientes ou não) que engendram os discursos e; é também em reconhecimento, pois trata do poder, na forma como os discursos produzem efeitos: b) as determinações e restrições que organizam a recepção. Parte-se do entendimento de que o que está posto em circulação são os sentidos (PINTO, 2002; VERÓN, 1980/2004; ARAÚJO, 2000).

E, como o sentido de um objeto significativo é sempre dependente do contexto e diferencial, ou seja, se houver diferenças entre as condições de produção de dois discursos, isto evidentemente resulta em diferenças de sentido, fato que justifica uma metodologia comparativa para que se estabeleçam as singularidades de cada jornal e seus respectivos discursos acerca da infância.

Esta análise não procura interpretar textos, decifrar significados latentes, ler nas linhas ou entrelinhas, ela investiga: os modos de dizer, os modos de mostrar e os modos de seduzir com a temática sobre infâncias. Para tanto, compete a esta análise buscar as estratégias enunciativas e os recursos discursivos, tais como as marcas da polifonia, do dialogismo, do ideológico e do poder. Também foram selecionados alguns tipos de marcas conforme a relevância delas na construção enunciativa sobre infâncias:

- a) aspectos formais (gênero, apresentação gráfica, diagramação, ilustração);

b) Marcadores formais linguísticos: modalizadores adverbiais que têm por finalidade quantificar ou temporalizar (exemplos: mais, menos, hoje, sempre); palavras aspeadas indicadoras das relações polifônicas; conectivos (exemplos: no entanto, além disso, mas, porém, e, se), por evidenciarem no contexto discursivo as posições que cada sujeito do enunciado pretende assumir, bem como as que conferem aos demais enunciadores; e os tempos verbais (exemplo: uso do verbo no presente do indicativo: faz, nomeia; no futuro do presente: fará, nomeará), pois implicam na credibilidade do enunciador e na maneira de captar o leitor por meio de uma aproximação ou distanciamento em relação ao momento da leitura com o acontecimento, em outras palavras, os tempos verbais são responsáveis pela construção das imagens (sujeito da enunciação, sujeito do enunciado e sujeito falado) e pelas relações entre eles.

4.2 Corpus de análise

A pesquisadora empreendeu tempo a fim de realizar a coleta de dados em todos os cadernos dos jornais *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*. O recorte temporal é de doze meses, entre janeiro e dezembro de 2014. O ano escolhido justifica-se por ser desvinculado da ideia de comemoração de aniversário do ECA, a data específica 13 de julho poderia servir como um “news peg” ou gancho para justificar a noticiabilidade de um acontecimento envolvendo a temática em questão, ou outro que teve lugar no passado, não foi esse o caso.

O ano de 2014 foi escolhido por ser apenas um ano ordinário, e, claro, por haver diversos registros de acontecimentos envolvendo crianças, em todos os meses, nas páginas dos dois jornais. Outro motivo que impulsionou a escolha do ano foi o fator tempo, por ser o ano mais recente dentro do intervalo que marca as fronteiras que delineiam o tempo hábil de conclusão da pesquisa, já que o ano posterior passou a ser o ano de coleta de todo o material necessário para as análises.

A identificação das invariâncias foi uma tarefa exaustiva. Passou-se em revista todo o material coletado a fim de perceber como a temática sobre a infância é tratada no dia a dia do jornal. As matérias analisadas se enquadram em cerca de quatro invariantes: Crianças e Estado; Crianças e Educação; Crianças em risco; Crianças em dias “D”.

A definição desses temas aconteceu mediante a frequência com que foram identificados nos jornais, buscou-se matérias em todos os cadernos, nas capas, nos editoriais. Das matérias identificadas, serão analisadas duas de cada núcleo discursivo, quantidade considerada necessária diante da análise que se pretende realizar, já que, no caso desta

pesquisa, o quantitativo não é um dado importante, tendo em vista que o foco são os discursos.

O *corpus* de 21 superfícies textuais advém dos grupos de matérias identificadas ao longo do ano de 2014, por julgar-se desse modo estar contemplando aquilo que circulou naquele ano observando a equivalência da invariante a que pertencem.

Pretende-se contribuir para uma identificação dos modos de funcionamento de discursos e das funções que desempenham no contexto da infância no Maranhão. Ou seja, conhecer como é construída a imagem da criança maranhense pelos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Progresso*, e assim entender como se estabelecem as relações de poder através dos discursos da infância.

4.3 Sobre os jornais impressos do Maranhão

Os periódicos *O Progresso* e *O Estado do Maranhão* são tomados neste trabalho como lugar de seleção e de construção do que é dito ou é silenciado sobre a infância. E como visto em Pinto (2002), o contexto exerce força sobre o modo como os textos são produzidos, conforme o ritual do processo comunicacional, seguindo normas e convenções estabelecidas.

O gênero notícia, por exemplo, sofre influência não apenas das normas que o caracteriza como sendo um tipo de texto jornalístico marcado pela linguagem direta, formal e de caráter informativo, mas também das rotinas de produção, constrangimentos institucionais, além do processo de seu consumo.

No primeiro momento, houve o recorte quanto aos jornais impressos dos quais as matérias a serem analisadas seriam extraídas. Foram escolhidos dois jornais: *O Estado do Maranhão* e *O Progresso*. O primeiro por ser o mais importante em circulação no estado, o segundo por ser o mais antigo em circulação no interior do estado.

Além disso, existem similaridades entre eles, tais como: formato, periodicidade, circulação, entre outros; aspectos necessários já que se pretende desenvolver uma análise comparativa a partir do modelo proposto em Pinto (2002), Lopes (2004) e Verón (2004).

4.3.1 Jornal *O Progresso*

Fundado em 03 de maio de 1970 pelo tipógrafo e empresário gráfico José Matos Vieira e pelo advogado e jornalista Jurivê de Macêdo, *O Progresso* é o jornal mais antigo de Imperatriz em circulação diária, e o terceiro do Maranhão. Em sua primeira versão, o jornal

era impresso em apenas quatro páginas e circulava apenas uma vez por semana (SANCHES, 2002).

A fundação de *O Progresso* aconteceu ao mesmo tempo em que as primeiras emissoras de rádio e TV se estabeleceram na cidade de Imperatriz. *O Progresso*, ao lado dessas outras mídias, viu a cidade se transformar, foi um período de construções de grande porte na região, como a construção da rodovia Belém-Brasília iniciada no ano de 1958 e no decorrer dos anos de 1970/1989. A abertura de estradas, aliada à riqueza das terras, definiu a preferência de migrantes por Imperatriz, fator determinante para o crescimento do município (FRANKLIN, 2008).

Em outubro de 1975, o jornal é vendido. O novo proprietário, Sergio Antonio Nahuz Godinho, entrega a administração do mesmo a Jurivê de Macêdo e ao advogado Agostinho Noleto Soares. Com a aquisição de novas máquinas, o jornal passou a circular de terça a domingo. *O Progresso* se transformou, além de nova aparência gráfica, triplicou o número de páginas, passou a ser composto por 12 páginas (SANCHES, 2002).

Porém, foi difícil manter a sua administração. O jornal deixou de circular regularmente por alguns meses. Sergio Godinho, que na época residia fora de Imperatriz, desestimulado pelas dificuldades de manutenção do diário, decidiu vendê-lo. Todavia, em 1978 consegue reavê-lo, concomitante a isto, dedica investimento rumo à modernização do jornal. Em 1986, quando estava sob direção de Adalberto Franklin, o jornal passou por uma modernização, chegou à redação a impressora offset e o jornal passa a ter 16 páginas divididas em dois cadernos.

Em 1988, o jornalista Coriolano Rocha Filho, mais conhecido como Coló Filho, assume a direção do jornal. Mas, em dezembro de 1992, deixa-o para realizar outras atividades. Entretanto, voltou ao jornal como repórter e em 1999 assumiu pela segunda vez a direção, função que ocupa até hoje.

Vale destacar que, no intervalo que vai desde a fundação de *O Progresso*, de 1970 a 1989, a violência foi o tipo de informação que mais ganhou destaque nas publicações. *O Progresso* publicou manchetes de assassinatos, estupros, e de outras tragédias do cotidiano de Imperatriz. As fotografias, por exemplo, eram impressas em tamanho grande e traziam a superexposição da violência acompanhada pela narração detalhada dos fatos. Eram notícias sobre os “crimes de pistolagem” cometidos na região (ASSUNÇÃO, 2012). *O Progresso* e outros impressos da época, ao enfatizarem notícias relacionadas a essa temática, podem ter contribuído para que a cidade de Imperatriz tenha recebido o título de “capital da pistolagem”, metáfora ainda comum na atualidade.

No entanto, não foi apenas de violência que o jornal viveu, outras editorias foram surgindo, tais como: sessões de serviços, de opinião; aparecem também notícias internacionais, nacionais e regionais; os assuntos esportivos ganham espaço; surgem as charges, as colunas sociais, a publicidade de emissoras e de rádios com as respectivas programações.

O Progresso tem periodicidade diária, formato *standard*. O preço de seu exemplar é R\$ 2,00 (dois reais). Suas editorias se dividem em: Política, Regional, Cidade, Polícia, Tocantins, Geral e Esportes; e nos fins de semana, um caderno extra com Miscelânea, Social, Especial. O impresso possui a versão online desde os anos 2000, e tem como slogan: Expressão Regional, e alega cobrir boa parte do sul e do sudoeste maranhense e São Luís, e adentrar algumas cidades no estado do Tocantins.

4.3.2 Jornal *O Estado do Maranhão*

O Jornal *O Estado do Maranhão* pertence ao Sistema Mirante de Comunicações, conglomerado de mídias de propriedade da família Sarney, que envolve também TV, rádio e portal de notícias. Tem periodicidade diária, formato *standard*. O preço de seu exemplar é R\$ 2,00 (dois reais). Seus cadernos e editorias se dividem em: Cidade, Alternativo, E+ (tablóide de periodicidade diária), O Mundo, O País, Política, Polícia, Economia, Portos, Vida, Geral, PH em cena (terça e domingo), Revista da TV (tablóide de domingo), DOM (editoria apenas do domingo), Classificação (tablóide, diário), Na Mira (tablóide, sexta-feira), Terceiro Setor (tablóide mensal).

O jornal *O Estado do Maranhão*, herdeiro do *Jornal do Dia*, circulou pela primeira vez em 08 de março de 1953²⁰, porém, a data de fundação aceita pelo grupo é a de 1º de maio de 1959, data em que o jornal foi comprado pelo empresário e político Alberto Aboud.

A mudança de nome do *Jornal do Dia* para *O Estado do Maranhão* ocorre em 1973, quando o então senador José Sarney assumiu o comando do periódico juntamente com poeta Bandeira Tribuzi. Foi o poeta que sugeriu a mudança de nome do jornal. Passou-se então a comemorar o aniversário do jornal em 01 de maio de 1973, data da primeira edição com o novo título (*O Estado do Maranhão*). Ficando o ano de 1959, como ano de fundação.

²⁰ Ver mais sobre o histórico no portal Imirante. Disponível em: <<http://imirante.com/oestadoma/historico/>>. Acesso: 15 jul de 2015.

No trecho de uma entrevista concedida a Paulo César D'Elboux, em 18 de dezembro de 2002, Sarney afirma: “Eu criei o jornal porque eu tinha que ter um instrumento político, todos os jornais do Maranhão foram fechados. Fiz um jornal que era o nosso veículo de expor nossas ideias” (D'ELBOUX, 2002, p. 36). Nessa entrevista, Sarney declara que foram interesses políticos que o levaram à compra do jornal, haja vista que na época ele não era empresário, nem precisava de um negócio como aquele.

Com a mudança de proprietário e novo título, *O Estado do Maranhão* transfere suas instalações do antigo endereço na Rua Joaquim Távora, número 105-B, hoje Rua Nazaré, para Avenida Ana Jansen, 200, no bairro São Francisco, onde funciona hoje em dia a sede do Sistema Mirante de Comunicação.

Além da mudança de nome, o jornal ganhou uma reforma gráfica e editorial; passou a ser feito em offset e com sistema de composição eletrônica mais moderno. *O Estado do Maranhão* foi um dos primeiros jornais do Norte e Nordeste a usar cor, nos idos de 1990 o colorido já se disseminava, além das capas nas edições de domingo.

Assim como a década de 1990 abriu espaço a fim de receber bancadas para os computadores, os anos 2000 também registraram mudanças no espaço, que foi novamente reformado no intuito de possibilitar o aproveitamento do espaço e integração dos profissionais. Atualmente, conforme informações do site Imirante, *O Estado do Maranhão* conta com uma equipe com mais de 35 profissionais, entre repórteres, editores, redatores, colunistas e revisores.

4.4 As invariantes: suas encenações e enunciações

A invariante **Crianças e Estado** compreende enunciados em que as crianças ora aparecem como crianças protegidas, ora como crianças assistidas. Esses dois tipos de enunciados se complementam. Os que estão inseridos dentro do primeiro tipo, *crianças protegidas*, fazem referência à concepção da criança como sujeito de direitos e a de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e orienta-se contra toda forma de exploração (do trabalho infantil, exploração sexual), violência (abuso sexual) e discriminação.

Já os do segundo tipo, *crianças assistidas*, fazem referência às condições saudáveis de crescimento, acesso à educação, à saúde, isto é, relaciona-se com os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à convivência familiar e comunitária etc. Veja alguns exemplos:

- Sedes vai priorizar ações voltadas para criança, adolescente e idoso (*O Estado Maranhão*, 9 de fevereiro);
- Cerca de 600 meninas foram imunizadas contra o HPV (*O Estado do Maranhão*, 25 de março);
- CEMAR firma parceria com o UNICEF em prol das crianças do Maranhão e da Amazônia Legal (*O Progresso*, 30 de julho);
- Justiça determina que município forneça cadeira de rodas à criança com paralisia cerebral (*O Progresso*, 24 de dezembro).

Com algumas exceções, as matérias que abordam o tema crianças dentro do cenário das políticas de ação do Estado, geralmente são expostas de forma secundária nos cadernos, como cidade e regional, com imagens em tamanho mediano, sem muito destaque. As abordagens possuem duas características: a primeira delas é que em todas as matérias é explicitado o trabalho e o empenho do Estado em garantir os direitos das crianças, os enunciados parecem conduzir a opinião dos interlocutores para o fato de que o Estado sempre atua de forma eficaz, poucos são os enunciados que dizem o contrário, todavia, aparecem de forma esporádica: “Prefeitura não paga aluguel de prédio e alunos ficam sem aula”; “Escolas municipais funcionam precariamente em São Luís”. Os dois são do jornal *O Estado do Maranhão*, matérias que saíram nos dias 25 de março e 17 de agosto, respectivamente.

A segunda característica, que pode até ser considerada consequência da primeira, é que nas matérias as crianças são vistas como seres passivos, necessitados de uma constante intervenção do Estado para que os seus direitos sejam respeitados. Percebeu-se que não é abordada qualquer ação, ou autoria por parte das crianças. No domínio do político, os enunciados dos jornais aquecem a luta pela detenção do exercício do poder. Idêntica função pode ser verificada na instituição escolar, com a legitimidade no domínio do saber. Cada uma destas instituições gerencia as crianças e suas infâncias por meio de saber e poder.

A invariante **Crianças e Educação** engloba desde a educação infantil, enquanto primeira etapa da educação básica atendendo a crianças com até três anos de idade em creches e de quatro a cinco em pré-escolas, até o ensino fundamental, que atende crianças a partir dos seis anos. Porém, como o Ministério da Educação implantou ensino fundamental em nove anos, é importante ressaltar que só foram selecionados aqueles enunciados de matérias que apontam crianças até os onze anos.

Percebeu-se, pelos enunciados, que a escola se ocupa mais do aluno do que da criança. É como se a criança ficasse em segundo plano enquanto sujeito dotado de emoções, vontades, saberes e sentimentos, e, em primeiro plano destaca-se o aprendiz, aquele a quem é destinada uma agenda de comportamentos que devem ser seguidos à risca, já que prevê avaliação, sanções e prêmios.

A criança desses enunciados existe a partir da instituição escola. É uma criança que cresce e se desenvolve vivenciando a rotina de um ano escolar, isto é, é produzida no interior das articulações do saber, da disciplina do corpo - que repousa sobre assentos de madeira ou plástico, que se ajusta em uniformes, mas que também brinca -; da mente - aprender é o trabalho do aluno -; e das intempéries que surgem ao longo do ano letivo, por exemplo: a greve dos professores; a falta de ônibus para o transporte dos alunos. Veja alguns enunciados:

- Programa Alfa e Beto alfabetizou 93 mil alunos no Maranhão (*O Progresso*, 19 de fevereiro);
- Prefeitura amplia e melhora o atendimento aos alunos de Educação Infantil (*O Progresso*, 24 de abril);
- Juiz proíbe transporte inadequado de alunos da rede pública em Bacuri (*O Estado do Maranhão*, 10 de maio);
- Município e Estado são obrigados a regularizar o transporte escolar (*O Progresso*, 10 de maio)
- 848 alunos participam da Olimpíada de Matemática em São José de Ribamar (*O Estado do Maranhão*, 02 de agosto)
- Alunos trabalham alimentação em feira de ciências (*O Progresso*, 22 de novembro);
- Pais de alunos temem atraso em reposição de aulas do Município (*O Estado do Maranhão*, 23 de dezembro);

Os enunciados presentes nas cenas enunciativas também apontam a escola como lugar onde essa criança-aluno brinca e convive com seus pares, ainda que seja quase sempre na presença dos adultos. Os enunciados propõem que lugar de criança é na escola, onde ela, a criança-aluno, é alvo de mecanismos de vigilância e controle. Pode-se constatar nos enunciados a seguir: “Alunos da rede municipal participam do Circuito BB” (*O Estado do*

Maranhão, 18 de janeiro); “Teatro de fantoches leva diversão e aprendizado às crianças do Jardim Canossa” (*O Progresso*, 28 de fevereiro).

É importante destacar que os enunciados com a criança-aluno da rede particular de ensino são sempre otimistas. São em sua maioria produtos de assessorias. Verifica-se nos textos a necessidade de criar uma imagem positiva daquelas instituições. As crianças destas instituições aparecem nos enunciados como sujeitos que praticam ações. Veja alguns exemplos: “Alunos do COC fazem doação para Ampare” (*O Progresso*, 26 de setembro); “Alunos do COC realizam trabalho sobre culinária nordestina” (*O Progresso*, 06 de setembro de 2014). Estes enunciados só foram percebidos no jornal *O Progresso*, sendo citado aqui apenas em nível de ilustração.

Já na invariante **Crianças em risco**, os enunciados compõem situações em que a criança tem seus direitos violados ou ameaçados, seja por omissão do Estado, da sociedade ou ainda por omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.

Os enunciados que tratam da criança em situação de risco, podem ser classificados em três grandes grupos: 1) o que fala acerca de políticas públicas, campanhas e tentativas de conscientização da sociedade para o problema da violência infantil, levantamento de dados sobre a violência contra crianças; 2) o que cita os casos concretos em que as crianças são vítimas de abuso sexual; e 3) o de enunciados que citam casos que relacionam crianças e morte.

No primeiro grupo de enunciados, muitas vezes as crianças são tratadas em segundo plano, não ganham tanto destaque como os sujeitos de outros enunciados inseridos na mesma página. Não é um tema que os jornais tratam, eles apenas cobrem essa pauta e nela a criança está proporcionalmente escondida:

- CREAS lança Semana de Combate e Enfretamento ao Abuso e Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente em Imperatriz (*O Progresso*, 13 de maio);
- Multiplicam-se casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil (*O Estado do Maranhão*, 18 de maio);
- Combate a abusos contra crianças e adolescentes movimentam cidades (*O Estado do Maranhão*, 16 de maio);
- Abuso sexual contra crianças e adolescentes é tema de campanha (*O Estado do Maranhão*, 04 de setembro).

No segundo grupo, em que os enunciados abordam casos concretos de violência, os suportes igualmente cobrem o tema. Os traços encontrados nos textos remetem a um certo descaso dos jornais em relação às temáticas que envolvem as crianças. Eles, pelos modos de dizer, revelam pouca ou nenhuma iniciativa própria para cobrir tais temas. E, conforme observado, a maioria dos enunciados cita a violência sexual sofrida por crianças. Os textos revelam aspectos hegemônicos do discurso policial, haja vista a editoria de Polícia ser o lugar onde esses enunciados disputam espaço: “Suspeito de estuprar a sobrinha de 5 anos tenta o suicídio em delegacia” (*O Estado do Maranhão*, 09 de janeiro); “Octogenário é preso em Cidelândia acusado de abuso sexual de menina de três anos” (*O Progresso*, 04 de maio); “Lavrador é autuado em flagrante acusado de estupro de vulnerável” (*O Progresso*, 11 de maio); “Preso homem suspeito de manter relações com as filhas na Ilha da Paz” (*O Estado do Maranhão*, 24 de junho); “Pais acusados de espancar o filho de cinco anos são presos” (*O Progresso*, 17 de maio).

O terceiro grupo é composto por enunciados que citam casos que relacionam crianças e morte (onde estão as crianças mortas em um jornal diário?). Estes enunciados comportam uma marca de tempo, passado ou futuro. Os enunciados, por exemplo, a respeito da morte da criança Ana Clara Santos Sousa, de 06 anos, que teve 95% do corpo queimado em ataque a um ônibus em São Luís, ganharam destaque nos dois periódicos. Eles se repetem de um número a outro, depois desaparecem e reaparecem após alguns intervalos, veja os enunciados que se seguem:

- Morre menina que teve corpo queimado em atentado a ônibus (*O Estado do Maranhão*, 07 de janeiro);
- Presa quadrilha que ateou fogo em ônibus e matou criança de 6 anos (*O Estado do Maranhão*, 07 de janeiro);
- Igreja pede domingo de orações pela menina Ana Clara (*O Progresso*, 12 de janeiro);
- MPMA denuncia sete acusados pela morte de Ana Clara (*O Progresso*, 21 de janeiro);
- Polícia Civil conclui inquérito que investigou a morte de Ana Clara (*O Estado do Maranhão*, 23 de janeiro);
- Família da menina Ana Clara será representada na justiça por advogados de Imperatriz (*O Progresso*, 22 de janeiro);

- Juliane Santos teve conhecimento da morte de sua filha Ana Clara (*O Estado do Maranhão*, 12 de fevereiro).

Há outros exemplos de enunciados sobre morte de crianças, uns tratam de morte causadas por tragédias, acidentes de trânsito, mortes por doenças, por assassinatos, sendo este último caso quase sempre relacionado a casos de violência sexual, em sua maioria, efetuadas por parentes das vítimas.

A invariante **Crianças em dias “D”** apresenta enunciados em que as crianças estão relacionadas a alguma data específica, tais como: Natal, dia de campanha de vacinação e, principalmente, o dia das crianças.

Já em quantidade bem menor, ainda há aqueles enunciados que focam nos dias de campanhas de saúde, apresentando o poder público como agente eficaz para assistir às crianças. Essas campanhas são utilizadas como marco para alertar a sociedade acerca da importância do tema. Segue alguns exemplos:

- Dia das Crianças deverá movimentar o comércio varejista hoje e amanhã (*O Estado do Maranhão*, 10 de outubro);
- HC comemora Dia das Crianças (*O Progresso*, 11 de outubro);
- Solidariedade e diversão marcam o Dia das Crianças em Imperatriz e Montes Altos (*O Progresso*, 15 de outubro);
- Comércio "respira" clima da Semana da Criança (*O Progresso*, 07 de outubro);
- Semus se prepara para Dia D contra a gripe em Imperatriz (*O Estado do Maranhão*, 24 de abril);
- Dia D de vacinação contra a gripe acontece hoje em postos da capital (*O Estado do Maranhão*, 26 de abril);
- 'Dia D' de vacinação leva imperatrizenses aos postos de saúde (*O Progresso*, 27 de abril).

Essa proliferação de dias, ou mesmo de semanas, se encaixa naquilo que Traquina (2008) chama de valores-notícias de seleção, mais especificamente, os critérios substantivos. São estes critérios que fazem com que estes dias sejam aceitos pela comunidade jornalística e se constituam em acontecimento, ou assunto com valor-notícia.

Diante disso, creio estar cumprindo a finalidade deste itinerário metodológico, que cria as condições para a análise que se segue. Em cada núcleo discursivo pode-se perceber as

crianças e as diversas infâncias articuladas. Assim, cumpriremos o objetivo dessa pesquisa, qual seja o de conhecer como são produzidas e colocadas em circulação as construções enunciativas de infâncias pelos jornais do Maranhão, *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*.

A exposição começa pela análise das condições de produção nas capas dos jornais, a fim de compreender qual a imagem de si é proposta por meio da apresentação global do jornal e como se estabelece a relação de cada suporte com seus leitores. Ao mesmo tempo, espera-se que o estudo das capas permita perceber como os jornais apresentam as questões sobre infâncias, ao se verificar o que se diz sobre a temática e como se diz; nesse último nível, é possível perceber como se constrói a imagem daquele que fala (enunciador), de quem se fala (leitor) e a relação entre eles.

Tentaremos descrever as primeiras diferenças ou semelhanças entre os periódicos quanto ao funcionamento dos discursos em dois níveis: do enunciado e da enunciação. Sendo que o primeiro se refere ao conteúdo do discurso, “o que se diz”; e o segundo concerne às modalidades do dizer. Todavia, o estudo das capas é útil não para confirmar características, mas enriquecer a análise, que em seguida se particulariza para os enunciados de um *corpus* formado por 21 matérias que foram coletadas ao longo do ano de 2014, as quais estão subdividas nas quatro unidades discursivas elencadas anteriormente. Passemos à análise dos contratos colocados em circulação nas capas por meio dos dispositivos de enunciação que marcam onde estão e quais são as marcas dessa singularidade.

5 OS JORNAIS E A IMAGEM DE SI: FORMAS E MODOS DE SE CONSTITUIR NAS CAPAS

As capas dos jornais revelam muito a respeito das condições de produção e sobre as variações ideológicas do universo de textos contidos naquela edição. Nelas, a disposição dos elementos nunca é aleatória, títulos, fotos, legendas, são todos enunciados. As capas ora analisadas compõem parte do contexto referente aos textos específicos que estudaremos mais adiante, por isso devem ser consideradas. Em outras palavras, os fragmentos de texto que compõem o número que essas capas trazem são provavelmente determinados por sua inserção no contexto dos jornais tomado em seu conjunto.

Para efeito da constituição do *corpus* formado pelas capas analisadas, seguimos alguns critérios. Elas foram extraídas de um mesmo “gênero” na comunicação - jornais de informação diária - e foram selecionadas em relação a um referente constante, falam dos mesmos acontecimentos, sobre as “mesmas coisas”, evidenciam as invariantes - Crianças e Estado; Crianças e Educação; Crianças em risco; Crianças e o dia “D - , isto é, a temática sobre infâncias. O objetivo, então, é conhecer como cada jornal constrói esse tema, e os modos como se apresentam para criar vínculos com os leitores.

Figura 1



Fonte: O Progresso, 30 jul. 2014.

Está claro para nós que as capas se destinam a públicos diferentes, pois seus leitores não são os mesmos, haja vista que a produção, a circulação e o consumo dos jornais se dão em locais diferentes. A produção do *O Estado do Maranhão* ocorre em São Luís,

capital maranhense; já a produção de *O Progresso* ocorre em Imperatriz, interior do estado. Isto também orienta uma possível leitura das estratégias enunciativas das capas e contribui de modo significativo para a compreensão dos “efeitos de sentido” pretendidos pelos suportes, de modo consciente ou não. Conforme Araújo (2000), o sentido é produto do trabalho social, ou seja, é produzido nas relações sociais e estas por sua vez são balizadas por condições históricas, culturais e políticas e mediadas por instituições que exercem coerções sobre o processo de significação.

Como a análise que faremos é comparativa, trabalharemos relacionando superfícies discursivas umas com as outras, já que isoladamente é impossível detectar os traços pertinentes a uma descrição operacional de uma certa economia discursiva (VERÓN, 2004). Tomemos como exemplo a capa do jornal *O Progresso* de 30 de julho de 2014 (Figura 1). Essa unidade discursiva, evidentemente, contém alguns elementos: o nome do jornal, o título, as fotos; esses elementos relacionam-se uns com os outros. Estes mesmos elementos mantêm relação com outros que não estão na capa, mas relacionam-se com o conjunto do número.

Figura 2



Fonte: O Estado do Maranhão, 22 jul. 2014.

O nome do jornal não é o primeiro enunciado que ele oferece à nossa visão, mas é, sobretudo, o de maior destaque, e é por meio do nome que ele entra em relação com os demais. Conforme Mouillaud (2012), pode-se dizer que o nome de um jornal só é percebido

quando ele está em concorrência com outro e também pode se referir a um duplo paradigma, ou seja, no espaço pode remeter aos jornais concorrentes, e no tempo, às outras edições. Em outras palavras, pode designar e ao mesmo tempo ser uma alteridade e/ou uma identidade. Assim, *O Progresso* posto em relação com o *O Estado do Maranhão*, tem como destaque o nome, nome que lhe é próprio, e que se coloca acima de todos os outros enunciados. O mesmo ocorre em *O Estado do Maranhão*, (Figura 2).

A partir do próprio nome, os jornais já firmam um pacto com os leitores, os quais já esperam daqueles, certos enunciados, sabem quais assuntos o jornal passa de um topo para outro (Política, Geral, Cidade, Polícia, etc.) em *O Progresso*; e em *O Estado do Maranhão* no primeiro caderno (Política, Opinião, O País, Consumidor, etc.) e no caderno de Cidades (Cidades, Geral, Polícia, etc.). São títulos-assuntos que fazem referência a um saber pressuposto, é uma classificação que é imposta ao leitor do jornal, mas se institui como um pacto tácito, ou seja, é o leitor que deve fazer a correspondência entre os saberes que a ele são atribuídos e os dele próprios. Essas categorias, de acordo com Mouillaud (2012), pertencem ao meio cultural e social ao qual o jornal pertence e se constituem como um espaço transicional entre o jornal, os leitores e o mundo. Esses títulos-assuntos servem para etiquetar os enunciados, não são ingênuos, apontam aquilo que o editor se propôs a abordar.

Nos jornais, os enunciados materializados nas manchetes com tipologia em destaque atraem os leitores e facilitam a apreensão do menu informativo, não como no passado, quando o sucesso dos títulos garrafais na primeira página estava relacionado à venda avulsa, cara-a-cara com o jornaleiro (PEREIRA JUNIOR, 2006). Atualmente, a parte bruta da circulação deve-se aos assinantes. Assim, muitos dos leitores habituais, com interesses específicos, ao abrirem o jornal pulam para a seção que lhes agrada sem passar necessariamente pelo que o jornal elegeu como principal notícia do dia. As capas também estampam títulos, cujos enunciados são postos em circulação com diferenças de dimensão, de tipografia e cor, são “chamadas” que remetem para outras notícias no interior dos jornais.

Os títulos, nas duas capas ora analisadas, apresentam enunciados que mostram o acontecimento como já conhecido do leitor, pois há um operador de identificação, a saber, nome próprio, nome de lugar. Veja os dois títulos, de *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*, respectivamente: (“Madeira reafirma que Município não tem condições de conceder aumento aos professores”) (Figura 1); (“Greve de professores de SL faz 2 meses hoje sem solução”) (Figura 2). Esses títulos não aparentam tomar partido sobre o assunto, mas sinalizam que o assunto está em andamento.

O enunciado do título nas capas das duas superfícies textuais é acompanhado por uma imagem que evoca o mesmo tema (a greve dos professores). Nossa preocupação não é endereçada em saber a relação entre texto e imagem, mas à luz dos processos empregados pelos dois jornais para construir suas capas. Sabemos que a imagem na imprensa possui um estatuto de fragmento da realidade, pois somente ela consegue mostrar o momento exato do acontecimento.

É claro que isso está historicamente ligado ao imaginário em torno do jornalista (o jornalista no *front* da guerra), que enfrenta perigos em seu trabalho enquanto mediador entre a atualidade e o “público”. Consoante Verón (2004), o período entre as duas guerras contribuiu para cristalizar esse modelo de imprensa testemunhal. Todavia, esse modelo clássico começou a ser desconstruído há pelo menos uns quarenta anos no discurso da informação.

Ora, que os jornais apresentem imagens em suas capas é perfeitamente coerente com a deontologia clássica da informação, a qual preza pela existência de uma fronteira entre fatos de um lado, opinião e interpretação de outro. Sendo a objetividade a principal responsável por manter esta fronteira. Na Figura 1, a imagem ocupa quase a totalidade da parte superior da capa, e mostra aquilo de que se fala: mostra o prefeito Sebastião Madeira em uma bancada de jornal, certamente falando sobre não poder conceder aumento aos professores. Texto e imagem remetem um ao outro. Na Figura 2, a imagem ocupa apenas quatro colunas do lado esquerdo e pelo enquadramento efetuado, mostra muita gente. Novamente, texto e imagem remetem um ao outro.

A relação entre essas duas superfícies textuais permite formular uma lista de questões a serem examinadas, o que a propósito, poderia ser prolongada indefinidamente. E como visto, na identificação e exame das questões que se delinearam nas duas capas, engajamo-nos em uma descrição, comentando algumas questões. Isto foi feito apenas para que se evidenciassem alguns aspectos das condições de produção desses dois jornais. Para que possamos avançar, iremos nos reportar a outras superfícies textuais desses mesmos jornais.

Assim, na exploração das próximas capas, interessa-nos buscar: as estratégias enunciativas e os recursos discursivos (as marcas da polifonia, do dialogismo, do ideológico e do poder), pelos quais ambos se utilizam para prender a atenção dos leitores - o que resulta no contrato com eles. Deste modo, poder-se-á conhecer como os jornais constroem a imagem de si; a imagem dos seus leitores; e, como as temáticas sobre infâncias são construídas pelos discursos dos dois jornais, a começar pelas capas.

5.1 Analisando formas e modos de se constituir de *O Progresso*

A primeira página de um jornal cumpre o papel de oferecer ao leitor o cardápio das diferentes notícias ali contidas. São notícias díspares unidas naquele espaço devido à sua relevância. A primeira página revela a diversidade de temas e a hierarquização dos mesmos, revela também a leitura que o editorial faz daquele dia e a leitura que quer que seja reconhecida pelos leitores.

Figura 3



Fonte: O Progresso, 5 jan. 2014.

Vejamos a edição de *O Progresso* de 5 de janeiro de 2014, nela notamos uma foto relacionada à manchete na parte superior da página e cinco chamadas das matérias internas na parte inferior, sendo uma delas acompanhada por uma foto. No canto inferior esquerdo, apresentação do suplemento daquele dia, no canto inferior direito há um QR Code (código que pode ser escaneado por qualquer celular moderno, e que tem a capacidade de levar o leitor para o site do jornal).

Na capa (Figura 3), vários enunciadores disputam posições, eles buscam definir um lugar enunciativo. No lado esquerdo da capa, no topo da página se firma um enunciador comercial, ele aparece invariavelmente na cor vermelha, em dialogia com o “Desde 1970” - ano de fundação - e com o fio que fica logo abaixo do nome do jornal. A cor vermelha também aparece no chapéu que introduz um enunciado na manchete do dia, no fio que separa

a legenda da foto da manchete de outra foto, nos links de redes sociais (*Facebook* e *Twitter*) e na previsão do tempo.

Outro enunciador que define seu lugar é o enunciador institucional representado pelo nome fantasia do jornal. O enunciador do nome do jornal está sempre em letras minúsculas vazadas em um fundo azul. Esse fundo azul evoca outro, isto é, mobiliza um elemento da bandeira do estado do Maranhão²¹, um quadrado azul presente no canto superior esquerdo contendo uma única estrela vazada em branco. Outras cores da capa estão em dialogia com as cores da bandeira, o preto dos títulos e o vermelho dos fios e de outros elementos da página são repertoriados. Este enunciador, em dialogia com outros dispersos pela capa, mobiliza outros elementos, como a diversidade cultural.

Na manchete, o enunciado (“Secretário promete “resposta rápida” e prisões de suspeitos são realizadas”) é contextualizado por um chapéu em letras serifadas em caixa alta e sublinhadas grafadas em vermelho (“Ataques em São Luís”). O enunciador jornalístico busca chamar a atenção dos leitores, destacando que o fato aconteceu na capital do estado. Neste mesmo enunciado, um enunciador jornalístico faz uso da polifonia através das aspas em “resposta rápida”, como uma estratégia enunciativa para referenciar a fonte oficial utilizada a fim de dar credibilidade ao texto proposto. A segunda parte do enunciado mostra outra estratégia enunciativa a partir (“... e prisões de suspeitos são realizadas”) da presença do conectivo ‘e’, com a intenção de criar um efeito de verdade à informação contida no início do enunciado. Para Authier-Revuz (1990), as aspas indicam formas de heterogeneidades que acusam a presença do Outro. Neste caso, indicam também a tentativa de construir cumplicidade entre o enunciador e os leitores, o primeiro mostra como ver a situação que envolve a segurança pública na capital do estado e convida o destinatário a adotar o mesmo ponto de vista, ou, ao menos, apreciar a maneira como é mostrado.

Ao tempo em que alguns enunciadores são postos em cena: 1) que acredita na promessa de resposta rápida à situação de insegurança pública na capital; 2) que a resposta à situação de insegurança não será tão rápida, mas acontecerá aos poucos; 3) que não existe possibilidade de dar uma resposta rápida à situação de insegurança pública. O co-enunciador certamente irá se identificar com algum destes enunciadores e, por meio deles, impõe uma imagem ou lugar enunciativo que se relaciona à que ele define para si próprio. Pressupõe-se que o enunciador deste jornal se identifica mais com o segundo enunciador.

²¹ Símbolo oficial do estado, foi idealizada e criada pelo poeta Joaquim de Sousa Andrade (Sousandrade). Foi instituída em dezembro de 1889, pelo decreto de número 6.

Ora, estes enunciadores, manifestam diferentes pontos de vista e estão em dialogia com enunciados que estão em outros títulos nesta mesma edição, como ocorre na editoria Geral, no topo da página: (“Crise no Maranhão revela a incapacidade do país para lidar com a questão carcerária, diz especialista”), logo abaixo, na mesma página, outro enunciado disputa posição: (“Governo constrói unidade prisional, complexo de Polícia Militar e nova sede de Delegacia em Coroatá”). Cabe aos leitores interpretar estes enunciados e, possivelmente, se identificar com eles em parte, ou no todo.

Assim, o enunciado na manchete da capa de *O Progresso* (Figura 3) define três tipos de sujeitos: o sujeito do enunciado, que é a voz do governo do Estado (secretário de Segurança Pública) propondo medidas acerca da segurança pública; o sujeito da enunciação, que é a imagem que o enunciador faz de si, quanto do universo de discurso em jogo, isto é, compartilha com os leitores uma posição positiva em relação à promessa de segurança pública feita à população; e o sujeito falado, que é o lugar que os leitores assumem ao se reconhecerem nos enunciadores a ele atribuídos.

Ainda a propósito dos enunciados que se encontram na capa de *O Progresso*, vale dizer que eles se parecem muito. Nesta superfície textual, como na de outras edições, observa-se que os enunciados nas manchetes sempre estão acompanhados por imagens, e esta composição texto/imagem é responsável por reforçar a unidade de conjunto em cada edição. Esses processos regulares empregados pelo jornal *O Progresso* para construir suas capas permitem perceber, ao mesmo tempo, as diferenças em relação ao *O Estado do Maranhão*. Entretanto, de acordo com Verón (2004), o objetivo é sempre o de observar os desvios invariáveis, pois são estes que orientam a leitura de cada fragmento de um *corpus*.

Até este ponto vimos que o jornal *O Progresso* apresenta capas que possuem uma diagramação moderna, com o formato *standart* e que segue a diagramação modular mesclando a distribuição vertical com a distribuição horizontal visando um *layout* de página dinâmico. O projeto gráfico de *O Progresso* condiz com a sua própria proposta: ser um jornal de “EXPRESSÃO REGIONAL”, slogan inserido na página que traz o expediente.

É importante salientar o efeito de sentido desse discurso do jornal em afirmar-se como Expressão Regional, e como esse discurso se relaciona com as condições sociais de produção. Em outras palavras, no processo de produção-circulação-consumo dos sentidos que estão nos enunciados de um texto, não há como escapar do ideológico, dimensão constitutiva da semiose social (PINTO, 2002). O ideológico é justamente isto, a relação entre um discurso e suas condições sociais de produção. Na capa, os enunciados remetem ideologicamente a ideia de estado protetor e que os ataques são coisas de bandidos, porém, não deixa claro, na

capa, o motivo dos ataques. Parte do pressuposto que o leitor já tem conhecimento prévio do acontecido.

Uma parte do ideológico que se materializa nas capas de *O Progreso* mantém relação com o conceito de campo de Bourdieu (2004). Para este autor, o campo jornalístico, assim como os demais, é uma arena de disputa em torno de diversos capitais simbólicos. Vê-se que o jornalista escreve não apenas para seus leitores, mas também para os seus pares, e isto contribui de modo direto ou indireto para sustentar ou conquistar capital de reconhecimento.

Nos enunciados que as capas trazem, percebe-se que a notícia se explicita como uma construção social (Paradigma Construcionista), isto é, como o resultado de um processo negociado entre diversos agentes. Nesse processo, o jornalista é sujeito e assujeitado, sua autonomia é relativa em relação ao contexto e às ações de produção, circulação e consumo. Em dado momento, sob a influência da cultura da tribo jornalística, os jornalistas dizem o que é e o que não é notícia; mas, em outros, agem segundo arbitrariedades do poder e segundo o polo econômico. Para Traquina (2005), neste polo o jornalismo atua sob os interesses do negócio e não apenas como serviço público.

Nas capas de *O Progreso*, o ideológico se manifesta também no nível dos critérios que determinam o que convém ou não ser publicado ou ser destaque na edição, visto que o objetivo é conseguir uma identificação com os leitores. Os enunciados destacados nas capas geralmente trazem: política, polícia, esporte, entretenimento, serviços. São enunciados que se aproximam com os leitores pelo tema; pelos personagens; pela linguagem utilizada; e pela conveniência da informação para a população.

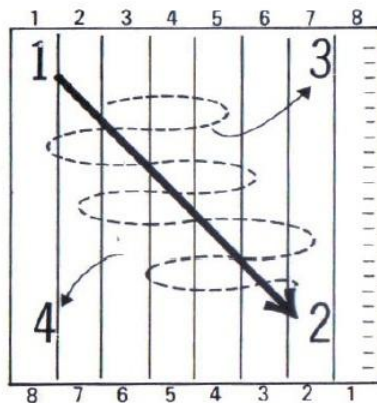
O poder, outra dimensão da semiose social, diz respeito aos efeitos de sentido dos discursos e suas condições sociais de reconhecimento (VERÓN, 2004). O poder não é estranho às operações que resultam das condições ideológicas de produção, todavia, eles não são a mesma coisa. Assim, o discurso de *O Progreso* enquanto “Expressão Regional”, não produz os mesmos efeitos no contexto da capital, São Luís, e pode assumir níveis diferentes de funcionamento junto aos leitores de lá. Os próprios enunciados nas capas seriam organizados seguindo outros critérios, por exemplo, a concorrência. No mercado informativo da capital existem outros jornais, o que resulta, entre outras coisas, em semelhança na cobertura informativa, e a tendência de noticiar o que o outro noticia, ainda que seja com abordagens distintas.

Ao analisar os enunciados materializados nas manchetes e nas chamadas de capa, percebemos que há uma constante negociação de sentidos destes quanto à posição na página,

a foto que os acompanha, as fontes ouvidas. Há, sobretudo, disputa de poder entre os enunciadores por meio das cores, do tamanho das fontes, das imagens, do vocabulário. Todos esses componentes trabalhados em conjunto atendem ao objetivo principal que é o acesso à informação por meio de uma leitura fácil. Contudo, isto conseqüentemente revela o desejo de chamar a atenção dos leitores logo no primeiro olhar. Essa produção discursiva – relação entre um discurso e suas condições de produção –, de *O Progresso* diz respeito ao fenômeno de reconhecimento.

Por conseguinte, a seqüência discursiva a partir dos traços na superfície envolve critérios relacionados à diagramação, isto é, o poder se manifesta ainda sobre a forma como são dispostos os enunciados nas páginas. O leitor de *O Progresso*, mesmo sem se dar conta, é orientado a movimentar os olhos nas regiões de interesse incitadas pelo enunciador jornalístico. Bahia (1990) pode ajudar-nos a compreender como isto funciona. Este autor apresenta um esquema de quatro zonas visuais, elaborado por Edmund Arnold conforme a movimentação dos olhos do leitor.

Figura 4 – Esquema de Edmund Arnold para zonas visuais



Fonte: Bahia (1990, p. 119).

Assim temos na zona primária (1), o enunciado que prende a atenção do leitor (“Secretário promete “resposta rápida” e prisões de suspeitos são realizadas”), em seguida, os olhos se movem numa diagonal de leitura (região 2, a zona terminal) local com indicação do QR Code, suggestionando o leitor para o site do jornal. Por fim, as regiões 3 e 4 correspondem às zonas mortas, na superfície em análise observa-se apenas a zona 4 marcada pela inserção do suplemento de domingo.

Mas, apesar de essas zonas visuais orientarem o olhar do leitor, entendemos que os enunciados são dialógicos e “prenhes de resposta” (BAKHTIN, 1997a), isto é, a escolha

dos procedimentos composicionais pode obter por parte do leitor, uma resposta imediata, ou ausência de resposta, ainda que o enunciador sempre faça algo esperando uma resposta.

Cada vez que analisamos essas estratégias enunciativas nas capas de *O Progresso*, uma questão se impõe: em que medida o sentido que foi investido nesses discursos remete às condições de produção dos enunciados sobre infâncias? Afinal, a análise se afunila sobre jornalismo e infâncias, ou seja, como esse jornal desenvolve estratégias enunciativas para colocar em circulação as questões sobre infâncias.

O que pode ser dito até este momento é que as questões sobre infâncias em *O Progresso* não podem ser estudadas apenas pelos efeitos encontrados nas superfícies das capas. As questões sobre infâncias envolvem os traços que estão em outras superfícies, as quais, apesar de não terem sido listadas nos enunciados da capa, encontram-se no seu interior. Ora, as questões sobre infâncias não entraram no enquadramento noticioso das capas, o que dificultou o seu reconhecimento. Apesar de ser trivial essa evidência, não deixa de ser importante, pois é efeito de uma produção de sentido. Por isso, seja em relação às regras de produção que envolvem as questões sobre infâncias, seja por aquelas de seu reconhecimento, pode-se dizer que os enunciados não podem ser analisados em si mesmos, mas em relação a outros.

5.2 Analisando formas e modos de se constituir de *O Estado do Maranhão*

Como feito na capa anterior, faremos alguns comentários acerca da superfície a seguir. De algum modo, isto implica em uma descrição. Mas, isto não representa uma limitação à análise pretendida, apenas uma condição para avançarmos rumo às amostras desse e do outro periódico que estão sendo aqui analisados.

Figura 5



Fonte: O Estado do Maranhão, 5 jan. 2014.

É comum nas edições de domingo, o jornal *O Estado do Maranhão* trazer acima do cabeçalho alguns dos suplementos daquele dia (DOM, PH Revista e Revista da TV), como nesta edição do dia 5 de janeiro de 2014 (Figura 5). Todas as capas desse periódico, seja qual for o dia da semana, apresentam logo no início um fio que ao centro sofre uma interferência para dar espaço a um enunciador tecnológico (“imirante.com”) que remete ao grupo ao qual o jornal faz parte. Este enunciador tecnológico, por sinal, informa que o conteúdo não só da capa, mas de toda esta edição, pode ser acessado a partir dele. É uma estratégia com indicação de que o jornal existe em duas plataformas, já propondo um modo de relação com o leitor. Isto seria mais uma proposta de contrato que o leitor pode ou não assinar.

Logo abaixo do cabeçalho, um enunciado na manchete da capa diz o seguinte: (“Polícia intensificará ações até prender autores de ataques”). É interessante notar, nesta capa, que a fotografia não diz respeito à manchete principal, em letras maiores e destacadas. Deste modo, o jornal chama a atenção no mesmo espaço para duas questões que considera importantes, um enunciado do lado esquerdo da página (“Roseana: ‘O Maranhão está melhor e bem estruturado’”) possui foto e é antecedido por um chapéu (“Entrevista”) sobreposto a um fio. Na legenda da foto tem o seguinte enunciado (“Em entrevista concedida a O Estado em 30 de dezembro de 2013, Roseana falou sobre segurança, cultura, esporte e outros assuntos”), a palavra “O Estado” é colocada em evidência, chamando a atenção e destacando que a

entrevista com a então governadora foi exclusiva para o periódico em questão. Esta estratégia exclui os demais periódicos e tantos outros discursos possíveis, além disso, permite ao jornal *O Estado do Maranhão*, de modo contundente, a imagem de sujeito da enunciação.

Sobre a entrevista, vale dizer que ela foi, em primeira instância, utilizada como uma técnica de obtenção de informações individualizadas e recorreu a uma fonte oficial ligada ao poder político. Percebe-se também, que esta entrevista, enquanto produto informativo, foi regulada pelas determinações do processo jornalístico, isto é, ela não teria sido processada se não tivesse gancho. Ela foi qualificada por um fato da atualidade que possui amplo interesse para além das barreiras locais e regionais: a crise nos presídios.

De novo lembramos que é importante frisar os manuais de jornalismo, bem como a deontologia da profissão, e como o jornalista sustenta sua prática tendo como alvo a busca da imparcialidade e da objetividade. Ou seja, até a entrevista ser publicada houve a mediação de vários jornalistas, quem sabe, até da cúpula diretiva da empresa. A governadora promete que vai deixar o Maranhão estruturado, isso nos lembra os chamados atos de fala: prometer, ameaçar, ordenar e outros, propostos por Austin (1990). O contexto justifica porque ela disse isso e não outra coisa, ao mesmo tempo em que revela que ela teve uma intenção, a de produzir certo efeito no leitor. O enunciado “O Maranhão está melhor e bem estruturado” silencia algumas vozes e dá espaço a outras. O conectivo ‘e’ (coordenação) liga os dois enunciados, os operadores (advérbios de modo) ‘melhor’ e ‘bem’ potencializam a capacidade argumentativa do enunciado, bem como o uso do verbo no presente. Conforme Pinto (1994), estes são modos de acessar as formas linguísticas da enunciação e estão relacionados aos modos de dizer.

Ainda na legenda, outra palavra chama a atenção mesmo sem destaque, “segurança” é citada antes de “cultura, esportes e outros assuntos”. Segurança, para a cidade de São Luís, para os leitores de *O Estado do Maranhão*, ganha um sentido que é determinado por seu contexto, relacionado à insegurança destacada no enunciado da manchete do dia onde é evocada a palavra “ataques”, mas que é combatida pela polícia. Vê-se que o tema central da manchete é tratado nos demais enunciados de maneira análoga, trata-se de uma operação de inferência em que o leitor é convidado a percorrer os elementos que o levarão inevitavelmente à conclusão que é anunciada pela manchete: há práticas da polícia sendo realizadas devido às decisões políticas; há um jogo de forças para tentar uniformizar os discursos.

Ainda do lado esquerdo, logo abaixo da matéria secundária, há um chapéu (“Coluna do Sarney”) seguido pelo título que traz o enunciado “Política com P grande”, esse texto traz enunciados que foram distribuídos em três colunas; além disso, eles são

acompanhados por um “olho” que destaca uma frase significativa com o enunciado “A globalização, em muitos aspectos, está varrendo os valores espirituais, destruindo as culturas nacionais”. Este enunciado não é neutro, ele carrega consigo as ideologias da esfera em que o enunciador está inserido. Existem interesses em jogo, e por esta razão deve-se indagar o que levou o enunciador a falar o que falou. Entende-se que é devido ao fato do discurso dele ser trabalhado sob o signo da heterogeneidade, isto é, traz à memória outros discursos. Dessa forma, ele pode gerar certas opiniões no leitor, sem correr o risco de formulá-las, é como se dissesse sem ter dito.

Do lado direito da página há destaque para o seguinte enunciado da editoria de Economia: “Concessionárias vão manter preços até o fim do estoque em SL”; abaixo há outros três com tipologia menor (“Divulgado pelo MEC o resultado do Enem”; “Mortes no trânsito de São Luís subiram 93%”; “MB: Iziene inspira as jogadoras mais jovens”) todos chamando a atenção dos leitores para as editorias: Geral, O País, Cidades e para o caderno de Esporte +, respectivamente. No lado inferior direito, apresentam-se seis pequenas chamadas, as três primeiras com indicação para o caderno Alternativo, editoria de Cidades e Política e as outras três relacionadas à previsão de tempo, previsão de marés e cotação do dólar. Esses elementos se relacionam uns com os outros e também com outros que não estão na capa.

A constatação acerca da disposição dos elementos na página ajuda-nos a verificar como os vários enunciadores disputam um lugar enunciativo. No cabeçalho, por exemplo, há o enunciador institucional representado pelo nome fantasia do jornal (O ESTADOMaranhão) grafado em letras maiúsculas e minúsculas sobrepostas em um retângulo de fundo azul. As maiúsculas estão na cor branca e as minúsculas em tom de azul claro. Na região do nome há outras relações em jogo, inclui o logotipo do grupo ao qual o jornal pertence em destaque, preço (enunciador comercial), a data, o número de edição e alguns nomes de chefia da equipe (fundadores, diretor de redação). No lado direito, o nome fantasia é coberto por uma imagem que aparece em primeiro plano; criando um ponto visual, neste caso há um enunciador midiático, apresentando informações sobre o mundo da TV. É um recurso que se repete em outras edições e funciona como uma estratégia de captura do leitor.

Acerca do nome do jornal, observa-se que, apesar de serem dois nomes, eles estão próximos um do outro ao ponto de suprimir a preposição (de+o=do). Ele também sugere algumas reflexões, o termo “OESTADO”, por exemplo, remete a um duplo sentido, o primeiro pode-se referir à própria unidade federativa; o segundo pode remeter ou exprimir à situação em que a unidade federativa se encontra. As cores podem expressar que o enunciador, enquanto articulador do jornal, quer chamar mais atenção para o termo

“OESTADO”, como se apenas este fosse o nome do periódico e o outro termo “Maranhão”, fosse um nome secundário, mas igualmente importante, por isso foi impresso em cor azul claro. As cores sugerem diferentes significados, elas operam sobre a emotividade e produzem diferentes sensações (FARINA, 1982).

Há uma terceira pressuposição acerca do nome do jornal ter recebido esta composição de letras e cores; a parte em branco quer ser um princípio de transparência e pode remeter à ideia de iluminar o que supostamente ainda não é conhecido pelo leitor. É como se o jornal emprestasse ao leitor um olho para ver o que se passa no Maranhão. É interessante notar como este suposto “olho” emprestado ao leitor, de alguma forma, o leva a outros nomes, como o do grupo ao qual o jornal faz parte. Estas são algumas estratégias pelas quais o suporte constrói a imagem de si e por elas interpela os coenunciadores, a mesma está relacionada aos modos de dizer (função de sedução) do enunciador.

Nesta capa, um enunciador jornalístico se marca ao utilizar heterogeneidade mostrada; pelo uso de citações diretas e indiretas e pelo uso dos tempos verbais ele coloca nas vozes das fontes acionadas a responsabilidade do que é dito. Pelo uso dos tempos verbais, vejamos outra vez o enunciado, “Polícia intensificará ações até prender autores de ataques”, nele se estabelece o uso de um verbo de ação no futuro do presente (intensificará); e ainda pelo uso de citações diretas: “O Maranhão está melhor e bem estruturado”.

Na capa, pela classificação de importância quanto aos enunciados nos títulos, apresentam-se, respectivamente, enquanto sujeito do enunciado, três personagens: o secretário Aluísio Mendes, a então governadora Roseana Sarney, e José Sarney. Estes se manifestam de forma clara, e na capa, como no interior desta edição (Figura 5), estes sujeitos articulados entre si anunciam um enunciador pedagógico que pré-ordena o universo do discurso na direção do leitor. Estes sujeitos explicitam posicionamentos iguais: o secretário Aluísio Mendes, ao se posicionar sobre os ataques a ônibus, garantiu que as medidas cabíveis seriam tomadas, os culpados seriam localizados e presos. A governadora Roseana Sarney, em entrevista especial de quatro páginas, falou das conquistas da sua administração, resumiu-as na área de cultura, do campo esportivo, da educação, da saúde. Também falou sobre a segurança pública e a crise nos presídios. Em relação à segurança, afirmou que houve e continua havendo avanços, pois há investimentos expressivos na área. Sobre a crise nos presídios, admitiu que o problema existe, mas a causa deles são os entraves na burocracia federal. José Sarney em “Coluna do Sarney”, ao falar sobre “Política com P grande”, evidentemente pressupõe que a política que vem sendo praticada no estado é uma política

com as características que ele apresenta. Ao mesmo tempo em que traz os leitores para a enunciação por meio de expressões como: “todos nós”, “seu país”.

O sujeito da enunciação, ou apenas enunciador, se encena a partir dos títulos. Na capa, três títulos que se sobressaem e o lugar que eles ocupam estão como estão para significar que o enunciador tem uma vontade informativa. A imagem que ele reivindica para si mesmo com o texto identifica-se com a visão da força política representada pela família Sarney, que destaca os avanços do governo e mostra que o Maranhão é maior do que as ações criminosas que atingiram seus cidadãos.

O sujeito falado pode se reconhecer nos enunciadores propostos pelo enunciador, isto é, assumir que compartilha com aquele os mesmos valores acerca da situação de segurança pública do Estado ou defender uma posição contrária, já que a posição defendida pelo enunciador também põe em cena um enunciador que não acredita nos avanços alcançados pelo governo e nem que o Estado seja capaz de deter ações de bandidos como as que foram feitas contra coletivos e cidadãos numa noite de sexta-feira.

O dialogismo nas capas do jornal *O Estado do Maranhão* pode ser identificado nos títulos, no tipo e tamanho de letras, na distribuição dos textos, no uso das legendas, nas ilustrações. E como o sujeito não controla inteiramente o seu próprio discurso, o dialogismo na capa em análise é atravessado por outros discursos, expõem as vozes de programas de governo e até do campo da economia, a saber, a de que um governo para ser bem-sucedido deve investir em educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura e meio ambiente.

Acerca das marcas ideológicas na capa em análise, elas estão relacionadas, a *priori*, ao trabalho jornalístico, que recorre de forma expressa ao discurso da atualidade, isto é, ao tempo presente. Igualmente são percebidas vozes deontológicas (as regras sociais, a ética e as ideologias), vozes da divisão social do trabalho (diagramadores, fotógrafos, editores), vozes da pedagogia (o leitor é convidado a adotar o ponto de vista do enunciador, ou apreciar o que lhe é mostrado). Também, a seleção do que aparece na capa pressupõe um julgamento por parte do enunciador jornalístico, que considera relevante para os leitores a própria visão que tem acerca dos fatos.

Também fazem parte da dimensão do ideológico as condições de produção que o enunciador jornalístico deixou ao produzir os enunciados - falaremos dos que estão em destaque na capa. No enunciado da manchete, o uso do verbo de ação no futuro do presente “intensificará” é uma maneira que o enunciador jornalístico tem para mostrar que é a polícia a responsável por aquelas informações. Se aquela informação se revelar incorreta, não será ele quem perderá a confiança do leitor. Temos outro exemplo no enunciado “Roseana: ‘O

Maranhão está melhor e bem estruturado””. Ele opta por deixar a entrevistada falar na forma do discurso direto. Esta escolha de reportar o discurso do entrevistado demonstra o grau de responsabilidade que o jornalista deseja assumir para com o que foi dito, ele está aparentemente descompromissado, como se dissesse: as palavras são dela.

Assim como o ideológico, o poder designa uma dimensão da produção de sentido que circula na sociedade (VERÓN, 2004). Ao analisar a produção discursiva da capa e tomando-a como um fenômeno de reconhecimento, observa-se que o poder se materializa sobre a forma de disputa entre os sujeitos da enunciação, os sujeitos do enunciado e os enunciadores, seja por meio das cores, do tamanho da fonte, ou pela associação com a imagem. Vemos que essas variações hierarquizam as chamadas e suas informações. De fato, há disputa de sentidos, e isto nos lembra que a linguagem é um território de conflito, uma arena de confrontos sociais (BAKHTIN, 1997).

Fica evidente que os sujeitos do enunciado e os da enunciação estão ligados a um grupo, a uma instituição, haja vista os discursos deles ser mediados por estas instituições. Eles colocam em cena o lugar social por eles ocupado.

Assim, quando a entrevistada Roseana aparece na foto segurando óculos de leitura com a mão direita, sabemos que isto representa uma linguagem que evoca sentidos sobre a entrevistada. Roseana começou a carreira política nos idos de 1990, como deputada federal, em 1994 foi eleita governadora do Maranhão e reeleita em 1998, sendo eleita outra vez em 2010. Por isso usa óculos de leitura, que remetem à sua própria história nos bastidores da política, sobretudo da família Sarney. A imagem obedece à situação evocada pelo título, informa que a entrevistada é experiente e sabe o que diz, esta se apresenta formal e séria.

No entanto, um sentido desse discurso fica claro em outro enunciado (“Mortes no trânsito de São Luís subiram 93%”), cujos efeitos só podem ter outra produção de sentido. Esse enunciado se identifica com as posições enunciativas da capa e reforça a força política do estado, além de confrontar acerca da segurança pública. Ele tenta insinuar que as mortes causadas por acidentes de trânsito são problemas maiores que a situação de insegurança nas ruas da capital, relacionada com a situação das unidades prisionais. Isso evidencia que um sentido é um processo de semiose infinito (VERÓN, 1980), um sentido traz o outro, que traz de volta outro, e leva a outro.

Um certo enunciador na capa hierarquiza os enunciados pela tipografia e pela cor, a fim de destacar um tema como mais importante que outros; apresenta uma imagem de uma personalidade pública, no contexto desse procedimento trata-se da então governadora Roseana Sarney; faz perguntas. Estes elementos anunciam um enunciador pedagógico que guia o

discurso na direção do leitor a fim de explicar e informar. Se o leitor se identificar com este enunciador, ele estará definindo a sua imagem ou lugar enunciativo.

Em relação às questões sobre infâncias, *O Estado do Maranhão*, assim como *O Progresso*, não deu enquadramento noticioso nesta capa, mas em outras capas que compreendem o *corpus*, alguns enunciados cobrem o tema. Contudo, em apenas um momento o jornal deu destaque para a temática; a edição do dia 7 de janeiro de 2014 apresenta o seguinte enunciado na manchete: “Morte de menina causa dor e revolta; bandidos são presos”.

Ao que parece, o sistema de produção noticiosa vê com limitação as vozes que giram em torno das questões sobre infâncias e, ao atender aos critérios de noticiabilidade, as temáticas sobre infâncias são desfavorecidas em detrimento de outras. Também não se sabe se isto acontece devido à necessidade que este veículo tem de produzir informações regularmente, e que talvez as questões sobre infâncias exijam apuração e abordagens mais minuciosas.

Desde o início dos anos 1990, pesquisadores reivindicam que as crianças sejam tratadas como atores sociais e que seja rompido o silenciamento que foi imposto a elas em detrimento de uma perspectiva adultocêntrica, isto é, que privilegia uma perspectiva adulta e institucional (MARÔPO, 2015). Esta maneira de ver as crianças encontra respaldo, como já observado, em documentos de referência como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), o qual o Brasil transpôs para o ECA, assegurando proteção física e psicológicas às pessoas entre zero e 18 anos. Todavia, apesar de haver uma consolidação discursiva acerca dos direitos das crianças, o processo ainda é longo. Conforme Marôpo (2015), o estatuto social das crianças ainda garante a elas pouca visibilidade sobre o ponto de vistas delas e isto se reflete no contexto dos constrangimentos do sistema de produção de notícias.

Nos próximos capítulos veremos mais sobre isto, nas análises das capas e das matérias, seja pelas relações de poder que os enunciados delas apresentam, seja pelas relações de sentido.

6 AS CONSTRUÇÕES ENUNCIATIVAS SOBRE INFÂNCIAS EM JORNAIS DO MARANHÃO

Neste capítulo serão analisadas as construções enunciativas de infâncias em jornais do Maranhão, nas matérias que compõem o *corpus* da pesquisa a partir dos processos interpretativos propostos pela TDS, como estratégias enunciativas, marcas de polifonia, dialogismo, ideológico e poder, sem deixar de lado os aspectos formais e os marcadores formais linguísticos. Conseqüentemente, iremos analisar a relação enunciado/enunciação, que permite a distinção entre o dito e as modalidades do dizer.

A análise é feita com notícias do ano de 2014, das quais foram eleitas algumas invariâncias. Assim, as notícias sobre infâncias se materializam nos jornais a partir de temas sobre crianças e se apresentam em quatro invariantes: Crianças e Estado; Crianças e Educação; Crianças em risco; Crianças em dias “D”. Deste modo, buscou-se conhecer como são produzidos e colocados em circulação os discursos e as construções enunciativas sobre infâncias pelos jornais do Maranhão, *O Estado do Maranhão* e *O Progresso*.

6.1 Crianças e Estado

Esta invariante compreende os enunciados em que as crianças ora aparecem como *crianças protegidas*, ora como *crianças assistidas*. Uma das características de discurso do Estado é a busca pela legitimação social. Isto se evidencia pela busca de um enunciador que assume o lugar de porta-voz do Estado e encampa seus dizeres.

No enunciado “Cai o índice de trabalho infantil no Nordeste, de acordo com a Pnad 2013”, que intitula a matéria veiculada no dia 14 de novembro de 2014, (Figura 6), aponta para um efeito de sentido: **crianças protegidas**. Sobre os aspectos formais, a estratégia enunciativa utilizada é um texto diagramado em quatro colunas, o título está disposto em três linhas e alinhado à esquerda. A linha fina, em duas linhas, serve de complemento ao título cujo verbo está no presente; o texto começa com o uso de letra capitular, um enunciador técnico usa intertítulos com até três palavras no interior da matéria com intervalo de três parágrafos, com o objetivo de incitar a atenção do leitor por meio da valorização dos elementos que integram a página.

Há ainda uma foto colorida seguida de legenda e “olho”. A foto complementa os efeitos dos enunciados do texto, isto é, retoma alguns elementos lidos no texto: os gestores municipais e estaduais, os operadores do direito e representantes da sociedade civil do

Maranhão e dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí; a legenda não se limita apenas a dar nome aos personagens fotografados, ela emprega conectivo localizador: “em São Luís”; o olho destaca uma frase significativa do texto cuja repetição permite ao leitor ter um apanhado acerca da notícia.

Figura 6

6 Geral
O Estado do Maranhão - São Luís, 14 de novembro de 2014 - sexta-feira

Cai o índice de trabalho infantil no Nordeste, de acordo com a Pnad 2013

Dados foram mostrados ontem no Encontro Intersetorial das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) - Região Nordeste I

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2013 mostra que o Nordeste registrou queda de 57,3% no número de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos em situação de trabalho infantil, entre 2004 e 2013. O levantamento também mostrou a redução de 49,8% no trabalho de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, no mesmo período.

Os dados foram revelados ontem na abertura do Encontro Intersetorial das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) - Região Nordeste I, que acontece hoje em São Luís. No Maranhão, 71 municípios recebem ações do Peti.

O evento, que tem a participação de gestores municipais e estaduais, operadores de direitos e representantes da sociedade civil do Maranhão e dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, é promovido pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedih), em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O encontro tem por objetivo contribuir com a erradicação do trabalho infantil remanescente no campo, na informalidade, no trabalho doméstico e nas atividades ilícitas, propondo assim ações de intervenções territorializadas e intersetoriais articuladas com as políticas afins e com a ajuda das equipes técnicas nos municípios assistidos.

Avanços do Maranhão - A secretária de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luíza Oliveira, destaca os avanços do Maranhão no enfrentamento ao trabalho infantil e a parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

“Nos últimos dois anos, o Maranhão avançou significativamente no combate ao trabalho infantil. Nesse período, reformulamos uma série de programas voltados para essa temática. Demos um formato mais administrativo e alinhamos as ações com o Governo Federal e assim pudemos obter resultados satisfatórios. É ne-



Divulgação

Gestores e operadores do direito na abertura de encontro intersectorial, que acontece hoje em São Luís

É necessário que possamos continuar debatendo a importância da transversalidade das políticas públicas, a fim de que se possa conseguir ainda mais erradicar o trabalho de crianças e adolescentes e executar mais ações voltadas para esta agenda”

Luíza Oliveira, secretária de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania

Estratégias - Em 2013, o ministério redesenhou o Peti e agregou novas estratégias aquelas que já estão sendo executadas. A agenda do programa envolve um amplo processo pautado no fortalecimento da atuação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e na articulação intersetorial, que abrange desde o planejamento das ações estratégicas até a execução e monitoramento das ações nos municípios.

A implementação do Redesenho do Peti se inicia a partir do Encontro Nacional das Ações Estratégicas do Peti, promovido pelo MDS em parceria com o MTE, MS, SDH, MEC em agosto 2014, em Brasília, e por seis encontros intersetoriais regionais, nos quais se reúnem as três esferas de governo e sociedade civil, apresentando um diagnóstico específico, bem como os desdobramentos necessários para erradicar o tra-

balho infantil. Além do que ocorre no Maranhão, estão previstos ainda mais três até o final do ano nas cidades de João Pessoa (Nordeste), Curitiba (Sul) e Brasília (Centro-Oeste).

Programação - Durante a abertura do evento, crianças da Casa Acolhida Marista do Olho d'Água fizeram uma apresentação cultural. No primeiro dia de evento, duas mesas de debates foram formadas. A primeira com o tema *“O cenário atual do trabalho infan-*

til e o redesenho do Peti” e pela tarde a temática foi *“Ações estratégicas do Peti e Rede Intersetorial”*.

Também presentes no evento Telma Amaranho, do Departamento de Proteção Social Especial, órgão ligado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Marcelo Amorim, do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil, representantes das Secretarias de Estado de Saúde e Educação e da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social.

Fonte: O Estado do Maranhão, 14 nov. 2014, p. 6.

Os três elementos (foto, legenda e “olho”) revelam a preocupação de um enunciador técnico, que na etapa de fechamento da página cuidou para que fossem preservados valores do jornalismo quanto ao tratamento dado à informação. Por isso, ele optou por colocar foto e “olho” do mesmo lado, criando uma composição assimétrica e com movimento, pois há um efeito em “escadinha” que vai do título, deste para a foto, culminando no “olho”.

O enunciado, no título, marca um enunciador jornalístico através da heterogeneidade mostrada pelo uso do verbo *cai*, no presente do indicativo. Através de um verbo de ação, informa o que acabou de ocorrer, denota um fato recente; e também porque ele coloca nas vozes das fontes acionadas a responsabilidade do que é dito (“de acordo com a Pnad 2013”), pois se aquela informação estiver incorreta, ele não perderá a confiança do leitor. Ao se utilizar dessas estratégias, este enunciador define igualmente uma imagem ao seu leitor, a de um sujeito atento a esta situação de exploração do trabalho infantil e que possui interesse por este assunto.

Nessa matéria pode ser percebida a estratégia enunciativa de construir o texto pela polifonia através de vozes convocadas: a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e a do Governo.

A estratégia que um enunciador encontra para se aproximar do leitor é a autonegação, a partir do plural inclusivo usado na terceira pessoa: “Nesse período, **reformulamos** uma série de programas...”, “... e assim **pudemos** obter resultados satisfatórios”, “É necessário que **possamos** continuar debatendo”. Também usa de estratégia para obter identificação com os leitores, com informações de cunho de serviço, exemplo: “Programação - Durante a abertura do evento...”, “No primeiro dia do evento...”, “... e pela tarde...”.

A inserção dos dados da pesquisa acerca da queda no número de crianças em situação de trabalho infantil, busca estabelecer uma verdade ao mostrar que a erradicação do trabalho infantil é algo concreto, como os números que ajudam o leitor a visualizar esta conjuntura. Os dados revelam acerca da necessidade de erradicação do trabalho infantil remanescente no campo, na informalidade, no trabalho doméstico e nas atividades ilícitas, que é possível por meio de ações de intervenções nos municípios assistidos. Isto é explicitado de forma relatada: “... por seis encontros intersetoriais regionais, nos quais se reúnem as três esferas de governo e sociedade civil, apresentando um diagnóstico específico, bem como os desdobramentos necessários para erradicar o trabalho infantil”.

As vozes convocadas que legitimam a atuação no Estado acerca da proteção às crianças com relação ao trabalho infantil são: o da Pnad e da Luiza Oliveira, secretária de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania. As crianças não estão ausentes na matéria, polifonicamente estão presentes a partir de discursos relatados. Elas não falam, mas são faladas (“Durante a abertura do evento, crianças da Casa Acolhida Marista do Olho d'Água

fizeram uma apresentação cultural”). Então, elas estão presentes na cena enunciativa, só que não como protagonistas.

Um enunciador utiliza operadores de ênfase para reforçar o que é dito: “... a fim de que se possa conseguir *ainda* mais erradicar...”. Não obstante, quando os dados da pesquisa apresentam a redução do trabalho infantil, eles também apontam para o fato de que a queda do número de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos foi de *apenas* 57,3%; e *só* 49,8% de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, no período de 2004 e 2013.

Ao se utilizar dessa marca de ênfase (“ainda mais”) um enunciador põe em cena dois enunciadores: E_1 que acredita que está perto de o trabalho infantil ser erradicado totalmente; E_2 que acredita que vai demorar muito para que o trabalho infantil seja erradicado. Caberá ao leitor interpretar o enunciado produzido concordando com ele ou confrontando-o com outros que com ele estão em dialogia. “Apenas 71 dos 217²² municípios recebem as ações do Peti”, isto denuncia: a) que há trabalho infantil em apenas 71 municípios e que nos 146 não há; ou que, b) apenas 71 municípios já foram contemplados com as ações desenvolvidas e restam outros 146 a serem alcançados.

Sobre aspectos do ideológico, vale dizer que ele se apresenta a partir do enunciado no título “Cai o índice de trabalho infantil no Nordeste, de acordo com a Pnad 2013” o qual enuncia no imaginário do leitor que há infâncias diferenciadas cujas crianças não apenas estudam ou brincam, mas vivem em situação de pobreza e de trabalho. O ideológico então se apresenta de forma velada quando há a proposta de que a criança necessita de um enquadramento político para desempenhar um papel ativo na sociedade; todavia, isto se associa simultaneamente à imagem da criança enquanto sujeito dependente que merece proteção.

Percebe-se ainda um reforço ideológico que destaca a região Nordeste entre as regiões do país onde mais se encontravam crianças praticando trabalho infantil²³ sem ter a idade mínima legal permitida. Uma leitura do contexto político da época direciona para o entendimento de que a situação está sendo revertida por meio de políticas de redução da desigualdade e de combate à pobreza, por exemplo, o Bolsa Família.

Os beneficiários desse programa não podem se afastar da escola. Pelas regras, as famílias que recebem o benefício assumem o compromisso de garantir que crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos estejam matriculados e com frequência escolar mensal

²² Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=21>>. Acesso em: 20 jan 2016.

²³ No Brasil, a legislação é clara: menores de 16 anos são proibidos de trabalhar, exceto como aprendizes e somente a partir dos 14. Mas, apesar disso, é comum ver crianças trabalhando nas carvoarias, quebrando pedras, nas lavouras de cana.

mínima de 85% da carga horária. Este fato tem sido decisivo para manter as crianças afastadas do trabalho infantil. Isto é, se cai o índice do trabalho infantil, aumenta a participação das crianças no ambiente escolar. Percebe-se o ideológico de que lugar de criança é na escola, lugar onde pode ser construída uma trajetória saudável. Na escola a criança está protegida.

No enunciado do título (Figura 6) há um efeito de reconhecimento, da instância poder, ou seja, o acontecimento é apresentado como novo, embora não seja desconhecido pelo leitor. O título apresenta um apelo às lembranças culturais do leitor, de um saber que ele é partícipe; na condição de leitor, ele sabe que existe trabalho infantil e que essa prática precisa ser combatida. Ao se utilizar dessa estratégia, um enunciador se posiciona diante dos fatos, instaurando relações de poder entre si e o leitor, sendo este último instigado a identificar-se com as imagens propostas pelo enunciado em razão do capital simbólico do enunciador que o leva a acatar o que propõe no título.

Quanto ao enunciado da linha fina “Dados foram mostrados ontem no Encontro Intersetorial das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) - Região Nordeste I”, vale dizer que é organizado de maneira a tornar a leitura fluente e contextualizada. Também revela um enunciador mais explicativo, por isso a preocupação em escrever a sigla, desta forma inclui aqueles leitores que não possuem conhecimento para identificar a denominação “Peti”.

O poder se manifesta ainda sobre a forma como os enunciados estão dispostos na página. Na parte superior da página situam-se a notícia que faz parte do *corpus* de análise e outras duas relacionadas a temas distintos, uma com o título que apresenta o seguinte enunciado: “Novidades da Rede Globo são apresentadas”; e a outra: “Sesi Bonecos promove ação filantrópica para portadores de HIV/Aids”.

Na parte inferior da página há a inserção de um “edital de intimação” trazendo o seguinte enunciado: “1 TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS E OUTROS TÍTULOS DE CRÉDITO DA CAPITAL”. A disposição desse enunciado na página apresenta vozes polifonicamente em tensão e marca uma disputa de poder, em que diferentes enunciadores procuram dar a última palavra. Observa-se que um enunciador, por meio de cores, do tamanho da fonte, associação do texto com a imagem, conquista a atenção do leitor logo no primeiro olhar.

Ao lado da matéria que acabamos de considerar, vamos colocar outra referente ao mesmo acontecimento e cuja produção, postulada como diferente daquela primeira, pode servir para revelar desvios discursivos. O fragmento é uma matéria de *O Progresso*, com o

seguinte enunciado: “Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil apresenta avanços e discute plano de ação para 2015” no título da matéria, veiculada no dia 29 de novembro de 2014, (Figura 7); a mesma aponta para um efeito de sentido: **crianças protegidas**.

Figura 7

CIDADE
o progresso
S BADO, 29 DE NOVEMBRO DE 2014
C1-5

Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil apresenta avanços e discute plano de ação para 2015

Fotos: Sara Ribeiro

O fórum garante um espaço permanente de articulação e mobilização da rede de proteção à infância e adolescência, de apresentação dos programas de enfrentamento ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador promovidos pela gestão municipal

A Prefeitura Municipal de Imperatriz, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), realizou ontem (28) o Fórum Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil. O evento tinha como objetivo garantir um espaço permanente de articulação e mobilização da rede de proteção à infância e adolescência, de apresentação dos programas de enfrentamento ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador promovidos pela gestão municipal, além de uma instância democrática de discussão e propostas na construção de consenso entre os diversos segmentos da sociedade sobre o trabalho infantil.

Prestigiaram o evento várias autoridades, como o vice-prefeito, Luiz Carlos Porto; a secretária de Desenvolvimento Social, Miriam Ribeiro; a representante da Câmara de Vereadores, Fátima Avelino; a promotora do Trabalho, Fernanda Furlaneto; e mais a representante da Secretaria de Saúde, Valéria Moreira; a coordenadora do CEREST, Marilza Nogueira, e da secretária de Educação, Ovidia Muniz. Houve também a participação dos núcleos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), dos Centros de Referência de Assistência Social

– CRAS e de escolas das redes municipal e estadual.

Durante discurso, o representante do PETI, Odair Lima, ressaltou a importância do envolvimento nesses encontros não só dos órgãos de defesa aos direitos da criança e do adolescente, mas da participação dos próprios sujeitos da temática, uma vez que a contribuição deles faz todo o sentido.

“O espaço do Fórum serviu para orientar a criança e o adolescente para sua condição de protagonista, fomentando a participação ativa em ações que buscam qualidade de vida, contribuindo com o poder público nas sugestões de melhorias das políticas públicas e no nosso plano de ação para 2015, com ideias e sugestões que possam ser colocadas em prática e para avançarmos ainda mais no combate ao trabalho infantil”, declarou.

Para complementar, a secretária de Desenvolvimento Social, Miriam Ribeiro, também destacou o trabalho que vem sendo realizado em enfrentamento à temática pelo município.

“Graças à equipe comprometida que temos atualmente nos programas de atendimento e acolhimento a criança de 0 a 17 anos, hoje nós não vemos crianças trabalhando nas ruas de Imperatriz. E se que encontramos logo tratamos de tirá-las das ruas, porque lugar

de crianças é na escola, é brincando e se divertindo e não trabalhando e fazendo papel de adulto”.

Tiago José de Moraes, 15 anos, estudante da escola Dorival Pinheiro de Sousa, convidado do Fórum, afirma que fez questão de estar no evento em razão da temática interessante e de poder participar ativamente através de suas ideias e opiniões.

“Eu fiz questão de participar para debater e colaborar no sentido de dizer que a exploração do trabalho infantil é um problema e que precisa ser combatido”, disse.

Ao final, várias novas sugestões foram apresentadas, onde serão analisadas e incluídas no plano de ação para 2015, no sentido de melhorar ainda mais os programas de combate ao trabalho infantil. (Sara Ribeiro - ASCOM)

OFERTA DE EMPREGO

Precisa-se de designer profissional.

Interessados ligar para

(99) **3524-7913**

Fonte: O Progresso, 29 nov. 2014, C1, p. 5.

Algumas variações estão pressupostas nas condições de produção dessas duas matérias (Figura 6 e Figura 7), tais como diferentes grupos que controlam a imprensa, diferentes vínculos com os aparelhos de Estado, e com a estrutura de partidos políticos e também com o poder.

Comparando as duas matérias, pode-se fazer algumas constatações a partir do modo teórico de olhar a cena social. Iremos comparar, de um lado, textos destinados a leitores da capital e, de outro, textos destinados a leitores do interior do estado. Deve-se acrescentar que as palavras que acabamos de empregar (capital e interior) utilizadas para falar dos processos de produção dos textos, tem o objetivo de perceber as variações associadas à ideologia contida nos textos.

Diferente do texto diagramado pelo jornal da capital, que possui destaque na página (seja pela localização, uso de tamanho da fonte e utilização de olho), a superfície textual do jornal do interior apresenta-se, enquanto matéria secundária, disputando espaço com uma matéria principal e três anúncios no pé da página. Possui três colunas, título, contém duas fotos em preto e branco sobrepostas, sendo uma delas seguida de legenda e com indicação de créditos de autoria. As duas páginas são heterogêneas do ponto de vista temático, apresentam outros temas (salvo raras exceções, talvez uma ou duas vezes por ano as crianças foram pauta para preencher uma página inteira).

Voltando apenas para os enunciados da Figura 7, observa-se que o enunciado “Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil apresenta avanços e discute plano de ação para 2015” possui mais de um verbo (apresenta e discute); marca um enunciador que busca dar conta de mais de um fato e que opera uma abertura que orienta o leitor em direção ao futuro pela referência ao ano de 2015.

Verifica-se também um certo enunciador que se marca por meio da utilização de recursos visuais. Na superfície textual em análise, as imagens utilizadas reforçam as informações contidas no texto da matéria, e vice-versa. A AD defende que uma imagem, mesmo isolada, deve ser considerada como discurso (PINTO, 2002). Só que neste caso, as imagens são acompanhadas de texto verbal.

Na hierarquia da informação, a partir das imagens que acompanham a matéria, a parte que pressupõe as crianças aparece em segundo lugar. Trata-se de o enunciador jornalístico ter obedecido a um modelo baseado no aprendizado das regras e normas da linguagem jornalística. No plano visual, cada personagem dispõe de um repertório de atuação, conforme a interpretação que o enunciador jornalístico quer dar, exemplo: autoridades na bancada, crianças no auditório.

Até o enquadramento das fotografias é determinante para o que se quer que seja percebido, exemplo: as crianças aparecem em *plongée* - palavra francesa que significa “mergulho” - é quando a câmera está acima do nível dos olhos, voltada para baixo. Ora, na gramática de reconhecimento, as imagens tornam-se facilmente explícitas, e como nesta

matéria, a imagem com as crianças aparece depois, entende-se que um enunciador utilizou-se dessa técnica de tratamento de imagens e diagramação a fim de definir posições enunciativas marcadas pela lei do poder em que o maior e mais importante deve vir primeiro.

Nessa matéria pode ser percebida a estratégia enunciativa de construir o texto pela polifonia através de vozes convocadas: do representante do Peti, Odair Lima; da secretária de Desenvolvimento Social, Miriam Ribeiro; e do estudante Tiago José de Moraes, de 15 anos. Um enunciador jornalístico utiliza três vezes o texto entre aspas. Para Authier-Revuz (1990), isto indica formas de heterogeneidades que acusam a presença do Outro. Nos enunciados citados, as palavras do Outro são recortadas e citadas numa tentativa de construir uma cumplicidade entre o enunciador e o destinatário, o primeiro mostra como ver a situação que envolve crianças com trabalho infantil e convida o destinatário a adotar o mesmo ponto de vista, ou ao menos apreciar a maneira como é mostrado.

Em um desses discursos alheios, foram percebidos alguns conectivos: o *e* é usado iniciando frases; o *porque* com sentido de “pois”. O trecho é este: “... nos programas de atendimento e acolhimento à criança de 0 a 17 anos, hoje nós não vemos crianças trabalhando nas ruas de Imperatriz. E as que encontramos logo tratamos de tirá-las das ruas, porque lugar de criança é na escola, é brincando e se divertindo e não trabalhando e fazendo papel de adulto.”. Esses conectivos servem para criar efeito de verdade às informações contidas nas premissas contidas no texto.

A estratégia que um enunciador encontra para se aproximar do leitor é a partir do plural inclusivo usado na terceira pessoa e pelo uso de pronomes pessoais e possessivos nos discursos diretos: “... e no **nosso** plano de ação ... e para **avancarmos** ainda mais ...”; “Graças a equipe comprometida que **temos**... hoje **nós** não **vemos** crianças trabalhando nas rua de Imperatriz. E as que **encontramos** logo **tratamos** de tirá-las das ruas...”

Um enunciador utiliza operadores de ênfase para reforçar o que é dito: “... e para avançarmos **ainda mais** no combate ao trabalho infantil”. Caracteriza um enunciador que se identifica com a visão das políticas públicas em defesa dos direitos das crianças.

Um aspecto do ideológico se apresenta a partir do enunciado no título: “Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil apresenta avanços e discute plano de ação para 2015”, cujo efeito é aproximar o leitor daquelas demandas que envolvem crianças e trabalho infantil.

Notam-se relações de poder de acordo com as posições dos enunciadores – categoria proposta por Ducrot (1987), mas utilizada nos termos de Araújo (2000) –, isto é, dos personagens que aparecem no texto e são usados por um enunciador para compor e legitimar sua imagem enquanto articulador e mobilizador da rede de proteção à infância e adolescência.

Assim, as vozes arregimentadas são: a do representante do Peti, Odair Lima; da secretária de Desenvolvimento Social, Miriam Ribeiro; e do estudante de 15 anos, Tiago José de Moraes. Percebe-se que um enunciador utiliza-se polifonicamente de duas vozes oficiais e uma não-oficial, mas que está vinculada a uma instituição. Essa estratégia na hierarquia das fontes revela aspectos da negociação no texto, onde permanece a prevalência de fontes e também mostra o objetivo de provocar no leitor a identificação com um desses personagens.

Podem ser repertoriadas outras duas superfícies textuais que também apontam para um efeito de sentido de **crianças protegidas** nos enunciados: “SEMUS realiza programação no Dia Mundial de Conscientização do Autismo”, no título da matéria veiculada em *O Progresso*, no dia 2 de abril de 2014 (Figura 8), e “Atividade marca Dia Mundial de Conscientização do Autismo” no enunciado do título da matéria veiculada em *O Estado do Maranhão*, no dia 4 de abril de 2014 (Figura 9). No Brasil, estima-se mais de 2 milhões de pessoas com autismo²⁴. Em dezembro de 2012, uma lei federal (Lei 12.764) foi aprovada equiparando em direitos os autistas aos deficientes, além de outros benefícios. Desse modo, os enunciados das matérias fazem referência à concepção da criança como sujeito de direitos e a de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e orienta-se contra um tipo de discriminação baseada na deficiência de outrem.

Sobre os aspectos formais, na Figura 8 a estratégia enunciativa é um texto diagramado em três colunas, o título está disposto em duas linhas e centralizado em relação à foto que compõe a notícia. Existe pouco espaço em branco separando o título, a foto e o texto. Ao analisar a estrutura dessa notícia, percebe-se que apesar de o enunciado no título ter certa autonomia em relação ao texto, seja pelo destaque tipográfico, ou ainda por sua leitura sem a respectiva notícia, quem recebe destaque neste caso é a foto. Uma vez que a notícia não se encontra na parte superior da página, um enunciador coloca a foto em posição dominante.

Desta maneira, este enunciador interpela diretamente o leitor, por meio da imagem que ilustra a notícia a qual remete a uma das atividades realizadas durante a programação pelo dia do autismo. Ao se utilizar dessa estratégia, este enunciador define igualmente uma imagem ao seu leitor, qual seja a de identificar-se com as políticas de integração do Estado, aqui referenciado por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS).

²⁴ Disponível em: <<http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Figura 8

SEMUS realiza programação no Dia Mundial de Conscientização do Autismo

Sidney Rodrigues



Com o objetivo de sensibilizar sobre o autismo - síndrome que afeta a capacidade de comunicação do indivíduo, de socialização (estabelecer relacionamentos) e de comportamento, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), por meio do Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPSIJ), realiza nesta semana vasta programação voltada para esta temática.

Na abertura das atividades ontem (01), foi realizada palestra sobre autismo e os serviços especializados oferecidos pelos CAPS, nas escolas Delahê Fiquene e Leôncio Pires Dourado. No decorrer desta semana, os profissionais percorrerão também as Unidades Escolares Pirangi, Governador Archer, Madalena de Canossa, Darcy Ribeiro, São Vicente de Paula e Nascimento de Moraes.

A programação conta ainda com Pit Stop no salão principal do Shopping Imperial, hoje, 02 de abril, das 13h às 21h. Neste horário, haverá apresentação de atividades lúdicas, panfletagem, contação de histórias, arte circense, malabares, orientações técnicas à população em geral sobre o tema e oferta de serviços de saúde como verificação de pressão arterial, teste de glicemia capilar e avaliação antropométrica.

"Queremos massificar as informações sobre o autismo ampliando e diversificando os públicos, de maneira que possamos atingir um número cada vez maior de pessoas. Durante três anos nós realizamos nossa mobilização principal que é no dia 02, quando comemora-se o Dia Mundial de Conscientização do Autismo na Praça de Fátima, mas dessa vez estamos fazendo diferente em função do objetivo citado", explicou Dilcinei Barros, coordenadora do CAPSIJ.

Durante o evento no Shopping Imperial, assim como nas palestras que estão sendo realizadas, será distribuída a cartilha sobre o autismo que foi lançada ano passado. O título do informativo é: "Família Diante do Autismo: O que Fazer?". Ele contém 30 tópicos ('capítulos') que explicam o que é a síndrome, suas principais características, como identificar, como a família deve lidar com isso e a quem procurar em caso de suspeita da doença.

O manual foi elaborado pela equipe do Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPSIJ), coordenado por Nádia Borges de Araújo, psicóloga, e com a colaboração de quatro mães de crianças autistas. Para a psicóloga, essa publicação representa um avanço no tratamento e uma melhora significativa no relacionamento familiar das crianças diagnosticadas com o transtorno. "A revista é distribuída totalmente gratuita e serve para auxiliar as famílias na identificação da doença e também no processo de aceitação e procura do tratamento", ressalta Nádia. (Maria Almeida - ASCOM)

Precisa-se:

Aplicador de adesivos para plotagem. Tratar com Dona Lúcia ou Eduardo na rua Gonçalves Dias, esquina com 15 de Novembro.

Fonte: O Progresso, 2 abr. 2014, C1, p. 7.

Nessa matéria pode ser percebida a estratégia enunciativa de construir o texto pela polifonia, por meio de vozes convocadas: da coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPSIJ), Dilcinei Barros, e da psicóloga Nádia Borges de Araújo. Nessas vozes arregimentadas, os enunciados buscam estabelecer vínculo com o leitor e levá-lo a refletir sobre a questão do autismo.

Ainda nas vozes convocadas, há traços do ideológico por meio de pré-construídos (inferências e pressuposições) de que são as mulheres que gastam mais tempo que os homens nas tarefas, nos cuidados com as crianças, já que todas as fontes que aparecem na notícia são do sexo feminino.

No enunciado “SEMUS realiza programação no Dia Mundial de Conscientização do Autismo”, no título da matéria de *O Progresso*, ecoam vozes sociais, assim como ideologias, o que caracteriza o dialogismo, isto é, o texto está em dialogia a um texto anterior. Em 2008, a ONU (Organização das Nações Unidas) instituiu o dia 2 de abril para comemorar o “Dia Mundial de Conscientização do Autismo”, com o objetivo de conscientizar a sociedade a respeito da síndrome, a fim de que os portadores dela sejam tratados com mais respeito e menos preconceito. Ao utilizar-se desse recurso, um enunciador apresenta-se ao leitor como bem informado e ainda traz um traço ideológico que lembra a preocupação do suporte em divulgar as causas nacionais e até mundiais.

No texto da notícia, um enunciador jornalístico faz uso de verbo no presente do indicativo: “... **realiza** nesta semana vasta programação...”; de verbo na voz passiva: “... **foi realizada** palestra...”; de verbo no futuro do presente: “... os profissionais **percorrerão** também...” e ainda: “... **haverá** apresentação de atividades lúdicas...”. Os tempos verbais implicam no efeito de sentido de credibilidade do enunciador jornalístico e na maneira de capturar o leitor por meio de uma aproximação ou distanciamento em relação ao momento da leitura com o acontecimento.

O poder configura-se a partir do modo que um enunciador emprega o vocabulário no texto mostrando-se onisciente, isto é, ele constrói um lugar de observador privilegiado na cena enunciativa, desse modo, ele não deixa espaço para dúvidas aos leitores acerca do que foi dito. Esta estratégia de poder discursivo revela ainda um enunciador jornalístico em *O Progresso*, que marca o acontecimento com valores positivos; o uso de adjetivos reforça uma avaliação que incide sobre o acontecimento: “... realiza nesta semana **vasta** programação voltada para esta temática.”, além de demonstrar afetos favoráveis a ele.

Tomemos a superfície textual com o enunciado: “Atividade marca Dia Mundial de Conscientização do Autismo”, no título da matéria veiculada em *O Estado do Maranhão*, no dia 4 de abril de 2014 (Figura 9). Nesta, coloca-se certo enunciador que apresenta uma imagem que remete ao acontecimento evocado pelo título da notícia. Texto e imagem são articulados entre si, bem como a linha fina, legenda da foto e intertítulo. A configuração desses elementos anuncia um enunciador pedagógico preocupado em ordenar o universo do discurso na intenção do leitor, guiando-o, informando-o.

Figura 9

Atividade marca Dia Mundial de Conscientização do Autismo

Divisão especializada de Paço do Lumiar realizou ação com autistas ontem

A Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), realizou ontem, uma grande ação pelo Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com a participação e interação de alunos, pais e professores e a equipe da Divisão de Atendimento Educacional Especializado (DAEE), nas atividades de percepção gustativa, tátil e olfativa, além de exibição de vídeos.

Para a dona de casa Girlane Paiva da Luz, mãe da estudante Emanuelle da Luz, de 15 anos, o atendimento especializado que a filha recebe na escola reflete muito no cotidiano da adolescente. "Com o acompanhamento, Emanuelle mudou muito. Já consegue se relacionar com as pessoas sem medo, consegue expressar as suas emoções. Na escola Bandeira Tribuzi, ela estuda nas salas de aulas comuns, junto dos outros alunos", ressaltou Girlane da Luz.



Ação realizada pela Semed do município de Paço do Lumiar no Dia Mundial da Conscientização do Autismo

De acordo com a secretária de Educação Ana Paula Pires, o Município está criando condições para acolher os estudantes com deficiência, promovendo a inclusão deles no ensino regular. "A gestão municipal nos deu todas as condições para a implantarmos a divisão e atendermos a essa demanda", disse.

Acompanhamento - A DAEE

é responsável por coordenar o trabalho de educação especial em todas as escolas da rede municipal, com uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, psicopedagogos, fonoaudiólogo, assistente social, intérpretes, instrutores de libras, professores especialistas em libras e braille, e professores de salas de recursos e convencionais.

"Atualmente, o atendimen-

to especializado está direcionado a 26 alunos com diagnóstico de autismo. E, para atender esse público, são realizadas várias formações com o apoio de parceiros que facilitam o trabalho de conscientização nas escolas", destacou a coordenadora da DAEE, Rosane Ferreira, que enfatizou ainda a necessidade do respeito para com os portadores de deficiência física e intelectual.

Fonte: O Estado do Maranhão, 4 abr. 2014, p. 2.

A estratégia enunciativa, pelo uso da polifonia, é percebida por meio de vozes convocadas: da dona de casa Girlane Paiva da Luz: "Com o acompanhamento, Emanuelle mudou muito. Já consegue se relacionar com as pessoas sem medo, consegue expressar as suas emoções. Na escola Bandeira Tribuzi, ela estuda nas salas de aulas comuns, junto dos outros alunos"; da secretária de Educação Ana Paula Pires: "A gestão municipal nos deu todas as condições para a implantarmos a divisão e atendermos a essa demanda", e da coordenadora da Divisão de Atendimento Educacional Especializado (DAEE), Rosane Ferreira: "Atualmente, o atendimento especializado está direcionado a 26 alunos com diagnóstico de autismo. E, para atender esse público, são realizadas várias formações com o apoio de parceiros que facilitam o trabalho de conscientização nas escolas".

Na foto da notícia, o azul é a cor predominante e está em dialogia com a cor designada para o autismo; como a síndrome tem prevalência em meninos que em meninas, o azul foi a cor escolhida. Aspectos do ideológico são percebidos também a partir da predominância da cor azul na foto, pois evoca ideologia do gênero, do modo de ser masculino ou feminino.

A configuração desses elementos expressa um enunciador pedagógico, que ao ordenar o universo do discurso, tem a intenção de guiar o leitor, informá-lo. Na superfície textual (Figura 9), por exemplo, interpela o destinatário com o uso de um box (caixa que acompanha a matéria principal), e por meio do intertítulo deixa o texto menos denso, além de deixá-lo visualmente mais atrativo. Estes recursos não foram utilizados pelo enunciador na Figura 8.

Os dois textos comportam citações entre aspas, o da Figura 8 é atribuído tanto aos pais das meninas que devem ser vacinadas, quanto à população da cidade de Imperatriz: “Nós temos uma meta e um cronograma determinado pelo MS. Os pais e a população têm que entender que as vacinas são para este público específico...”. A citação da Figura 9 é atribuída aos pais e à direção de algumas escolas da capital que não querem receber as vacinas.

Em ambos, não se convocam outras vozes, como se não existissem outros atores. Estes exemplos contêm uma marca, a exclusão do Outro. Neles, um enunciador, além das crianças, silencia também a sociedade.

Sem pretensão de exaustividade, tomemos outras duas superfícies textuais, estas apontam para um efeito de sentido de **crianças assistidas**. Sobre os aspectos formais, vale dizer que ambas foram diagramadas na editoria Cidade, e em página par. Na Figura 10, segue-se a seguinte ordem: título em duas linhas, linha fina, texto em três colunas e foto localizada à direita justificada entre as duas últimas colunas. Em relação à localização na página, o texto da matéria encontra-se do lado direito na parte inferior, e divide espaço com um anúncio do lado esquerdo o qual ocupa a mesma quantidade de colunas da matéria. Percebe-se um caráter ideológico que aponta para a força do setor comercial da empresa jornalística, que tem na publicidade fonte de sustentação financeira.

Figura 10

Cerca de 600 meninas já foram imunizadas em Imperatriz com a dose que previne o HPV
Mais de duzentas escolas foram visitadas só essa semana pela equipe de imunização do município

Iniciada em 10 de março, a aplicação das vacinas contra o Papiloma Vírus Humano (HPV) em Imperatriz, a campanha continua sendo desenvolvida e a meta do Ministério da Saúde de vacinar 7.539 meninas aqui na cidade será cumprida a contento. A informação é do Programa de Imunização do Município (PIM), mantido pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) – que coordena toda a logística de distribuição e aplicação das doses.

De acordo com o cronograma apresentado, as equipes de aplicação das vacinas já passaram por 250 escolas da zona urbana imunizando cerca de 600 jovens. Quanto ao calendário de aplicação nas unidades de ensino da zona rural, a coordenação informa que está sendo fechado em consonância com as sugestões de datas mais convenientes repassadas pela direção das escolas. Mas vale lembrar que as doses já podem ser encontradas nas Unidades Básicas de Saúde.

Socorro Ribeiro, coordenadora do PIM, esclarece aos pais e interessados que, segundo determinação do MS, as vacinas são destinadas única e exclusivamente às meninas com faixa etária de 11 a 13 anos. “Nós temos uma meta e um cronograma determinado pelo próprio MS. Os pais e a população têm que entender que as vacinas são para este público específico e que se forem disponibilizadas para outros, vai faltar a quem de fato foi destinado a receber a dose”, explicou.

Ela informa ainda que se porventura alguma adolescente não foi cadastrada em sua unidade de ensino e deixar de receber a dose, basta procurar a UBS mais próxima de sua casa, pois a vacina quadrivalente que combate os vírus HPV tipo 06, 11, 16 e 18 é gratuita e estará disponível também nas UBSs durante todo o ano. Vale ressaltar, segundo a coordenadora, que se a menina completar 13 anos de idade ainda em 2014 deverá procurar uma UBS antes da sua data de aniversário.

Socorro ressalta que o objetivo desta vacina é atuar na prevenção do câncer de colo do útero, que é o terceiro tipo mais frequente entre as mulheres, e por isso a grande procura por parte de alguns pais, mesmo os que têm filhos fora da faixa etária determinada. Segundo informações do Coordenador da Rede de Oncologia do Município, Gumercindo Filho, na rede privada a dose desta mesma vacina custa em torno de R\$ 500,00 (quinhentos reais). (Maria Almeida - ASCOM)



Precisa-se:
 Aplicador de adesivos para plotagem. Tratar com Dona Lúcia ou Eduardo na rua Gonçalves Dias, esquina com 15 de Novembro.

Fonte: O Progresso, 16 mar. 2014, C1, p. 6.

Na Figura 11, a foto, acompanhada de crédito e de legenda, é justificada nas duas colunas e antecipa o título e o texto. Estes elementos são apresentados por ordem de importância, no uso dessa estratégia um enunciador tem uma vontade informativa em que a imagem funciona como materialização do acontecimento, a maneira de mostrar é tão importante quanto ao que é mostrado. Já na figura 10, a imagem da matéria se constrói de uma maneira diferente, o texto da matéria é corrido sem intertítulos, a foto é a terceira na ordem de distribuição dos elementos, também não é acompanhada de legenda descritiva. Nela (Figura 10), o que é mostrado é mais importante do que a maneira de mostrar. Essas variações de enunciação podem estar associadas aos níveis editoriais dos suportes impressos.

Figura 11

do Maranhão - São Luís, 29 de março de 2014 - sábado



Flora Dolores

Menina de 11 anos é imunizada contra o HPV em escola da capital

Vacinação contra o HPV já imunizou mais de 10 mil meninas em SL

Meta é vacinar 22 mil meninas em toda a capital; campanha se encerra em 10 de abril

Mais

Para a proteção completa contra a doença, são necessárias três doses da vacina. A segunda é aplicada seis meses após a primeira; a terceira, cinco anos depois. A partir do próximo ano, a imunização será oferecida também às crianças com faixa etária a partir de 9 anos. A meta é imunizar 221 mil adolescentes em todo o estado.

A campanha de vacinação contra o papilomavírus humano (HPV), iniciada no dia 10 deste mês, já imunizou mais de 10 mil meninas, na faixa etária de 11 a 13 anos, em São Luís. A meta é vacinar 22 mil meninas, em toda a capital, até o dia 10 de abril. A vacina está sendo aplicada nos 66 postos de saúde da cidade e em algumas escolas da rede de ensino de São Luís.

Segundo a coordenadora de Imunização da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), Rita de Cássia Carneiro, a procura pela vacina, tanto nos postos de saúde, quanto a procura para saber quando a vacina deve chegar a algumas escolas está alta. "Nós recebemos 27 mil doses e, deste total, 22 mil já foram distribuídas. Estamos recebendo também muitos pedidos de pais que querem saber quando as vacinas devem chegar a algumas escolas de São Luís e o que a gente pede é calma, pois todos os sete distritos serão atendidos", afirmou.

A campanha pretende atender meninas de 400 escolas da capital. De acordo com Rita de Cássia Carneiro, a vacinação já foi realizada em mais de 100 escolas e, na próxima semana, deve chegar a mais 80 escolas da área Itaqui-Bacanga e Vila Esperança, na zona rural de São Luís.

Dificuldade - Apesar da alta procura pela vacina e da conscientização dos pais sobre a importância da vacinação, a coordenadora pontuou que, em algumas escolas, está havendo uma dificuldade para que as vacinas sejam aplicadas. "Até agora, não estamos tendo nenhuma recusa por parte dos pais, mas estamos encontrando dificuldades em algumas escolas, que não estão querendo receber a vacina", disse.

A coordenadora alertou, ainda, que aquelas meninas que estejam próximo de completar 14 anos devem procurar o mais rápido possível um posto de saúde para serem vacinadas ainda por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). "Após essa idade, elas conseguiram se vacinar apenas na rede de saúde particular", assinalou.

Orientação - Todas as adolescentes que estão sendo vacinadas recebem a orientação de que devem retornar, em seis meses, para tomar a segunda dose. As meninas também passam a fazer parte de um cadastro do Ministério da Saúde, para que possam ser acompanhadas de perto por profissionais da área. A vacina contra HPV tem eficácia comprovada para proteger mulheres que ainda não iniciaram a vida sexual e, por isso, não tiveram nenhum contato com o vírus. Hoje, é utilizada como estratégia de saúde pública em 51 países, por meio de programas nacionais de imunização.

O Ministério da Saúde também distribuiu informe técnico aos estados e municípios, bem como promoveu a capacitação à distância tanto de profissionais de saúde, quanto de professores das escolas que devem receber as vacinas.

Fonte: O Estado do Maranhão, 29 mar. 2014, p. 2.

Um enunciador jornalístico com o uso de um box (caixa que acompanha a matéria principal), e por meio dos intertítulos, deixa o texto menos denso e visualmente mais atrativo, um meio de interpelar o leitor, para suscitar nele o desejo de obter as informações ali compreendidas, e de estabelecer com ele um contrato. A estratégia permite que o leitor passe os olhos pelo subtítulo da matéria e salte de um intertítulo para outro até parar em algo que

atraia a atenção. Esta é a imagem que o enunciador jornalístico faz desse leitor, a de alguém que tem vida agitada e busca consumir informação em curto espaço de tempo. Na superfície textual de *O Progresso*, o enunciador jornalístico não faz uso dessa estratégia (Figura 10).

Nas duas matérias posiciona-se um enunciador que utiliza modalizadores adverbiais, os quais têm por finalidade quantificar. No enunciado da linha fina da matéria veiculada no dia 16 de março de 2014, (Figura 10): “**Mais de** 200 escolas...”; no título da matéria veiculada no dia 29 de março de 2014, (Figura 11) “Vacinação contra o HPV já imunizou **mais de** 10 mil meninas em SL”, título.

Nas duas matérias um enunciador jornalístico utiliza heterogeneidade mostrada, pelo uso de citações diretas e indiretas, para inserir a presença do outro na construção do discurso e atribuir um dizer, que não é seu e sinalizar de onde ele vem. As vozes convocadas são: da coordenadora do Programa de Imunização do Município (PIM), Socorro Ribeiro, e do coordenador da Rede de Oncologia do município, Gumercindo Filho (Figura 10): a) citação direta: “Nós temos uma meta e um cronograma determinado pelo MS. Os pais e a população têm que entender que as vacinas são para este público específico...”; b) citações indiretas: “Vale ressaltar, segundo a coordenadora, que se a menina completar 13 anos de idade ainda em 2014 deverá procurar uma UBS antes da sua data de aniversário”; “Segundo informações do coordenador da Rede de Oncologia do município, Gumercindo Filho, na rede privada a dose desta mesma vacina custa em torno de R\$ 500 (quinhentos reais)”; da coordenadora de Imunização da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), Rita de Cássia Carneiro, (Figura 11): “Nós recebemos 27 mil doses e, deste total, 22 mil já foram distribuídas. Estamos recebendo também muitos pedidos de pais que querem saber quando as vacinas devem chegar a algumas escolas de São Luís e o que a gente pede é calma, pois todos os sete distritos serão atendidos”. Citação indireta: “A coordenadora alertou, ainda, que aquelas meninas que estejam próximo de completar 14 anos devem procurar o mais rápido possível um posto de saúde para serem vacinadas ainda por meio do Sistema Único de Saúde (SUS)”. O enunciador coloca por meio da polifonia, nas vozes das coordenadoras, a responsabilidade do dito, conforme Verón (2004) o dito diz respeito ao enunciado, que nos dois casos destaca a importância da vacinação de meninas de 11 a 13 anos na prevenção do HPV.

A matéria (Figura 10) também está em dialogia com outra que está na parte superior da mesma página, com o título “Prevenção do câncer de pele ganha reforço em Imperatriz”, e cujo texto traz um enunciado de que o exame do HPV é o mais realizado entre os tipos de exame de prevenção de câncer no município de Imperatriz: “No período de dois

meses já foram realizados 447 exames da próstata (PSA); **700 exames de Papanicolau** (prevenção); mais de 200 consultas dermatológicas e 18 biópsias de pele...”.

A matéria (Figura 11) está em dialogia com outra que está na parte inferior da mesma página, com o título “Ministério Público lança campanha a respeito da Lei Maria da Penha”, e cujo subtítulo traz o fato de que essa campanha: “para a prevenção da violência contra a mulher no estado”. Sobre a interação entre esses dois textos, pode-se então depreender que o ideológico se apresenta de forma velada quando há a indicação de que o câncer pode matar assim como atos de violência contra a mulher.

Nas duas matérias o ideológico é marcado nos enunciados por meio do dizer de um enunciador jornalístico que expõe, no subtítulo (Figura 10) e no título (Figura 11), que são apenas indivíduos do sexo feminino que tomam a vacina contra o HPV, por isso a expressão “meninas” e não crianças e adolescentes. O ideológico também se apresenta ao indicar que: o mal deve ser morto pela raiz, por isso imunizar ajuda a prevenir o aparecimento do câncer do colo de útero, quarta maior causa de morte de mulheres por câncer no país. Os elementos da foto (Figura 11) ajudam a reforçar esta ideia e ainda indicam que é melhor sentir a dor da vacina a desenvolver um câncer de colo do útero.

O ideológico se manifesta ainda pelo uso de foto em que a imagem funciona como materialização de um trabalho visto como feminino e ocupado em boa parte por mulheres. Isto reflete a condição da mulher, marcada historicamente pela desigualdade de gênero em que a figura da mulher está associada à subordinação e aos cuidados domésticos.

O poder na matéria de *O Progresso* (Figura 10) está presente no modo de compartilhamento do suporte com os leitores, quando expõe nesta página enunciados em dialogia, mas que ocupam níveis diferentes devido à ordem em que aparecem. A superfície textual em análise revela aspectos de um enunciador que priorizou a “prevenção do câncer de pele” em detrimento da “prevenção do HPV”, que pode evoluir para o câncer do colo do útero. Isto se deve ao fato desse tipo de câncer, o de pele, ser o de maior incidência no Brasil.

Ao buscar relações de poder na superfície textual em si, percebe-se a preocupação de um enunciador jornalístico em interpelar o leitor já a partir do título com o uso do numeral “600”, e no texto da matéria apresenta fontes oficiais a fim de que não haja suspeitas sobre as informações que fornece.

Também, na superfície textual de *O Estado do Maranhão* (Figura 11), o poder na matéria se materializa no modo como um enunciador jornalístico construiu o título, apresentando informações não conhecidas (quantidade de meninas já vacinadas “10 mil”) com o já conhecido (uso da sigla “SL” indicando a cidade São Luís), são marcas que representam a

relação com os leitores. Ou seja, o leitor é visado por uma informação que supostamente não tem (o número total de meninas que serão vacinadas na capital), mas que o leva a progredir em cada nível da leitura indo do título para o subtítulo e texto da matéria.

As superfícies textuais a seguir também apontam para um efeito de sentido de **crianças assistidas**.

Figura 12

CIDADE
o progresso
QUINTA, 31 DE JULHO DE 2014
C1-5

Médico conta sobre parto feito em mulher assassinada e comemora a vida do bebê

Hemerson Pinto

Era madrugada de quarta-feira, 30 de julho de 2014. Até os profissionais de imprensa que cobrem a área policial na noite imperatrizense já haviam se recolhido. Na central de operações do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, SAMU, os plantonistas encaravam mais uma rotina, até a normalidade ser quebrada por um telefonema. A ligação estava prestes a escrever mais um episódio para os capítulos da história de Imperatriz.

Na base da Avenida Bernardo Sayão, bairro Três Poderes, os atendentes recebem o pedido de socorro para uma vítima de disparo de arma de fogo. A vítima? Uma mulher

identificada como Sousa Costa, 32 anos, que acabara de ser atingida por um tiro na cabeça, no bairro Bacuri. Enquanto se preparava para sair, a equipe foi informada que a mulher já estava morta. Quem ligou informando teve o cuidado em comunicar que a vítima estava grávida. Os profissionais do SAMU resolveram seguir para o local da ocorrência.

O acesso era difícil. O condutor da ambulância acertou o endereço após ser interceptado por uma viatura da Polícia Militar, que o levou até a cena do crime. No ambiente, muitas pessoas ao redor do corpo. Dilvânia estava morta havia cerca de 20 minutos.

Na barriga, uma criança. Os sinais de vida do bebê eram poucos. O médico, um impe-



Médico Anísio e a enfermeira Aucilene

trizense de 27 anos, formado em dezembro do ano passado pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, apalçou a barriga da gestante e notou que uma pequena es-

perança ainda existia.

Anísio Cavalcante estava acompanhado dos enfermeiros Aucilene Almeida e Danilo Bilio, além do motorista da equipe, identificado como Breno. A decisão foi rápida e partiu do grupo. Em poucos segundos estavam com o corpo da mulher dentro da ambulância, onde realizaram a cirurgia cesariana para a retirada da criança.

"Utilizamos as manobras necessárias dentro da ambulância. Agimos, mas não agimos em excesso. Fizemos a cesariana dentro da ambulância, e era uma menina. Estava com parada cardiorrespiratória e sinais de sofrimento fetal. Temos uma equipe bem preparada tecnicamente e usamos as drogas necessárias para reanimação cardiopulmonar. Depois de 25 a 30 minutos de reanimação, ela conseguiu voltar a respirar e ouvimos o coração bater. Saímos em disparada para o Hospital Regional,

onde a criança foi recebida com toda a estrutura necessária", explica o médico Anísio Cavalcante.

Na calçada do Hospital Regional Materno Infantil, uma multidão se reuniu após a chegada da recém-nascida. Eram as mesmas pessoas que estavam no local onde a mãe da menina foi assassinada. A torcida era pela vida da pequena Annita Vitória, nome que recebeu na manhã seguinte por uma tia que a visitou na maternidade.

Na manhã da quarta-feira,



Médico usou boneca para explicar como salvou Annita

quando Anísio recebeu nossa reportagem, ainda era visível a emoção. O médico dividiu o mérito com toda a equipe, que segundo ele, a partir do momento em que decidiram interferir pela vida da criança, não desistiram.

Até o fechamento desta edição de **O PROGRESSO**, Annita Vitória permanecia internada em uma UTI do Hospital Regional. Segundo a direção do hospital, o estado de saúde da menina é grave. Annita respira com ajuda de aparelhos.

Fonte: O Progresso, 31 jul. 2014, C1, p. 5.

Na matéria de *O Progresso*, veiculada no dia 31 de julho de 2014, (Figura 12), o enunciado "Médico conta sobre parto feito em mulher assassinada e comemora a vida do bebê"; e os enunciados de *O Estado do Maranhão*, veiculados nos dias 31 de julho: "Cesariana" e 01 de agosto de 2014: "criança salva" (Figuras 13 e 14).

A matéria (Figura 12) apresenta, enquanto aspectos formais: título em duas linhas, texto distribuído em seis colunas, duas fotos - uma na horizontal ocupa o espaço da terceira e

quarta coluna; a outra na vertical, localizada à direita, ocupa as duas últimas colunas. Em relação à localização na página, o texto da matéria encontra-se na parte superior.

O enunciado no título da matéria do jornal *O Progresso*, na editoria “Cidade”, tem referência no enunciado da capa, vindo como manchete: “Mulher grávida é assassinada e equipe do Samu salva bebê”. Há uma enunciação diferente, mas remete ao enunciado da superfície textual em análise. Na manchete há ainda indicação de outra matéria presente na editoria de polícia. Na capa, logo abaixo da manchete, o texto faz a remissão para página interna e do caderno onde estão impressas as duas matérias completas: “Casariana foi realizada após 20 minutos que Dilvânia Sousa da Costa, de 32 anos, havia sido morta com tiro na cabeça P5c1 e P8c1”. Percebe-se uma inversão dos elementos linguísticos utilizados por um enunciador jornalístico como estratégia para interpelar o leitor acerca de um mesmo acontecimento, mas com enfoques diferentes localizados nas editorias “Cidade” e “Polícia”. Um enunciador deixa para o leitor a opção de escolha, de ler ou não ler as notícias policiais.

Ainda sobre o enunciado presente no título da matéria “Médico conta sobre parto feito em mulher assassinada e comemora a vida do bebê”, vale dizer que ele possui conectivo “e” ligando dois enunciados e dele depende o encadeamento argumentativo. O primeiro: (Médico conta sobre parto feito em mulher assassinada) tem sentido completo e independe do segundo: (comemora a vida do bebê) sendo que este último cumpre uma função de interação, pois busca estabelecer vínculo com o leitor da editoria Cidade.

Um enunciador técnico se marca a partir de princípios de composição fotográfica. Observa-se o uso de fotografias na vertical e na horizontal. A foto na vertical é indicada para fotografar pessoas sozinhas, prédios e para ter o aspecto de profundidade. O que interessa nela não é a cena, visto que se restringe a um elemento principal, neste caso, enfatiza o objeto, o médico que fez o parto de emergência. A foto na horizontal é utilizada quando a intenção é interagir o tema com o contexto, e também quando se deseja colocar uma pessoa junto de um cenário, a foto em questão indica duas pessoas da equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Ainda sobre as fotos, percebe-se um caráter ideológico acerca da utilização da foto da mulher vítima de assassinato na editoria de Polícia, em detrimento da editoria de Cidade, sendo que na matéria em estudo, não foi necessário mostrar a recém-nascida para explicar sobre a cesariana, fez-se uso da simulação utilizando uma boneca como representação da criança salva. Isto revela aspectos de uma escolha editorial e das estratégias que se pode utilizar para despertar a leitura do jornal.

A superfície textual está em dialogia com uma matéria na mesma página, que apresenta o seguinte enunciado no título da matéria: “Eficácia: Prefeito faz elogio público à equipe de suporte avançado liderada pelo médico Anísio Cavalcante”; a mesma funciona como uma reação à enunciação da matéria em análise. É uma estratégia de um enunciador jornalístico que propõe ao leitor uma apreciação do enunciado que há na superfície textual analisado.

O texto da matéria é polifônico, as vozes que se mostram é a do médico Anísio Cavalcante: “Utilizamos as manobras necessárias dentro da ambulância. Agimos, mas não agimos em excesso. Fizemos a cesariana dentro da ambulância, e era uma menina. Estava com parada cardiorrespiratória e sinais de sofrimento fetal. Temos uma equipe bem preparada tecnicamente e usamos as drogas necessárias para reanimação cardiopulmonar. Depois de 25 a 30 minutos de reanimação, ela conseguiu voltar a respirar e ouvimos o coração bater. Saímos em disparada para o Hospital Regional, onde a criança foi recebida com toda a estrutura necessária”; a de um enunciador jornalístico que ao fazer uma incursão pela linguagem sensacionalista, busca provocar algum tipo de sensação ou envolvimento emocional dos leitores.

Sobre o sensacionalismo, vale dizer que ele flerta com *fait divers*. Este último pode ser compreendido como notícias de gêneros diversos que extrapolam a normalidade dos acontecimentos cotidianos, tal como o nascimento de um bebê que veio ao mundo por meio de uma equipe do Samu, a qual realizou uma cesariana em uma mulher grávida que já estava morta.

Marcondes Filho (1986) comenta que, de alguma forma, todos os jornais são sensacionalistas, pois quando um fato é transformado em notícia ele é também alterado. Para este autor, o sensacionalismo é o grau mais radical de mercantilização da informação.

Essa explicação do autor acima permite refletir acerca do caráter ideológico que há no texto da superfície textual em questão, ou seja, a natureza comercial por trás do ato de oferecer uma informação com viés sensacionalista.

Esse caráter sensacionalista também revela que o poder está presente na forma como os enunciados do texto da matéria foram escritos, com características de obra ficcional: “Era madrugada de quarta-feira, 30 de julho de 2014. Até os profissionais de imprensa que cobrem a área policial na noite imperatrizense já haviam se recolhido.”, e exploração do extraordinário: “Na central de operações do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, SAMU, os plantonistas encaravam mais uma rotina, até a normalidade ser quebrada por um

telefonema. A ligação estava prestes a escrever mais um episódio para os capítulos da história de Imperatriz.” visando chamar a atenção do leitor e estabelecer vínculos.

Figura 13



Fonte: O Estado do Maranhão, 31 jul. 2014, p. 6.

Figura 14

Rápida

Criança salva

Uma mulher, identificada apenas como Dilvânia, de 24 anos, foi morta a tiros, na madrugada de ontem, no bairro Bacuri, em Imperatriz. Ela estava grávida de oito meses e, segundo informações da polícia, os socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foram acionados. Os profissionais da saúde conseguiram retirar o bebê com vida. A criança já apresentava quadro clínico de parada cardiorrespiratória, mas foi reanimada e, logo em seguida, levada para o Hospital Regional Materno Infantil do município. A polícia acredita que a mãe tivesse envolvimento com o tráfico.

Fonte: O Estado do Maranhão, 1 ago. 2014, p. 3.

Passemos agora às superfícies textuais de *O Estado do Maranhão* (Figuras 13 e 14) disponíveis na editoria de Polícia e Cidade, respectivamente. Neste suporte, a notícia não produziu os mesmos efeitos como em *O Progresso*, por isso é possível perceber estratégias diferentes nos modos de dizer.

No dia 31 de julho, *O Estado* veiculou uma nota: “Cesariana” na editoria de Cidade e no dia seguinte, 01 de agosto de 2014: “Criança salva” na editoria de Polícia. Como em *O Progresso*, este acontecimento repercutiu tanto na editoria de Polícia como na de Cidade, com algumas ressalvas quanto às funções que realizou, ou quis realizar, em cada periódico.

O jornal *O Estado do Maranhão* mostrou o acontecimento em dias diferentes e em editorias distintas, localizando-o no tempo e no espaço e levando em consideração o que o leitor conhece deste universo em pauta. A matéria do dia 01 de agosto (Figura 14) é antecedida por chapéu com o seguinte enunciado: Rápida. Ela está localizada no canto inferior esquerdo e ocupa apenas o espaço de uma coluna, não ocupa posição de destaque na página. É um enunciado que não possui imagens (todos os outros na página possuem), ou título impactante que deixem o leitor curioso e com grande interesse de ter a informação, como ocorre com o texto da matéria em *O Progresso*, ou seja, a estratégia não foi a de apresentar uma notícia na intenção de vender o jornal.

Percebe-se um caráter ideológico a partir do modo de dizer, sobretudo da mostraçã, a qual consiste em designar e descrever coisas ou pessoas de que se fala (PINTO, 2002). Com exceção da superfície textual em análise, todos os outros enunciados na página apontam condutas criminosas, e revela aspectos de uma constante, ou seja, os protagonistas da violência e da criminalidade, tanto os autores quanto as vítimas, são do sexo masculino. Um enunciador reconhece e/ou quer ver reconhecido nas mulheres um menor envolvimento em crimes, devido ao papel tradicional da mulher, dedicada ao cuidado ao lar, à criação de filhos ou irmãos e com menor responsabilidade na geração de renda familiar. Mas, ainda que as mulheres tenham pouco envolvimento com crimes violentos, não se pode dizer que elas sejam alheias ao mundo do crime.

O poder (Figura 13) está presente a partir da localização das matérias na página, seguindo uma hierarquia de cidades próximas aos leitores onde há mais distribuição do periódico. Assim, o que foi destaque na editoria Polícia foi o enunciado do título: “Bandidos assaltam agência dos Correios, desta vez em São Luís”, ocupando toda a parte superior da

página; em seguida: “Usuário de drogas é morto em uma casa em construção, onde dormia” (fato ocorrido na cidade de São José de Ribamar), ocupando quatro colunas do lado esquerdo, no meio da página; a outra também com certo destaque traz o seguinte título no enunciado: “Júnior Bolinha é flagrado com celular e camisa de monitor em presídio” localizada no lado direito, ocupando duas colunas da página.

A outra superfície textual (Figura 13), disposta na editoria Cidade, de *O Estado do Maranhão*, também uma nota no canto inferior esquerdo, inicia o texto da matéria com o nome “Imperatriz” em negrito e em caixa alta. Este recurso é também utilizado em outras cinco matérias na página, três delas com o nome Imperatriz e outras duas com o nome das cidades Davinópolis e Cidelândia, uma estratégia do enunciador para marcar as fronteiras dos acontecimentos veiculados e de localizar os leitores no espaço das matérias em pauta.

O texto da matéria está disposto em apenas uma coluna, ocupando o espaço que na página do jornal seria de três colunas. Diferentemente da superfície textual anterior, que enfatiza um suposto envolvimento de uma mulher com o tráfico de drogas, este enfatiza o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) em salvar a vida de um bebê.

Nas duas superfícies textuais, um enunciador coloca, por meio da polifonia, nas vozes de membros da equipe do Samu e da polícia a responsabilidade do dito, no texto da matéria (Figura 14): “A criança já apresentava quadro clínico de parada cardiorrespiratória, mas foi reanimada (...)” e “A polícia acredita que a mãe tivesse envolvimento com o tráfico.”; na (Figura 13): “(...) a equipe da Unidade de Suporte Avançado (USA) decidiu fazer o parto no local da ocorrência.”, e “A vítima foi atingida por um projétil de arma de fogo na cabeça e já estava morta há cerca de 20 minutos, quando o Samu chegou ao local.”

O ideológico marca-se no modo como um enunciador distribui aspectos positivos e negativos acerca da educação e da saúde. Conforme a hierarquia em que aparecem na página, um enunciador busca compartilhar com o leitor que, apesar de os profissionais da educação estarem de “De braços cruzados” devido à falta de aumento salarial, conforme enunciado da linha fina da matéria destaque da página em que está o superfície textual em análise, o setor da saúde funciona com regularidade, pois possui estrutura e equipamentos necessários para regulação dos atendimentos. Em outras palavras, este enunciador assume que a educação vai mal, mas a saúde vai bem.

O poder na matéria em análise (Figura 13) é percebido a partir das decisões de nível técnico marcadas pelo uso de fotografias; um enunciador, ao distribuir apenas duas fotografias e um anúncio (canto inferior direito), resolve mostrar ao leitor o modo de fazer a leitura das matérias a partir das imagens.

6.2 Crianças e Educação

Esta unidade discursiva postula enunciados acerca de pedagogias disciplinares que produzem um sujeito infantil nas articulações de poder e saber. É difusa a ideia de que a criança é um sujeito que necessita de cuidados e vigilância. Como as crianças não são autônomas e não têm o governo de si mesmas, são enquadradas na condição de dependentes, tanto econômica, social, afetiva e culturalmente. Ou seja, precisam ser gerenciadas pelos adultos.

A escola (creche), por exemplo, é evocada como o local por excelência da vivência da infância e aprendizagem por meio da educação. É importante lembrar que, nos documentos que tratam sobre os direitos da infância, a educação sempre é contemplada (Convenção sobre os Direitos da Criança, ECA, Constituição Federal). Nos principais jornais brasileiros, ela é um dos temas mais frequentes, o mesmo ocorre em diários do Maranhão.

Figura 15

GERAL
o progresso
SEXTA, 31 DE JANEIRO DE 2014
C2-9

Mais de cem crianças são beneficiadas com doação de material escolar

CEMAR realiza doação de material escolar para crianças carentes



da CEMAR. A gente fez uma parceria com a Companhia, e essa é a segunda vez que eles realizam atividades aqui. As crianças chegam de manhã bem cedo; tem café, lanche, almoço e toda uma programação que se estende até o final da tarde. Temos uma lista de espera com mais de 300 nomes, gostaríamos de atender a todas, mas a realidade é que precisamos selecionar as que estão em condição mais crítica”, explica. Entre uma roda de brincadeiras, conversas e músicas os colaboradores interagiram com educadores e conheceram um pouco mais sobre as crianças, aos poucos explicam o motivo da visita, e de como a ação vai contribuir com a aprendizagem dos pequenos.

Wesley Aristarco, Agente de Comunidade, explica que esta é uma das preocupações da Companhia, em poder colaborar com o social, aproximando-se ainda mais das comunidades.

“Também estamos preocupados com o desenvolvimento educacional, hoje arrecadamos junto aos nossos colaboradores materiais escolares, e foi extremamente gratificante enquanto profissional e cidadão. As crianças necessitam desse apoio e colaboração”, disse.

A creche funciona na Vila Redenção I e está aberta a visita de voluntários e parceiros que desejam conhecer seus trabalhos. Todo o atendimento é feito gratuitamente para as famílias carentes do bairro. *(Assessoria de Imprensa da CEMAR)*

A Creche-Escola Vida, no bairro Vila Redenção, foi contemplada com a ação “Criança Feliz na Escola” promovida pela CEMAR.

Com um olhar inocente, abraços e sorrisos, eles emocionaram a equipe de colaboradores da CEMAR e Provider durante a ação “Criança Feliz na Escola”, realizada na manhã dessa quinta-feira (30) em Imperatriz, contemplando mais de 100 crianças da Creche-Escola Vida. Segundo a coordenadora pedagógica Rose Meire, com o início do ano letivo, a doação do material escolar feita pela Companhia chegou em uma boa hora, já que a creche funciona a partir de doações feitas por instituições, empresários e da participação direta de voluntários que auxiliam nos trabalhos durante todo o dia.

“A creche se mantém com ações como esta

Fonte: O Progresso, 31 jan. 2014, C2, p. 9.

A educação surge nos enunciados de *O Progresso* e *O Estado do Maranhão* como um importante pilar da sociedade de transmissão de ideologias e como suporte para o

crescimento e desenvolvimento das crianças. Algumas marcas nos enunciados trazem a constatação de como os sujeitos não controlam inteiramente seus discursos.

Quase sempre a educação relaciona-se com a vivência do lúdico pelas crianças e se contrapõe ao trabalho; a criança, enquanto aluno, tem como único ofício aprender; isto também envolve brincar e conviver com seus pares. Estes discursos são entretecidos por diferentes vozes que recorrem ao pensamento filosófico, sociológico, histórico e à agenda mundial sobre os direitos da criança.

Assim, duas superfícies textuais (Figura 15 e Figura 16) são apresentadas, *a priori*, devido à exploração sistemática do *corpus*, apesar de haver variações nas condições de produção entre elas, o enunciador jornalístico de cada suporte, mesmo sem se dar conta de sua prática jornalística, utiliza-se do gancho da volta às aulas como argumento para compor sua matéria. Em *O Estado do Maranhão* há ainda outro gancho, o aniversário da capital. No caso da matéria de *O Progresso* (Figura 15), está explícito que, enquanto produto de assessoria, configura-se como *release*. A matéria de *O Estado do Maranhão* (Figura 16), igualmente configura-se como *release*, apesar de não está explícito, mas a redação do texto levanta essa suspeita.

O objetivo aqui não é denunciar se são ou não *releases*, mas problematizar as forças sociais que levaram os dois impressos a reproduzir estas vozes. O da Figura 15 vem da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), empresa que produz e distribui energia elétrica em todo o estado do Maranhão. O da Figura 16 é do próprio jornal *O Estado do Maranhão*.

O sujeito da enunciação oculta-se por meio de um enunciador institucional (Cemar e jornal *O Estado do Maranhão*) e das vozes presentes no texto. Há indícios de uma situação problema, poder-se-ia levantar a hipótese de que o governo não está cumprindo com a sua obrigação acerca da educação das crianças, fato que leva outras instituições a ajudar. Porém, é certo que não se pode deixar de considerar que os discursos, tanto da Cemar quanto do jornal *O Estado do Maranhão*, buscam construir a autoimagem ligada a uma postura de solidariedade, para tanto, sendo necessária a imagem correlata da criança pobre, que precisa de cuidados.

Figura 16

O Estado faz doação para a Creche Cantinho da Criança, no Radional

Valor doado ontem corresponde a parte de faturamento do caderno São Luís 401 Anos

As 202 crianças da Creche Comunitária Cantinho da Criança, no bairro Radional, ficarão mais felizes com o presente que irão receber nos próximos dias: um pula-pula. O presente será doado pelo O Estado, que destinou parte do faturamento com o caderno *São Luís 401 Anos*, publicado em 8 setembro de 2013, para a instituição.

Segundo Gustavo Assumpção, diretor comercial de O Estado, a ideia da doação de parte do faturamento do caderno a uma instituição não governamental surgiu em 2002, quando São Luís completou 390 anos. Na época, a intenção era dar um presente para a cidade e nesses 12 anos várias instituições já foram contempladas com a iniciativa, entre elas a Fundação Jorge D'Ávila, que trata de pacientes com câncer, o Asilo de Mendicidade, entre outros. "As empresas, quando anunciam no caderno, sabem que parte da renda será destinada a uma instituição e isso dá um motivo a mais para o investimento, em vez de apenas parabenizar a cidade pelo seu aniversário", ressaltou.

Para Neuza Elina Silva de Jesus, presidente do Centro Comunitário do Radional e Adjacências, a doação, entregue na Redação de O Estado, chegou no momento certo, já que a creche está passando por algumas dificuldades por conta de repasses que não estão sendo feitos. Por isso, parte do dinheiro será usado para a compra de alimentos para as crianças e o restante investido no "pula-pula", brinquedo que, segundo Neuza, é aguardado com ansiedade pelos pequenos. "Quando chega um auxílio desses a gente tem um alívio enorme. Ninguém imagina como é difícil manter uma creche comunitária, ainda mais que não cobramos nada de ninguém e os recursos que recebemos do Governo Federal, por meio da Prefeitura, estão atrasados", afirmou.

Creche - A Creche Comunitária Cantinho da Criança foi criada em 1998 no bairro Radional e cuida atualmente de 202 crianças, entre 2 e 5 anos, filhas de empregadas domésticas do bairro, que não pagam nem um centavo pelo atendimento. Atualmente, a creche dispõe de 11 salas de aula, além de recepção, cozinha e salão de eventos.

As crianças chegam ao local, às 7h da manhã e saem somente às 17h. Nesse tempo, elas têm dois lanches, um pela manhã e outro pela tarde, almoço, tomam banho e descansam. Para tomar conta de todas essas crianças, são necessárias 20 pessoas, entre contratados e voluntários, que recebem apenas a ajuda para a passagem. "É difícil encontrar gente que queira trabalhar com crianças, então, quando a gente acha alguém é sempre de outro bairro, e aí temos que ajudar essa pessoa, nem que seja com o vale-transporte", explicou Neuza de Jesus.

Mais

A presidente Neuza de Jesus planeja realizar uma rifa para angariar recursos financeiros para a creche. Ela pretende comprar uma televisão com o dinheiro arrecadado na promoção. Qualquer ajuda ou visita à Creche Cantinho da Criança poderá ser agendada por meio do telefone 3253-1223.

O diretor de O Estado, Gustavo Assumpção, entrega cheque para Neuza de Jesus, presidente da creche



Fonte: O Estado do Maranhão, 30 jul. 2014, p. 6.

Sobre os aspectos formais, o texto da Figura 15 ocupa o espaço de três colunas à esquerda, no topo da página, mas foi dividida em apenas 2. O título é seguido de fio e foto em preto e branco. Já o da Figura 16, está inserido na parte inferior da página ocupando quatro colunas. Contém título, fio, foto colorida seguida de legenda e ainda um box.

Não é preciso esforço para perceber que os enunciados da matéria de *O Progresso* (Figura 15) apresentam algumas avaliações a respeito das crianças: as crianças em condições mais críticas serão selecionadas de uma lista de espera com mais de 300 nomes; as crianças precisam aprender, a ação da Cemar contribui para isto; as crianças necessitam de apoio e colaboração; as crianças não pagam para frequentar a creche.

As vozes convocadas são: o da coordenadora pedagógica da creche e de um agente de Comunidade. As crianças não falam, todavia, a imagem delas serve para reforçar o

que os discursos produzidos falam em nome dos interesses delas. As próprias características atribuídas a elas servem para valorizar ainda mais a tentativa da Cemar em construir um dispositivo que legitime seu discurso solidário, de tentar resolver um problema que não é seu e ao fazê-lo prescreve regras de condutas e de iniciativas.

Um enunciador age sobre o coenunciador quando usa de discurso relatado de forma indireta, como se segue: “A creche funciona na Vila Redenção I e está aberta à visita de voluntários e parceiros que desejam conhecer seus trabalhos.”. É uma estratégia que busca criar efeito de identificação. Temos, então, um enunciador que se assume como sujeito da enunciação e deseja identificar-se com o leitor.

O texto utiliza modalizadores adverbiais que têm por finalidade quantificar ou adjetivar a realidade analisada: “*Mais* de cem crianças são beneficiadas com doação de material escolar”; “As crianças chegam de manhã *bem cedo*”; “... lista de espera com *mais* de 300 nomes...”

Voltemo-nos agora para a outra superfície textual de nossa análise (Figura 16). O título tem duas características, anuncia um acontecimento (é informativo): doação para a creche Cantinho da Criança; e contém operadores de identificação do acontecimento (nome próprio): O Estado. O texto estabelece uma relação que coloca uma empresa como enunciador que se marca com uma apresentação em itálico no título e negrito na matéria. A relação que se estabelece é entre um “nós” empresa, “você” creche. Isto é evocado por uma imagem fotográfica que acompanha o texto.

As vozes convocadas são a da presidente da creche Cantinho da Criança, seja de forma direta ou indireta. Elas colocam em cena: o descaso da prefeitura, que não repassa os recursos do Governo Federal para a creche; as crianças passam parte do dia na creche; faltam pessoas para trabalhar com crianças.

Um enunciador age sobre os possíveis leitores quando esclarece os fatos sobre a situação das crianças da creche, ele fala delas, mas a elas não dirige a palavra. Quando este enunciador fala sobre a criança, faz isto a silenciando, por considerá-la incapaz de se exprimir por si: “... parte do dinheiro será usado para a compra de alimentos para as crianças e o restante investido no “pula-pula”, brinquedo que, segundo Neuza, é aguardado com ansiedade pelos pequenos.”. O enunciador se encarrega de apresentar a infância como um tempo de brincar.

Os enunciados utilizam modalizadores adverbiais: “As 202 crianças da Creche Comunitária Cantinho da Criança, no bairro Radional, ficarão *mais* felizes com o presente...”

e operadores de ênfase: “... ainda mais que não cobramos nada de ninguém”. Estes reforçam os argumentos do enunciador.

A superfície textual em análise está em dialogia com outra matéria do dia 2 de agosto, a qual apresenta o seguinte enunciado no título: “Dinheiro doado por O Estado à creche é aplicado em benefícios”, cuja linha fina apresenta o seguinte enunciado: “A Creche Comunitária Cantinho da Criança, do Radional, foi a entidade beneficiada com parte do faturamento do caderno São Luís 401 Anos, publicado em 08 de setembro de 2013; com a doação, a creche adquiriu alimentos, brinquedos e uma televisão”.

Percebe-se um caráter ideológico, a partir dos modos de dizer é apresentada uma visão otimista e simplificada dos problemas vinculados ao descaso do Estado. De imediato, nota-se que o jornal *O Estado do Maranhão* ver a si mesmo como parte da realidade que noticia.

O poder na superfície textual em análise (Figura 16) está presente no modo como um enunciador transforma o problema numa questão emocional, buscando a aceitação dos leitores.

Vejamos outras duas matérias: a do dia 16 de julho de 2014 em *O Progresso*: “Escolas da rede municipal iniciam segundo semestre letivo”; e a de 12 de julho de 2014 (Figura 17) em *O Estado do Maranhão*: “Estudantes da rede municipal de Imperatriz podem perder ano letivo” (Figura 18).

Figura 17

CIDADE

o progresso
QUARTA, 16 DE JULHO DE 2014

C1-11

Escolas da rede municipal iniciam segundo semestre letivo



Cintya e Cândida - coordenadoras da Escola Dom Pedro II

As escolas que integram a rede municipal de ensino de Imperatriz iniciaram nessa terça-feira (15) as aulas do segundo semestre letivo de 2014. De acordo com o calendário escolar, as atividades nas escolas retomaram na segunda-feira (14) com planejamento pedagógico



Planejamento pedagógico com professoras de maneira diferenciada

co com professores e o trabalho com os alunos ontem.

Para a volta às aulas, a Escola Dom Pedro II organizou um planejamento pedagógico com professoras de maneira diferenciada com frases de boas vindas estimulando os educado-

res, conforme explica Cintya Morão, coordenadora pedagógica da escola.

“Realizamos uma manhã de planejamento pedagógico com momentos de acolhida, estudo e confraternização entre os funcionários. Dentre as frases que nos estimularam, está a de Paulo Freire que diz: ‘A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca. Ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria’. Assim, tivemos uma manhã proveitosa, pois sabemos a importância do planejar dentro do processo de ensino de aprendizagem do aluno”.

Cândida Rodrigues Silva, gestora da Escola Dom Pedro II, ressaltou que, além do planejamento pedagógico das aulas, o momento com os professores teve também o objetivo de organizar ações e eventos que serão realizados no segundo semestre na escola.

“Hoje retornamos às aulas depois das férias escolares iniciadas em 12 de junho. Durante o planejamento, organizamos os próximos eventos realizados na escola, além da nossa participação na Semana da Pátria, que acontece em setembro. Este ano iremos apresentar em nosso desfile a história da Escola Dom Pedro II, que completa 21 anos em 15 de outubro”.

Investimento em qualidade

Zesiel Ribeiro, secretário municipal de Educação, ressaltou que o aumento no número de alunos matriculados na rede municipal de Imperatriz é fruto da melhoria na qualidade do ensino das escolas municipais. “Em 2009, a rede municipal atendia 40212; já no último censo es-

colar contabilizamos 44675 alunos matriculados; um aumento de mais de dois mil alunos. Este aumento é resultado dos avanços na educação municipal e do investimento que a Prefeitura de Imperatriz tem feito na melhoria da infraestrutura da rede e na capacitação dos profissionais”.

Dentre os investimentos na melhoria da educação oferecida pelo município, o investimento em estrutura física e recursos didáticos são fator decisivo nos resultados obtidos ao final do ano letivo. Sobre a infraestrutura, Zesiel enumerou algumas ações, como as de reforma e ampliações das escolas Juscelino Kubitschek (Povoado Petrolina), São Félix (Povoado São Félix), Humberto de Campos (Povoado Açaizal), João Guimarães (Povoado Água Boa), Senhor Jesus (Vila Conceição II), João Lisboa (Povoado Cacauzinho), Madalena de Canossa, Paulo Freire, Santa Teresa, Frei Tadeu, Darcy Ribeiro, Raimundo Ribeiro (Vila Machado), Elisa Nunes, Amizade (Povoado Bom Jesus) e Enoque Alves Bezerra (Povoado Imbiral); e afirmou: “Através destas obras, o prefeito Madeira está valorizando a educação em todos os aspectos, proporcionando mais qualidade e oportunidade a todos os alunos, melhorando a infraestrutura dentro da rede municipal de ensino. Para isso, temos na Secretaria de Educação os setores de Projetos Especiais e Levantamento de Situação Escolar (LSE) que acompanham e monitoram desde a elaboração até a execução dos projetos realizados em parceria com os governos federal e estadual, além dos que são realizados com orçamento próprio da prefeitura”.

(Luana Barros – ASCOM)

Fonte: O Progresso, 16 jul. 2014, C1, p. 11.

Sobre os aspectos formais, a matéria de *O Progresso* (Figura 17) possui título e duas fotos com legendas, e o texto da matéria está disposto em quatro colunas no topo da página da editoria Cidade.

O título relaciona-se às forças sociais que o moldaram, ou seja, um contexto de greve de professores, mas também de comemoração pelo aniversário da cidade. Por isso, um enunciador busca focar na afirmação do acontecimento, o início das aulas nas escolas municipais, e, ao fazê-lo, silencia as vozes acerca da greve de professores do município. Uma estratégia para criar um universo de referência com os leitores, e ao mesmo tempo construir as imagens do eu e do tu.

Por meio da polifonia, um enunciador convoca vozes aliadas acerca do início das aulas nas escolas municipais de Imperatriz. As vozes acionadas são: Cintya Morão, coordenadora pedagógica da escola Escola Dom Pedro II; Cândida Rodrigues Silva, gestora da Escola Dom Pedro II; Zesiel Ribeiro, secretário municipal de Educação. A primeira enfoca a importância do planejamento pedagógico; a segunda destaca a participação da escola na semana da pátria; e a terceira enfoca o aumento do número de alunos matriculados e o investimento na melhoria da educação oferecida pelo município. Um enunciador silencia vozes que enfocam a greve de quase 70 dias dos professores de Imperatriz. Nega legitimidade do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Imperatriz (Steei), o qual afirma que mais da metade da categoria aderiu à paralisação para reivindicar o reajuste salarial.

Figura 18

O Estado do Maranhão - São Luís, 12 de julho de 2014 - sábado	Cidades	3
---	---------	---

Estudantes da rede municipal de Imperatriz podem perder ano letivo

Há mais de 70 dias os servidores da educação municipal estão em greve por melhores salários e outras vantagens, e não houve negociação com o prefeito, que alega não ter recursos para o reajuste dos vencimentos, que foram sustados

IMPERATRIZ - Crianças e adolescentes de Imperatriz podem perder o ano letivo. Há mais de 70 dias os servidores da educação municipal estão em greve. Até o salário de junho foi sustado porque os manifestantes não retornaram às salas de aula, mesmo depois que a Justiça determinou a ilegalidade da greve. A diretoria do sindicato da categoria afirma que, por falta de salário, os professores municipais de Imperatriz estão vivendo de doações. O deputado federal Domingos Dutra (SD) se reuniu no último dia 9 com os manifestantes para solucionar o problema.

“É o terceiro apelo que faço ao prefeito Sebastião Madeira (PSDB). O primeiro eu fiz quando estive em Imperatriz, no começo do movimento grevista. Conversei com ele, solicitando que reabrisse as negociações e dialogasse com os professores. Depois, fiz um apelo desta tribuna. Agora, em nome das crianças e dos adolescentes, sob pena da perda do período letivo, venho novamente pedir a ele que converse com a categoria e reabra as negociações”, ressaltou Dutra em discurso proferido da tribuna da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Vantagens - A Secretaria de Educação de Imperatriz (Semed) anunciou que tem valorizado os servidores da rede municipal de ensino com a qualificação, garantia de direitos, atribuição de vantagens e aumento salarial de acordo com as condições financeiras do Município. O secretário municipal de Educação, Zesiel Ribeiro, informou que, no acumulado, em cinco anos, a atual gestão já concedeu reajustes à categoria que possibilitaram o crescimento salarial de mais de 50%.



Servidores da Educação começaram a greve em maio e já realizaram passeatas, assembleias e reuniões para discutir o movimento

Reivindicações

Reajuste salarial de 13%
Unificação do ticket-alimentação
Reformulação do Plano de Cargos e Carreira
Melhorias nas condições de trabalho

“Em 2009, o salário-base dos professores era R\$ 720,90. Hoje o salário é de R\$ 1.118,06. Um aumento percentual de 55%, acrescido de várias outras vantagens”, explicou o secretário ao ressaltar que todos os aumentos concedidos superam a média de inflação do período.

“A inflação acumulada nesse período é de 34,04%. O vale-alimentação era de R\$ 120,00 e hoje é R\$ 190,80. Um aumento de 58%. Então, tanto o aumento de salários e do vale-alimentação são superiores à inflação”, comparou Zesiel Ribeiro.

Entre os benefícios concedidos, além do reajuste, somam-se

Mais

A greve dos professores começou no mês de maio. A principal exigência é a campanha salarial de 2014. Um vale-tiquete de alimentação no valor de R\$ 230,00 e o plano de carreira, que está há mais de 10 anos desatualizado. O prefeito disse que daria 0% de aumento salarial.

outras vantagens, como o Adicional de Tempo de Serviço (ATS) - 2% de aumento a cada ano de trabalho; licença para acompa-

nhamento médico podendo ser de seis meses a um ano, sem prejuízo na remuneração e licença especial a cada 10 anos.

Outras vantagens citadas pelo secretário foram: redução de carga horária líquida que completaram 20 anos de serviço e 50 de idade - sem prejuízo na remuneração; 6% de incentivo de sala de aula e ticket-alimentação no valor de R\$ 190,80.

“Dispensamos também vale-transporte (descontado apenas 6% do salário-base), mediante a comprovação da necessidade de ir e vir ao trabalho”, disse Zesiel Ribeiro, destacando ainda a progressão salarial de 5% para os portadores de curso com atualização educacional de no mínimo 360 horas.

Sobre a capacitação de profissionais, Zesiel Ribeiro lembrou que o Município custeou a graduação de aproximadamente 200 professores nas áreas de Pedagogia e Educação

Física. Também é realizada formação continuada nos diversos setores da Secretaria de Educação de Imperatriz.

Na educação do campo, Zesiel Ribeiro esclareceu ainda que as unidades escolares localizadas em povoados de Imperatriz recebem acompanhamento pedagógico por meio de formação continuada, desenvolvimento de programas, assessoria pedagógica, distribuição de material didático e visitas técnicas.

Estrutura - Além do investimento em recursos humanos, o Município investe em estrutura física com a construção de mais sete escolas e quatro quadras poliesportivas e aquisição de recursos didáticos.

“Ao todo, 33 creches da rede municipal receberam esse ano livros didáticos para educação infantil, kits multimídia, brinquedos educativos e 129 livros novos para cada uma das bibliotecas.

Fonte: O Estado do Maranhão, 12 jul. 2014, p. 3

A matéria está em diálogo com outra disposta também no caderno de cidade, na página sete: GREVE: “Não temos má fé, o que não temos é recurso”, diz Madeira, e que apresenta o seguinte enunciado na linha fina: “90% dos professores não aderiram à greve e já iniciaram o segundo semestre letivo”.

Percebe-se um caráter ideológico de um enunciador que se utiliza de estratégias enunciativas para constituir uma imagem positiva do atual governo municipal, pois o contexto situacional, ou seja, o ambiente físico e institucional onde o texto é produzido, e que circula e é consumido (PINTO, 2002) faz com que o texto tenha determinadas características. Por isso, o texto não apresenta relação polêmica entre as vozes acionadas. O tempo verbal e a forma

plural no enunciado do título e do texto da matéria são determinantes para a construção do sentido.

O poder (Figura 17) está presente na forma como um enunciador dá ao enunciado a autoridade científica por meio de citações no texto da matéria. E um modo de apresentá-la foi a partir da voz de Cintya Morão, coordenadora pedagógica da escola. “Realizamos uma manhã de planejamento pedagógico com momentos de acolhida, estudo e confraternização entre os funcionários (...). Dentre as frases que nos estimularam, está a de Paulo Freire que diz: ‘A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca. Ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria’. Assim, tivemos uma manhã proveitosa, (...)”. Ao utilizar a referência do educador Paulo Freire por meio da voz acionada, o enunciador busca ainda silenciar vozes que levantam fatores de insatisfação na escola, por isso o enfoque da alegria que a escola pode proporcionar aos alunos.

A matéria de *O Estado do Maranhão* (Figura 18) apresenta, enquanto aspectos formais - lembrando que a expressão aspectos formais designa, além dos gêneros e das formas, um conjunto de variáveis, tais como: tipo e tamanho de letra, distribuição espacial do texto e das ilustrações, número de página (ARAÚJO, 2002) -, título em duas linhas, linha fina em duas linhas, texto da matéria em cinco colunas. O texto da matéria inicia com letra capitular, intenção do enunciador de marcar a cidade, uma vez que em São Luís também houve greve dos professores da rede municipal.

Há diferenças na construção dos títulos pelos jornais, eles enfatizam aspectos diferentes. O título da matéria em análise (Figura 18) apresenta uma dose de incerteza, o jornal usou o verbo “podem” porque a greve de professores ainda estava em andamento. O mesmo jornal apresenta, na página anterior, uma matéria com o seguinte enunciado no título: “Mais de 380 mil estudantes do Estado voltam às aulas na 2ª feira”, que enfocou o assunto com chamada de capa: Rede estadual retomará aulas na segunda-feira.

Na linha fina: Há mais de 70 dias os servidores da educação municipal estão em greve por melhores salários e outras vantagens, e não houve negociação com o prefeito, que alega não ter recursos para o reajuste dos vencimentos, que foram sustados; um enunciador enfatiza o confronto entre os professores e o prefeito. Pode-se notar aí um conflito como valor-notícia importante.

Sobre a foto, vale dizer que ela expressa o que um enunciador desejou destacar do texto, mostrando o que foi valorizado no momento da captação, ou seja, o aspecto estético e a

qualidade da informação contida na imagem, evidenciam o papel das imagens, que nesse caso, acrescentam importância à matéria.

No texto da matéria, percebe-se a estratégia de um enunciador que busca interpelar o destinatário com o uso de dois boxes e, por meio dos intertítulos, a fim de deixar o texto menos denso e visualmente mais atrativo.

Nessa matéria, pode ser percebida a estratégia enunciativa de construir o texto pela polifonia através de vozes convocadas: do deputado federal Domingos Dutra: “É o terceiro apelo que faço ao prefeito Sebastião Madeira [PSDB]. O primeiro eu fiz quando (...). Conversei com ele, solicitando que reabrisse as negociações e dialogasse com os professores. (...) Agora, em nome das crianças e dos adolescentes, sob pena da perda do período letivo, venho novamente pedir a ele que converse com a categoria e reabra as negociações”; e do então secretário municipal de Educação, Zesiel Ribeiro, em discurso direto: “Em 2009, o salário-base dos professores era R\$ 720,90. Hoje o salário é de R\$ 1.118,06. Um aumento percentual de 55%, acrescido de várias outras vantagens”, e relatado: “A Secretaria de Educação de Imperatriz (Semed) anunciou que tem valorizado os servidores da rede municipal de ensino com a qualificação, garantia de direitos, atribuição de vantagens e aumento salarial de acordo com as condições financeiras do Município.”

A matéria está em dialogia com outra na mesma página, que traz o seguinte enunciado no título “Agentes de trânsito em greve”. Apesar de não abordarem a mesma temática, são partes constitutivas da arena de confrontos sociais que um enunciador decidiu apresentar.

Um aspecto do ideológico se apresenta a partir da intenção de um enunciador que no mesmo dia em que divulga a possibilidade de os alunos da rede pública municipal de Imperatriz perderem o segundo semestre letivo, divulga também o início das aulas da rede estadual.

Notam-se relações de poder a partir do grande número de aparição de temas envolvendo o município de Imperatriz. Assim, a greve dos professores de Imperatriz recebeu um destaque no dia 12 de julho, porém, não podemos deixar de sublinhar um conjunto de outros cinco assuntos que aparecem na página; dois são altamente noticiáveis, tratam de interesse do governo municipal, mas os outros assuntos tratam de coisas relativamente comuns, e mesmo assim estão entre os fatos importantes do dia, uma demonstração da complexidade de funcionamento dos valores-notícias e da busca de um enunciador por leitores que se identifiquem com as enunciações ali propostas.

6.3 Crianças em risco

A definição de risco que elencamos é a do dicionário Houaiss (2009): probabilidade de perigo de vida, e de insucesso de determinado acontecimento, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade dos interessados. Crianças em risco compreendem enunciados que demonstram a condição de crianças que, devido às circunstâncias de vida, estão expostas à violência, aos maus tratos e à negligência, às vezes pelos próprios familiares. A exploração da amostragem evidencia que geralmente, é no ambiente doméstico que a criança, enquanto filho(a) passa por privações que desfavorecem seu pleno desenvolvimento e bem-estar.

Entre os enunciados desse núcleo discursivo tomamos 1) os que falam acerca de políticas públicas, campanhas e tentativas de conscientização da sociedade para o problema da violência contra crianças; 2) o que cita os casos concretos em que as crianças são vítimas de abuso sexual; e 3) enunciados que citam casos que relacionam crianças e morte.

Em *O Progresso* de 16 de maio de 2014 (Figura 19) há o seguinte enunciado no título: “Casos de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes aumentam 20% na cidade”; corresponde ao mesmo período a matéria de *O Estado do Maranhão* do dia 18 de maio de 2014 (Figura 20): “Multiplicam-se casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil”.

Sobre os aspectos formais, os dois jornais apresentam a matéria na editoria Cidade, ambos em página ímpar. A matéria de *O Progresso* (Figura 19) encontra-se no topo da página e o texto está distribuído em seis colunas com intertítulos (Conselhos Tutelares, Delegacia Especializada e DISQUE 100), apresenta título em duas linhas, seguido de linha fina (Os dados são do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente de Imperatriz), ambos centralizados. A matéria também possui foto com legenda, a qual está localizada do lado direito.

Figura 19



Fonte: O Progresso, 16 mai. 2014, C1, p. 7.

Em relação à página, a matéria divide espaço com outra (Quatro novas linhas de ônibus serão criadas em Imperatriz), com um texto de edital de seletivo e com texto de divulgação de um seminário.

A matéria de *O Estado do Maranhão* (Figura 20) apresenta título e linha fina em duas linhas, ambos alinhados à esquerda. O texto inicia com letra capitular, marcando a cidade. Há um intertítulo em negrito (Justiça) e um box (Mais) que inicia marcando a data (18 de maio). A matéria ocupa o espaço de apenas uma coluna do cabeçalho ao pé da página, o restante da página é ocupado por uma publicidade. Outra vez, o setor comercial da empresa jornalística permite confirmar um caráter ideológico que aponta para a força da publicidade enquanto fonte de sustentação financeira. Também reflete disputa de poder entre os enunciadores e revela que o tema é de difícil abordagem devido à carga ideológica e de preconceito e senso comum que o acompanha, sendo mais fácil falar sobre as facilidades de compra de um carro novo. Ao olhar a página, somos seduzidos a olhar para o carro, a matéria fica em plano secundário.

Figura 20

O Estado do Maranhão - São Luís, 18 de maio de 2014 - domingo	Cidades	3
---	---------	---

Multiplicam-se casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil

Somente de janeiro a maio deste ano, foram registradas no Creas de Imperatriz 74 denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes; dado é alarmante, se comparado a 2013, quando ocorreram 54 crimes

IMPERATRIZ - Setenta e quatro casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes de 2 a 12 anos foram registrados de janeiro a maio deste ano no Centro de Referência Especializada de Assistência Social de Imperatriz (Cress). Comparada com o quantitativo de todo o ano de 2013, com 54 casos, a estimativa é considerada alarmante pela equipe técnica do centro.

Em virtude desses índices, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), por meio do Cress, em parceria com os Conselhos Tutelares das áreas I e II, Vara da Infância, Ministério Público, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Defensoria Pública, escolas da rede municipal e empresas privadas promoveram até ontem a Semana de Combate e Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes em Imperatriz.

Também em alusão ao 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, foram realizadas palestras e apresentação das crianças do Coral Curumim.

Jacilene Oliveira, coordenadora do Cress, enfatizou a importância da participação da comunidade na garantia de proteção da criança e do adolescente.

"Nos casos de abuso e exploração sexual atendidos pelo Cress, geralmente o agressor ou é o pai ou um vizinho da vítima. O crime acaba acontecendo no seio familiar. Por esse motivo, muitos ficam sem denúncia, porque a própria mãe da vítima fica com receio de denunciar e perder o companheiro. É nesse momento que a comunidade se faz importante, seja no convívio escolar ou de amizades, tendo em vista que o comportamento da vítima muda. Nesses casos a própria comunidade pode denunciar e nos ajudar a evitar que essa criança ou adolescente cresça com algum tipo de trauma", explicou a coordenadora.

O Cress é habilitado para atender a esses casos de violência com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, assistente social, pedagogo, promovendo o restabelecimento emocional das vítimas.

Justiça - Deivan Tavares, diretor do Fórum de Justiça de Imperatriz e titular da Vara da Infância e Juventude, assegurou que a violência sexual contra crianças e adolescentes é a pior das agressões, porque quando a vítima não fica louca, fica quase louca. As características são basicamente as mesmas, sobretudo para as meninas.

"Os meninos acabam se transformando em violentadores. Então, nós precisamos nos reunir, precisamos participar de atividades como essas e tantas outras para mostrarmos para a sociedade que existe pessoas que lutam por essa causa, porque se não, sairemos vencidos", destacou o magistrado.

Mariani Ribeiro, titular da Sedes, enfatizou a importância de tratamento desses vulneráveis, na reinserção das vítimas na sociedade, com trabalho de recuperação dessas crianças por meio de assistência dos Cnes e abrigos. "É uma causa que nós precisamos combater diariamente, porque é um risco que corremos dentro da própria casa", ressaltou.

A programação foi aberta na segunda-feira (12), no CRAS de Coquelândia.

Matris

O 18 de maio se tornou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, por causa do crime que chocou todo o país nessa data, em 1973, que ficou conhecido como o Crime Araceli, no qual uma criança de 8 anos foi rapada, drogada, estuprada, morta e carbonizada por jovens de classe média alta de Vitória (ES). Tal crime, apesar da natureza hedionda, prescreveu impune.

Fonte: O Estado do Maranhão, 24 mai. 2014, p. 3.

Comparando essas duas unidades, duas constatações podem ser imediatamente feitas: ausência de imagem na matéria de *O Estado do Maranhão*, presença de imagem na de *O Progresso*; apresentação de uma só matéria em *O Estado Maranhão*, e apresentação de outras matérias em *O Progresso*. Vejamos de perto cada superfície textual. Começando pela superfície textual do jornal *O Progresso*.

No enunciado do título “Casos de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes aumentam 20% na cidade” (Figura 19), observa-se que um enunciador faz uso de verbo no presente do indicativo (aumentam) para relacionar o acontecimento ao momento presente e de alguma maneira conferir atualidade.

Também utiliza-se de quantificadores para potencializar a argumentação (20%) e, ainda, construiu o título apresentando aquilo do que fala o título como já conhecido do leitor (na cidade), todavia, na linha fina utiliza-se de um operador de identificação, a saber o nome próprio (Imperatriz).

O enunciador coloca por meio da polifonia, nas vozes do conselheiro Francisco Alberto Sousa Aguiar, por meio de discurso direto e relatado, e do vereador Aurélio Gomes, por meio de discurso relatado, a responsabilidade do dito. O primeiro destaca a importância dos conselhos tutelares e diz que há necessidade de uma delegacia especializada para atendimento à criança e ao adolescente. O segundo diz que proteger crianças é uma responsabilidade de todos e destaca a importância das denúncias feitas anonimamente através do Disque 100.

Em *O Estado do Maranhão* (Figura 20), as vozes são de: Jucilene Oliveira, coordenadora do Centro de Referência Especializada de Assistência Social de Imperatriz (Creas); Delvan Tavares, diretor do Fórum de Justiça de Imperatriz e titular da Vara da Infância e Juventude; e Miriam Ribeiro, titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes); todas são harmônicas, mas ainda assim, representam os diferentes pontos de vista acerca do assunto.

A matéria está em dialogia com outra do dia anterior, que apresenta o seguinte enunciado no título: “Vereador Marco Aurélio reivindica ações de combate ao abuso de crianças e adolescente em Imperatriz” e com outra do dia 18 de maio de 2014 com o enunciado no título: “A luta pela criança e o adolescente não termina com o fim das atividades da Semana 18 de maio, afirma coordenadora do CREAS”. É fácil constatar que a matéria em análise se constrói por um diálogo, um debate com outras matérias, ou seja, mantém relações com outras que a precedem e a sucedem. Este entrelaçamento de vestígios de outras matérias preexistentes independe, muitas vezes, do controle do enunciador.

A superfície textual de *O Estado do Maranhão* (Figura 20) está em dialogia com uma matéria do dia 16 de maio, que apresenta o seguinte enunciado no título: “Combate a abusos contra crianças e adolescentes movimentam cidades”, disponível na editoria Cidade, página três, e ainda: “Maranhão tem queda no ranking de violência contra criança e adolescente” na página sete da editoria Geral.

Um aspecto do ideológico nas duas superfícies textuais (Figuras 19 e 20) se apresenta a partir da intenção de um enunciador que, baseado na hipótese do *agenda-setting*, ou do agendamento, apresenta nesta matéria os assuntos sobre os quais os leitores devem pensar. Esta noção de agendamento nas rotinas de produção do jornalismo tem conexões com a noção de *gatekeeper*, por exemplo, postulada por Lewin e desenvolvida por White (*apud* WOLF, 2009), que afirma que existem sujeitos que atuam como filtros da informação, ou seja, decidem o que deve e o que não deve ser notícia. Da mesma forma a abordagem do *newsmaking* é determinante para o agendamento.

Há relações de poder (Figura 19) no que concerne ao modo como um enunciador construiu o título, atribuindo ao leitor um lugar de alguém que não sabe classificar a violência sexual de crianças e adolescentes. O enunciado do título: “Casos de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes aumentam 20% na cidade” diz que abuso e violência sexual são coisas distintas, sendo que “abuso” é uma forma de violência sexual. No enunciado do título da matéria de *O Estado do Maranhão* (Figura 20): “Multiplicam-se casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil”, um enunciador propõe um outro lugar ao leitor, isto é atribui a ele um certo saber, construindo-o como mais informado, mais culto, pois sabe as modalidades de violência sexuais contra crianças e adolescentes: abuso e exploração.

Ainda na matéria de *O Progresso* (Figura 19), o poder está presente no modo como um enunciador jornalístico interpela os leitores, com o uso de letras em caixa alta (DISQUE 100). O “Disque 100” é um serviço de recebimento e monitoramento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. O enunciador convida o leitor a agir.

Consideremos outras duas superfícies textuais (Figuras 21 e 22). Elas compreendem enunciados que abordam acerca de casos concretos de violência sexual contra crianças, sobretudo, aqueles que expressam a criança como vítima de abuso sexual. Segundo Levett (*apud* FERREIRA, 2002), a violência sexual contra crianças ganhou maior visibilidade nas últimas décadas, haja vista o momento sócio-histórico. A autora destaca alguns fatores: a importância dada à criança no conhecimento ocidental e na teoria e prática psicológicas do século XX; o movimento feminista e de ativistas dos direitos humanos na década de 1970 e a

atenção que deram às consequências do abuso sexual; e as mudanças nas estruturas de poder e na posição ocupada por mulheres nas sociedades ocidentais.

Existem várias tentativas de conceituar violência. Nas duas matérias que iremos analisar a seguir, trataremos da violência contra a criança e o adolescente, genericamente conhecida como abuso, ou mais especificamente, a violência doméstica. De acordo com Azevedo & Guerra (1995), a violência doméstica refere-se a atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis pela criança e/ou adolescente que causam dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica.

A edição de *O Progresso* do dia 27 de fevereiro de 2014 apresenta o seguinte enunciado do título: “Polícia Civil prende acusado de abusar da própria filha de nove anos” (Figura 21); já a edição de *O Estado do Maranhão* do dia 31 de janeiro de 2014 encerra o seguinte enunciado no título: “Preso pai suspeito de abusar de duas filhas” (Figura 22).

Figura 21

Polícia

Preso um dos sócios da empresa Sudbook

Polícia civil prenderam Luís Antonio Santos, conhecido como 'Luís Paixão', um dos sócios da rede social Sudbook, localizada no bairro da Renascença. O suspeito, que estava com prisão decretada pelo juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, por crime de estelionato, foi detido nessa terça-feira (25) no aeroporto Marechal Cunha Machado. Além dele, mais três pessoas estão com prisões expedidas pela Justiça do Maranhão. Mais de 100 pessoas foram lesadas pelos empresários. No dia 10 de janeiro, a sede da rede social Sudbook foi invadida por investidores insatisfeitos por terem aplicado dinheiro nas ações da empresa. As vítimas acusaram o dono da empresa de ter dado calote nos sócios do negócio. O investimento era feito com a promessa de um retorno garantido. Após ser invadida, a sede da Sudbook, foi saqueada pelos investidores revoltados pelo prejuízo. Computadores foram levados do local. A dona do estabelecimento, onde a empresa funciona, chamou a polícia para proteger a propriedade, que é alugada.

QUINTA, 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Polícia Civil prende acusado de abusar da própria filha de nove anos

João Oliveira dos Santos, de 40 anos, foi preso em cumprimento a mandado de prisão decretada em seu desfavor

Polícia civil da Delegacia do 4º Distrito Policial prenderam, na manhã dessa quarta-feira (26), João Oliveira dos Santos, 40 anos, em cumprimento a mandado de prisão em seu desfavor, decretado pela justiça, através do juiz titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Weliton Sousa Carvalho.

João dos Santos foi preso na Vila Cafeteira, já que havia mudado da Rua Boa Vista, 55, povoado Bananal, no município de Governador Edison Lobão, onde residia anteriormente.

Ele é acusado de ter estuprado a própria filha de apenas nove anos, fato ocorrido em abril do ano passado, quando ainda residia no povoado Bananal. Na ocasião, João dos Santos chegou a ser preso, entretanto foi colocado em liberdade depois de ter sido ouvido, já que a prisão não tinha sido em flagrante delito.

O processo seguiu e com as provas, através do exame de conjunção carnal que deu positivo, a delegada Virgínia Loiola, do 4º Distrito Policial, representou pelo pedido de prisão preventiva de João Oliveira dos Santos, que foi devidamente decretada pela justiça, fato ocorrido ainda em maio de 2013.

“O crime foi confirmado, não tinha na época requisito do flagrante e ele acabou sendo liberado. No entanto, a delegada Virgínia Loiola, do 4º Distrito, que responde pela cidade de Governador Edison Lobão, deu sequência



João Oliveira da Silva se encontra à disposição da Justiça

nas investigações e ficou confirmado que João de fato estuprou a filha. Foram feitos todos os exames, ouvidas todas as testemunhas”, afirmou o delegado regional, Assis Ramos.

João Oliveira dos Santos foi indiciado pelos artigos 217-A, e 129, do Código Penal, e pode pegar até 18 anos de reclusão, que é a pena prevista nesses casos.

O mandado de prisão em desfavor de João Oliveira dos Santos tem validade até 21 de maio de 2033.

Fonte: O Progresso, 27 fev. 2014, C1, p. 8.

Enquanto aspectos formais, a matéria de *O Progresso* apresenta título em duas linhas, seguido de linha fina disposta em uma linha, foto com legenda. O texto da matéria está em duas colunas, localizado no canto superior esquerdo. Na página, é matéria de destaque, diferente da matéria de *O Estado do Maranhão*, que ocupa apenas uma coluna na parte inferior da página, o título está disposto em quatro linhas e é o de menor fonte. No texto da matéria há a utilização do negrito para marcar a cidade do acontecimento.

Os universos de discursos explicitados nos enunciados dessas duas superfícies textuais ajudam a construir identidades e relações sociais assumidas pelos participantes no processo comunicacional. Neles, um enunciador põe em cena posições discursivas com as quais se identifica ou não: 1) defesa da preservação da inocência da criança, pois entende que a infância deve ser um período assexual; 2) aponta o adulto como aquele que corrompe as crianças, em sua maioria adultos do sexo masculino.

No enunciado do título: “Polícia Civil prende acusado de abusar da própria filha de nove anos” (Figura 21), o uso do verbo de ação no presente do indicativo “prende” é uma maneira que o enunciador jornalístico utiliza para mostrar que aquela é uma ação recente, estratégia que cria um sentido de “presentificação” e que simula a ideia de atualidade.

Um conceito que contribui para nossa reflexão é o de Franciscato (2005, p. 15), quando este considera que o jornalismo “é uma prática social voltada para a produção de relatos sobre eventos do tempo presente [...] e atua de forma privilegiada como reforço de uma temporalidade social, enquanto produtor de formas específicas de sociabilidade. Segundo este autor, o tempo presente é essencial ao jornalismo. O autor ainda propõe cinco categorias temporais que o jornalismo desencadeia, ligadas a ações e situações de eventos no tempo presente: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública.

Voltando para o enunciado do título (Polícia Civil prende acusado de abusar da própria filha de nove anos), depreende-se um sentido dele em outro enunciado (Policiais federais de Imperatriz aderem a mais uma paralisação de advertência), sobretudo na foto que o acompanha, a qual, em plano médio, mostra pessoas de braços cruzados, interpelando o leitor pela colocação de uma imagem em posição dominante. Um enunciador utiliza essa estratégia enunciativa para confrontar a segurança pública e busca fazê-lo insinuando que enquanto a Polícia Federal de Imperatriz está em greve, com os braços cruzados, a Polícia Civil está atuante.

Outra estratégia é o uso do termo “acusado” que, segundo o Dicionário Houaiss, significa: “indiciado, denunciado ou processado como autor de delito, crime ou qualquer ato possível de ação judicial.” [6]. Desse modo, o acusado é inocente até ser declarado culpado.

Porém, nesta matéria, o acusado não foi protegido da publicidade, pelo contrário, foi pré-condenado, uma vez, que fora feita a exposição de sua imagem. Conforme o Código de Processo Penal brasileiro, isso não deveria acontecer até que as etapas que vão desde a investigação até o julgamento fossem realizadas. Neste caso, um enunciador jornalístico, mesmo sabendo do risco que corre se não for comprovada a culpa do acusado, encontra respaldo para o modo de fazer notícia nos princípios com os quais os jornalistas concordam. Isto aponta para traços do ideológico que proclama uma obrigação do jornalismo com a verdade. De acordo com Kovach & Rosenstiel (2003; p. 22), um destes princípios tem por finalidade “fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar”.

Figura 22

Preso pai suspeito de abusar de duas filhas

SANTA LUZIA DO PARUÁ - Uma ação conjunta de investigadores lotados na Delegacia de Santa Luzia do Paruá, com apoio de militares da 12ª Companhia Independente, resultou, na quarta-feira (29), na prisão de Ilsonar Rodrigues Ribeiro, 51 anos, conhecido como *Sansão*. Segundo a polícia, contra ele há denúncias de que teria abusado de duas filhas, de 9 e 11 anos.

Com base em relatos das duas vítimas, os abusos aconteciam na própria casa do suspeito. De acordo com o delegado Murilo Tavares, titular de Santa Luzia do Paruá, as meninas moravam com as tias paternas em Brasília e nas férias costumavam visitar os familiares e ficavam hospedadas na casa da avó paterna. Durante o período que permaneceram no município, elas visitavam o pai e eram obrigadas a manter a relação incestuosa.

Ao serem submetidas ao exame de conjunção carnal não foi encontrado nenhum vestígio dos abusos sexuais. Porém, o delegado contou que as crianças detalharam, em depoimento, que Ilsonar teria deitado com elas em uma das camas da casa e ordenado que a de 11 anos tirasse a roupa e ficasse nua diante dele. Já a de 9 anos disse que ele teria consumado o ato.

Ilsonar Rodrigues Ribeiro foi detido após as meninas contarem a uma prima sobre os atos libidinosos do pai. A jovem, por sua vez, contou a uma tia, que decidiu procurar o distrito policial.

Fonte: O Estado do Maranhão, 31 jan. 2014, p. 6.

Já em *O Estado do Maranhão* (Preso pai suspeito de abusar de duas filhas), percebe-se um enunciador que restringe a apresentação das pessoas referidas ao texto verbal, produzindo contextualmente efeitos de sentidos diferentes dos apontados anteriormente e, ao mesmo tempo, revela um enunciador que conhece um princípio do Processo Penal, o princípio da presunção de inocência, que estabelece parâmetros para que a dignidade humana seja respeitada. Ao utilizar o termo “suspeito”, que segundo o Dicionário Houaiss: “Diz-se de indivíduo sobre quem recaem suspeitas de ser autor ou culpado de algo” [5], um enunciador desse texto verbal mostra que, para ele, suspeito trata-se de uma pessoa de quem se desconfia, alguém que pode ser perigoso e que pode ter envolvimento com evento criminoso, sendo que o mesmo pode ser enquadrado como objeto de investigação, mas ainda assim deve ter preservada a publicidade de sua imagem. Isto reflete traços do ideológico, que encontra no novo Código de Ética dos Jornalistas a presunção de inocência como um dos fundamentos da profissão.

Nas duas superfícies textuais, a polifonia é administrada de maneira a evidenciar um único ponto de vista, não apenas por se demonstrar uma fonte única no texto da matéria pela utilização de discurso direto (como se observa na superfície textual na Figura 21), mesmo porque nem sempre várias fontes significam necessariamente pontos de vista diferentes. Poderiam ter sido repertoriadas as vozes: de policiais, de conselheiros tutelares ou de outros parentes das vítimas, porém, o enunciador no uso da estratégia de se apropriar da fala do outro contribui na mobilização de enunciados que evocam a segurança pública e combate ao crime. Não há preocupação em problematizar as questões referentes às condições de vida das crianças envolvidas.

Em *O Progresso*, a matéria estabelece relação dialógica com as vozes que ecoam da cultura, da vida em sociedade. Desse modo, o enunciado no texto da matéria “Foram feitos todos os exames, ouvidas todas as testemunhas” não deixa de refletir o diálogo social, o qual demonstra a pouca participação da criança na sociedade e de como ainda são ouvidas com desconfiança.

Na matéria de *O Estado do Maranhão* (Figura 22), a atitude do enunciador, consciente ou inconsciente, em construir o texto da forma como o fez, em debate com outros (dialogismo), apresenta ainda vestígio de restrições sócio-histórico-cultural de outros textos como o da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que apresenta em seu art. 9º: Todo homem é considerado inocente, até ao momento em que, reconhecido como

culpado, se julgar indispensável a sua prisão: todo o rigor desnecessário, empregado para efetuar, deve ser severamente reprimido pela lei²⁵.

Igualmente, a Declaração dos Direitos Humanos, da ONU, em 1948, também afirma em seu art. 11: “Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não se prova sua culpabilidade, de acordo com a lei e em processo público no qual se assegurem todas as garantias necessárias para sua defesa”. Este princípio da presunção de inocência, responsável pela tutela da liberdade dos indivíduos, também está previsto pelo art. 5º, LVII da Constituição de 1988, que enuncia: “ninguém será considerado culpado até transito em julgado de sentença penal condenatória”.

Nestas duas superfícies textuais percebem-se relações de poder a partir da atitude de um enunciador que, conhecendo a função das notícias na vida das pessoas, orienta o leitor ao reconhecimento de que o jornalismo, entre outras coisas, tem a finalidade de identificar vilões. “A imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade. O jornalismo também ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

Ainda analisaremos outras duas matérias que apresentam enunciados com casos que relacionam crianças e morte. *O Progresso*, no dia 7 de janeiro de 2014, apresenta o seguinte enunciado no título: “Polícia Militar apresenta seis suspeitos do ataque a ônibus em São Luís” (Figura 22), em dialogia com “Roseana se solidariza com vítimas de crimes e reforça a ação de combate ao tráfico”, disposto na mesma página da editoria Geral.

Ainda apresenta relação dialógica com outros dois enunciados: “MP pede a presença da Força Nacional no Maranhão” e “Vítimas e familiares de atos de vandalismo recebem auxílio da Sedihc”, dispostos também na editoria Geral, na página quatro.

O Estado do Maranhão, no mesmo dia, tem o seguinte enunciado: “Preso quadrilha que ateou fogo em ônibus e matou criança de 6 anos” (Figura 24), que está em dialogia com o enunciado do título: “Morre menina que teve corpo queimado em atentado a ônibus”, o qual aparece na editoria Cidade, no mesmo dia; com outro disposto na editoria Geral, página dez: “Roseana se solidariza com família de Ana Clara e repudia violência”. Também apresenta relação dialógica com o enunciado do editorial na página quatro: “Maranhão de luto”.

²⁵ RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005, p. 25.

Figura 23

GERAL
o progresso
TER, 7 DE JANEIRO DE 2014
C2-2

Roseana se solidariza com vítimas de crimes e reforça ação de combate ao tráfico

A governadora Roseana Sarney fez um pronunciamento se solidarizando com as vítimas de atos de violência e repudiando, de forma veemente, as ocorrências registradas na sexta-feira (3), em São Luís. "Quero externar a minha dor pela morte da menina Ana Clara e transmitir a minha solidariedade aos seus familiares, em especial à sua mãe e irmãzinha de um ano, feridas no mesmo ataque de criminoso", declarou ela.

No pronunciamento, Roseana Sarney aborda o relatório elaborado pelo Governo do Estado encaminhado na sexta-feira (3) ao Ministério Público Federal (MPF). "Já encaminhei à Procuradoria Geral da República (PGR) as informações sobre o sistema carcerário do Estado. No relatório estão detalhados o trabalho realizado e o plano de investimentos de mais de R\$ 130 milhões na construção de novos presídios, equipamentos, melhoria e manutenção das unidades existentes", afirmou.

A governadora também assinalou que as ações da polícia vão continuar. "Reafirmo a minha determinação em combater o crime e o tráfico de drogas (...) Da parte do governo, não faltará força e determinação para enfrentar os criminosos e manter a paz e a tranquilidade", ressaltou.

Polícia Militar apresenta seis suspeitos do ataque a ônibus em São Luís



Divulgação

Três suspeitos, maiores de idade, presos pela Polícia Militar

Equipes do Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) apresentaram, nessa segunda-feira (6), na Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), seis suspeitos do ataque ao ônibus na Vila Sarney Filho, em São Luís, fato ocorrido na noite de sexta-feira (3). Quatro pessoas foram feridas durante o episódio, sendo que uma das vítimas, uma criança de seis anos, veio a óbito nessa segunda-feira (6).

A Polícia Militar chegou aos suspeitos depois de informações repassadas pelo Distrito Denúncia (3233 5800). Segundo a polícia, Sanção dos Santos Sales, 19 anos; Julian Jeferson Sousa da Silva, 21 anos, e Laravardiere Silva Rodrigues Sousa Júnior, 31 anos, conhecido como "Júnior Black", são apontados como integrantes do grupo que ateou fogo no ônibus, enquanto que os menores tiraram os passageiros da condução.

De acordo com o delegado André Gossain, da Seic, imagens registradas pelas câmeras de monitoramento do ônibus mostram que os três menores entraram no veículo armados, ordenando aos passageiros que desocupassem o veículo. Já os outros, que estavam fora da condução, atearam fogo, ferindo inclusive um dos menores.

Todos foram autuados em flagrante e responderão pelos crimes de formação de facção criminosa e homicídio agravado por uso de fogo. Os maiores de idade responderão ainda por corrupção de menores. Os três menores foram encaminhados para a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI) e os demais para o Centro de Triagem em Pedrinhas.

Quero externar a minha dor pela morte da menina Ana Clara e transmitir a minha solidariedade aos seus familiares, em especial à sua mãe e à irmãzinha de um ano, feridas no mesmo ataque criminoso. Minha solidariedade ao Márcio Ronny da Cruz Nunes, que também está gravemente ferido.

Sou mulher, mãe e avó. Imagino o sentimento de dor e aflição que passam as famílias, seus parentes e amigos.

Estou revoltada e repudio de forma veemente essas ocorrências comandadas de dentro dos presídios e seus desdobramentos registrados na noite da última sexta-feira.

A violência dos covardes e a selvageria de seus atos exigem de todos nós uma resposta à altura, IMEDIATA, dentro dos ditames da Lei.

Em menos de 36 horas a polícia prendeu os autores e identificou os mandantes desses atentados, que estão sendo responsabilizados com rigor.

Espero uma pronta resposta da Justiça.

Já encaminhei Procuradoria Geral da República as informações sobre o sistema carcerário do estado.

No relatório estão detalhados o trabalho realizado e o plano de investimentos de mais de 130 milhões de reais na construção de novos presídios, equipamentos, melhoria e manutenção das unidades existentes.

Reafirmo a minha determinação em combater o crime e o tráfico de drogas. Não seremos subjugados e nem nos deixaremos amedrontar por criminosos.

Não fugirei à minha responsabilidade.

Peço ao povo maranhense que não dê ouvidos a essa rede de boatos que tenta tumultuar o dia a dia do cidadão.

Da parte do governo não faltará força e determinação para enfrentar os criminosos e manter a paz e a tranquilidade.

Roseana Sarney

Figura 24

O Estado do Maranhão - São Luís, 7 de janeiro de 2014 - terça-feira	Polícia - policia@miranle.com.br	3
---	----------------------------------	---

Presas quadrilha que ateou fogo em ônibus e matou criança de 6 anos

Três adultos e três adolescentes, localizados ontem na Vila Sarney Filho, foram responsáveis pela tragédia que resultou na morte da menina e queimaduras em mais três pessoas; dois bandidos ainda estão sendo procurados

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

Depois de um trabalho de perseguição contínua, policiais do Serviço de Inteligência da Polícia Militar (SI-PM) prenderam, no início da manhã de ontem, mais três suspeitos de participação no ataque incendiário a ônibus na Vila Sarney Filho, município de São José de Ribamar, na noite de sexta-feira (3). A PM também apreendeu outros três adolescentes, um deles reconhecido como o que jogou gasolina sobre cinco pessoas que estavam no coletivo, entre elas duas crianças irmãs, uma de 1 ano e outra de 6 anos, o que provocou, inclusive, a morte da mais velha.

Larvardiere Silva Rodrigues de Sousa Júnior, conhecido como *Júnior Preto*, de 31 anos; Julian Jefferson Sousa da Silva, de 21 anos, e Sansão dos Santos Sales, de 19 anos, foram presos, por volta das 6h, em suas casas, na Vila Sarney Filho. Também foram apreendidos, naquela mesma localidade, outros três adolescentes suspeitos de participação nos ataques incendiários, um de 15 anos, que confessou tudo, outro de 16 anos e o mais velho de 17 anos, que foi conduzido para a delegacia de Polícia Civil com os lábios e o braço esquerdo queimados.

Ainda de acordo com a PM, todos foram denunciados à polícia por meio do Disque Denúncia do Maranhão (3223-5800), e ainda reconhecidos nas filmagens do ônibus. "Todos aparecem nas filmagens do coletivo. Além dessa prova, várias denúncias repassadas ao Disque Denúncia, que se acumularam ao longo do fim de semana, confirmam a prova material e autoria deste crime", informou um sargento do SI-PM, enquanto apresentava os suspeitos na sede da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), no Bairro de Fátima.

"O adolescente mais novo confessou não só a sua participação nos ataques, como também confirmou o envolvimento direto de todos os demais cumplices. Este mesmo adolescente também ratificou aquilo que o próprio secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, já havia anunciado: que os ataques foram ordenados de dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas", acrescentou o comandante da guarnição do SI-PM, na Seic, onde todos os conduzidos prestaram depoimento formal, durante todo o dia de ontem, ao delegado André Gossain.

Ordem - Segundo já constatou a própria Secretaria de Segurança Pública (SSP), a ordem dos ataques contra delegacias de Polícia Civil e incêndios a coletivos, na Região Metropolitana de São Luís, partem de dentro do sistema prisional. Esta última ação criminosa, resultou na morte da menina Ana Clara Sousa Santos, de 6 anos, que teve 98% do corpo queimado, internada no Hospital Infantil Juvêncio Matos, em queimaduras também graves da irmã dela, Lorane Beatriz Santos, de 1 ano e 5 meses, na mãe delas, Juliane Santos, de 22 anos, e em Márcio Ronny da Cruz Nunes, 37 anos, que tentou salvar as crianças. Ele está com queima-

duras em torno de 72% do corpo.

"A ordem dos primeiros ataques partiu do detento Jorge Henrique Amorim Martins, conhecido como *Dragão*, de 21 anos, preso em flagrante no dia 27 de dezembro de 2012, por roubo qualificado. A determinação foi dada ao criminoso Hilton John Alves Araújo, o *Praguinha*, de 27 anos, condenado a 20 anos de prisão por homicídio. Para ser ideia da benevolência da Justiça sobre estes bandidos perigosos, este último estava foragido desde 2012, quando recebeu uma saída temporária de Natal e não retornou à cadeia. Ele foi recapturado em janeiro de 2013, e em outubro, novamente, foi



Julian Jefferson, Larvardiere e Sansão dos Santos comandaram ataques com três menores

beneficiado com a liberdade provisória", lembrou Mendes.

Neste dia, bandidos também crivaram de bala o prédio do 9º Distrito Policial (São Francisco). Já no segundo ataque, ocorrido na noite de sábado (4), os integrantes de facções criminosas escolheram como alvo o 8º Distrito Policial (Liberdade), que da mesma forma foi atingido com diversos disparos de armas de fogo. Ainda nesse dia, foi morto a tiros, no bairro Maracanã, o sargento reformado da PMMA, Antônio Cesar Sereje, de 49 anos. Segundo garantiu a SSP, o militar foi vítima de latrocínio (roubo seguido de morte), e que o caso não tem relação com os atos de vandalismo.

Outros - Domingo (5), a PM já havia prendido outros sete suspeitos, e apreendeu dois adolescentes. Wilderley Moraes, o *Palanku*, de 25 anos; Diego da Silva do Carmo, o *Mocazinho*, de 20 anos; Francisco Antônio Lobato Júnior, o *Frazão*, de 26 anos; Rogenílson Boaventura Brito, o *Pelado*, de 22 anos; Luís Gustavo do Nascimento, o *Melônio* ou Gustavo, de 18 anos; Ismael Caldas de Sousa, o *Pianha*, de 25 anos, homicida, e Bruno Ailton Carneiro, o Bruno, de 19 anos, este último apontado nas investigações como aquele que teria coordenado a segunda onda de ataques criminosos.

Mcis

Durante a operação realizada no início da manhã de ontem, na Vila Sarney Filho, a Polícia Militar informou que outros dois suspeitos de participação no incêndio ao ônibus conseguiram escapar do cerco policial. Estes foram identificados como Samuel dos Santos Sales e Thalyson Vitor Santos Pinto, e podem ser localizados pela polícia com a ajuda da população, por meio do prefixo 190, do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), ou ainda pelos telefones do Disque Denúncia: 3223-5800 (capital) ou 0300-313-5800 (interior). Os presos e apreendidos na ação da PM foram autuados em flagrante pelos crimes de participação em facção criminosa organizada, e homicídio agravado por uso de fogo. Os adolescentes ainda vão responder por corrupção de menores.

Estes últimos foram apresentados em entrevista coletiva na sede da SSP, no bairro Outeiro da Cruz, na qual esteve presente a delegada-geral da Polícia Civil, Maria Cristina Resende Menezes, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Zanon Porto, e os demais integrantes da cúpula do sistema de segurança. "A ideia dos líderes das facções que orquestraram de dentro dos presídios esses ataques era a de queimar, por menos, 20 ônibus, na região metropolitana, tragédia esta que foi evitada pelo aparelho de Segurança Pública", frisou o secretário Aluísio Mendes.

Fonte: O Estado do Maranhão, 31 jan. 2014, p. 6.

Essas duas notícias (Figura 23 e 24) aparecem em destaque no alto da página, em *O Progresso* a manchete é sem foto: "Polícia prende mais acusados de ataques em São Luís"; em *O Estado do Maranhão* a manchete se apresenta com um chapéu: "CRIME E REAÇÃO", com foto dos 'bandidos' presos e do velório da menina Ana Clara, em seguida o texto: "Morte de menina causa dor e revolta; bandidos são presos".

A matéria de *O Progresso* (Figura 23) apresenta título em três linhas, foto com legenda e texto diagramado em quatro colunas, nessa ordem em que foram citados. Em relação à localização na página, o texto da matéria encontra-se do lado esquerdo abaixo da matéria que traz o seguinte enunciado no título: "Roseana se solidariza com vítimas de crimes e reforça a ação de combate ao tráfico". Apesar de a matéria em análise apresentar-se em

plano secundário, tem o mesmo destaque da matéria que está no topo da página, em relação ao tamanho da fonte no título. Nota-se um enunciador que sabe da relação entre os dois enunciados e por isso orienta a leitura e interpretação das informações a partir da distribuição destas na página.

Já a matéria de *O Estado do Maranhão* (Figura 24) exhibe título e linha fina em duas linhas, foto colorida seguida de legenda e texto da matéria em seis colunas, além de box no lado direito. Em relação à página, o texto da matéria ocupa toda a parte superior.

No enunciado do título “Polícia Militar apresenta seis suspeitos do ataque a ônibus em São Luís” (Figura 23), nota-se um enunciador que tem a preocupação de mostrar o local do acontecimento noticiado e que teve a preocupação de relacioná-lo ao *lead*, conforme a concepção canônica do fazer jornalístico, o texto começa com a informação mais recente. Todavia, o leitor precisa apoiar-se sustentado apenas pelo título, sabe apenas parcialmente do que trata o texto, assim, necessita apoiar-se nessas outras indicações textuais para configurar o seu espaço interpretativo.

No enunciado do título da matéria de *O Estado do Maranhão* (“Presa quadrilha que ateou fogo em ônibus e matou criança de 6 anos”) percebe-se a utilização de conectivo “e” ligando dois enunciados cujo encadeamento argumentativo depende do segundo: (matou criança de 6 anos) e depende do primeiro: (Presa quadrilha que ateou fogo em ônibus). Um enunciador no uso desta estratégia busca não apenas unir dois enunciados, mas estabelecer vínculo com o leitor da editoria de Polícia, indicando parcialmente o modo a partir do qual este leitor deverá processar o texto. Vale destacar que este enunciado remete a um enunciado da capa: CRIME E REAÇÃO, mas produz um efeito de sentido inverso: “reação e crime”. São inferências que um enunciador espera que o leitor faça e que identificamos como traços do ideológico que transparecem no texto.

A foto da matéria de *O Estado* apresenta traços de um enunciador que conhece a técnica da profundidade de campo e recomendações acerca da identificação de pessoas em fotos e as utiliza para esclarecer a curiosidade do leitor sobre quem aparece sem a necessidade de usar expressões como: à dir., à esq., ao fundo, no centro, atrás, na frente. Assim, a legenda da foto permite inferir a posição que cada pessoa ocupa: “Julian Jefferson, Larravardiere e Sansão dos Santos comandaram ataques com três menores”. Optou por estratégia diferente um enunciador na matéria de *O Progresso*. Ele apenas descreve a foto, com verbo no presente e dá uma informação sobre o acontecimento: “três suspeitos, maiores de idade, presos pela Polícia Militar”.

O texto da matéria de *O Progresso* (Figura 23) apresenta formatação simples, é corrido, sem intertítulos, e ocupa pouco espaço na página contrastando com a foto que o ilustra, assim, o texto é apenas um acessório para a foto, que é o elemento de maior destaque. Isto reflete uma tensão entre enunciadores e ajuda a pensar o papel da relação fotografia *versus* jornalismo no processo de construção da notícia. No texto da matéria de *O Estado do Maranhão* (Figura 24) verifica-se, a princípio, a presença de assinatura (Saulo Maclean, da editoria de Polícia) é um enunciador que tem a intenção de conquistar o leitor para a leitura do texto, como se dissesse: “veja, sou eu que escrevi, você pode confiar, pois já partilhamos certos valores”. Há ainda a utilização de letra capitular, intertítulos (ordem; outros) e box, uma estratégia que permite que o leitor passe os olhos pelos elementos que compõem a matéria e pare em algo que atraia a atenção.

Na matéria de *O Progresso* pode ser percebida a estratégia enunciativa de construir o texto pela polifonia, por meio de vozes convocadas: da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e da Superintendência Estadual de Investigações Criminosas (Seic). Um enunciador faz uso apenas de discurso relatado, uma evidência da relação que há entre enunciador e leitor com o assunto. Também em *O Estado do Maranhão*, um enunciador, por meio da polifonia, convoca vozes aliadas acerca das provas que confirmam os autores do crime e as reproduz de maneira direta com o uso de aspas. As vozes acionadas são: de um sargento do Serviço de Inteligência da Polícia Militar (SIPM), o comandante da guarnição do SIPM e o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes. Não foram citados os nomes do sargento e do comandante, talvez por uma vontade de opacidade relativa do enunciador que os apresenta como já conhecido do leitor.

O ideológico se manifesta nas duas superfícies textuais a partir da relação entre um discurso da criminalidade e suas condições sociais de produção. O crime noticiado entrou para as páginas dos jornais por fugir do curso ordinário dos acontecimentos, pois teve como vítima de morte uma criança de seis anos de idade. Há ainda uma pressuposição à ideologia do “bandido bom é bandido morto”, que leva o leitor a entender que bandido bom é bandido preso, afirmando a força da polícia de vigilância e de assegurar a ordem pública.

Observa-se que o poder em *O Progresso* se apresenta sobre a forma de disputa entre os enunciados dos títulos: “Polícia Militar apresenta seis suspeitos do ataque a ônibus em São Luís” e “Roseana se solidariza com vítimas de crimes e reforça a ação de combate ao tráfico”. Apesar de ocuparem lugares diferentes na página, apresentam igual tamanho de fonte, refletem um enunciador que deixa ao leitor a liberdade de decidir sobre a importância dos temas tratados.

Ao buscar relações de poder na superfície textual de *O Estado do Maranhão*, percebe-se um enunciador jornalístico que pelo uso da linguagem, ainda que vise ser objetivo e manter-se neutro, acaba por envolver o leitor naquela situação a partir do título, ao anunciar a morte de uma criança de seis anos. Já no texto da matéria, nota-se que há disputa de poder entre as diferentes vozes, cada uma procurando dar a última palavra acerca do crime.

6.4 Crianças em dias “D”

Como já comentamos no capítulo 4, essa invariante apresenta enunciados que relacionam as crianças a datas específicas, como dia de campanha de vacinação; Natal; dia das crianças. Dentre estes, verifica-se que o dia das crianças é o que mais se destaca. Tendo essa data como pano de fundo, isto é, como “cabide” para justificar falar do assunto, as notícias se dividem em praticamente dois tipos: comércio e ação social.

O dia das crianças é uma data bastante esperada pelo comércio, que aproveita a ocasião para aquecer as vendas de brinquedos. Assim, os enunciados abordam o lado comercial da data, com estatísticas e previsões de vendas, anúncios de produtos e serviços destinados às crianças.

Outro foco que o dia das crianças recebe nos enunciados dos dois jornais é o da ação social, transmite uma ideia de que esse dia deve ser uma data especial para as crianças e, portanto, deve-se fazer algo a mais pra elas, nem que seja apenas uma vez ao ano. As ações noticiadas são originadas tanto do poder público como da iniciativa privada, e voltadas para as crianças mais carentes, das regiões periféricas. Essas ações são, em geral, a realização de brincadeiras, lanches e distribuição de brinquedos e brindes.

Tomemos duas superfícies textuais. *O Progresso* do dia 7 de outubro de 2014 apresenta o seguinte enunciado no título: Comércio “respira” clima da Semana da Criança (Figura 25). No mesmo dia, *O Estado do Maranhão* exhibe na editoria de Economia o seguinte enunciado no título: Dia das Crianças será de cautela para comércio em São Luís, diz Fecomércio (Figura 26).

Figura 25

GERAL **o progresso** **C2-5**
 TER, 07 DE OUTUBRO DE 2014

Comércio "respira" clima da Semana da Criança

Expectativas são de aumento nas vendas, com novidades e promoções



Entrevistados na manhã de ontem, empresários, gerentes e vendedores de lojas estabelecidas na área central e em dois bairros próximos, a Nova Imperatriz e a Vila Lobão, afirmaram que as expectativas serão "excelentes", atingido o patamar esperado em nível de Brasil.

Os lojistas estão animados por causa dos resultados da pesquisa encomendada pela Federação do Comércio do Maranhão (Fecomércio), com apoio da Associação Comercial de Imperatriz (ACII), mostrando que 90,6% dos consumidores pretendem comprar algum produto para presentear no Dia das Crianças.

Em relação ao mesmo período do ano passado (2013), o levantamento mostrou elevação nas vendas da ordem de 1,34%. "Estamos percebendo movimentação, com as pessoas pesquisando preços. Talvez, as vendas não cheguem a índices expressivos, mas as ações que estamos realizando estimularão o público comprador", comentou o vendedor Carlos Henrique.

Comércio pronto para as vendas com produtos e preços acessíveis

Raimundo Primeiro bro, próximo domingo.

Ao contrário das perspectivas nacionais, os lojistas de Imperatriz reafirmam otimismo em relação às vendas para o Dia das Crianças, que será comemorado em 12 de outubro, próximo domingo.

No sábado, 4, o comércio do Centro da cidade já registrou significativa movimentação, com os consumidores indo às lojas e buscando informações sobre produtos e promoções para o Dia das Crianças.

A data serve de medição para as vendas do período que antecede ao Natal, época em que o comércio brasileiro registra a maior elevação nas vendas.

Os presidentes das duas principais entidades representativas do comércio varejista local, Francisco da Silva Almeida (Câmara de Dirigentes Lojistas) e Marconi Marques (Associação dos Lojistas do Calçadão), acreditam que as vendas sofram aumento.

Fonte: O Progresso, 7 out. 2014, C2, p. 5.

Analisando os aspectos formais dos dois jornais, *O Progresso* apresenta a matéria no topo da página na editoria Geral, em página ímpar. A matéria apresenta título e linha fina em apenas uma linha, centralizados, foto com legenda localizada no lado esquerdo da página e texto da matéria sem intertítulos. O texto está distribuído em seis colunas. Além da matéria em análise, há outra localizada logo abaixo, (IDE Brasil faz inscrições na palestra "Ferramentas do Empreendedor"), o restante da página foi preenchido com anúncios publicitários, anúncios de compra e venda de imóveis e editais de comunicação e notificação.

Já *O Estado do Maranhão* exibe a matéria na editoria Consumidor, em página par, ocupando quatro colunas no lado direito da página, título em três linhas, linha fina em duas linhas, texto da matéria com intertítulos e distribuído em quatro colunas, uso de box com ilustração. Em relação à página, a matéria divide espaço com a coluna "Panorama econômico" (Miriam Leitão Com Valéria Maniero), com o seguinte enunciado no título: "A ideia da oposição", localizado à esquerda, no restante da página há inserção de avisos de licitação e edital.



Figura 26

Fonte: O Estado do Maranhão, 7 out. 2014, p. 8.

Em “Comércio ‘respira’ clima da Semana da Criança” (Figura 25), nota-se o uso de recurso estilístico chamado de prosopopeia ou personificação “comércio respira”, uma estratégia enunciativa que se dá por meio de expressões que são condicionadas socialmente.

Mostra que tanto o enunciador quanto o leitor possuem o entendimento da figura de linguagem, uma vez que são feitas correlações entre coisas completamente diferentes. Neste enunciado, o termo comércio ganhou aspectos próprios dos seres vivos

O título ainda comporta aspas (“respira”). Estas aspas não são atribuídas ao leitor, elas são testemunhos que remetem às perspectivas nacionais em relação à inflação que diminui o poder de compra do trabalhador. Sendo assim, as vendas do Dia das Crianças, ainda que de valores menores, movimentam a economia. As aspas também se relacionam ao contexto em que o texto se inscreve. Considerando o contexto, poderemos entender a identificação do comércio com um ser vivo. Imperatriz é uma cidade cuja força procede do desempenho em vários setores, entre eles o comércio. O Dia das Crianças é a última data comemorativa antes do Natal, por isso, os lojistas esperam um bom desempenho quanto ao volume de vendas. O desempenho nas vendas, em virtude do dia das crianças, serve para despertar o espírito das pessoas para as compras do final de ano.

O enunciado do título está em dialogia com enunciados de outros títulos em outras edições: no dia 9 de outubro: “COC e dei Bambini fazem campanha de arrecadação de brinquedo”; no dia 10 outubro: “Dia das Crianças: SEMUS realiza ações para comemorar a data em diversos setores da saúde” e ainda: “Centrinho Imperatriz comemora Dia das Crianças com ação social”; “Detran alerta pais para a segurança das crianças no trânsito”; no dia 11 de outubro: “Dia das Crianças faz comércio abrir em horário especial”, “HC comemora Dia das Crianças”; e mais esse: “Dia das Crianças: público infantil terá programação especial no Salimp”; no dia 14: “HMI comemora o Dia das Crianças”; no dia 15: “Solidariedade e diversão marcam o Dia das Crianças em Imperatriz e Montes Altos”; “Dia das Crianças é comemorado com ações educativas na APAE”; “COC e dei Bambini fazem programação especial para o Dia das Crianças”; no dia 18 de outubro: “SEDES organiza megaprogramação do Dia das Crianças para beneficiários”.

A linha fina: “Expectativas são de aumento nas vendas, com novidade e promoções” está em dialogia com a legenda da foto: “Comércio pronto para as vendas com produtos e preços acessíveis”. São traços que mostram um enunciador que se põe a dialogar com o leitor, poder-se-ia até dizer que o enunciador oculta-se por trás de um anunciante.

A matéria de *O Estado do Maranhão* (Figura 26) apresenta o seguinte enunciado no título: “Dia das Crianças será de cautela para comércio em São Luís, diz Fecomércio”. Nota-se o uso do verbo declaratório (ou verbo dicendi), estratégia que busca dar um juízo de valor para a declaração, indicando a importância relativa da informação.

A linha fina: “Pesquisa mostra que 73,2% pretendem comprar algum produto para presentear; porém, esta intenção de consumo caiu 2,9% em relação a igual período de 2013” aponta um enunciador que se mostra cauteloso e até pessimista em relação ao índice de vendas esperado para o Dia das Crianças no comércio da capital.

O enunciado do título dialoga com os enunciados do título de matérias que o antecedem e sucedem. No dia 25 de setembro: “Especialista dá dicas para se evitar dívidas com presente das crianças”; no dia 10 de outubro: “Dia das Crianças deverá movimentar o comércio varejista hoje e amanhã” e, ainda na mesma página: “Inmeq recolhe brinquedos sem selo do Inmetro”; e mais esse: “Ciência e tecnologia despertam a atenção de crianças em shopping”.

Na data propriamente dita (12 de outubro), o jornal *O Estado do Maranhão* dedicou todo o suplemento de domingo às crianças, com direito a chamada na capa “Vamos brincar!” que remete para a matéria interna “Dia de ser feliz!”. Também dedicou uma página para apresentar e sugerir programação em parques, praias e shoppings da capital. Abordou temas como: saúde e bem-estar; comportamento e gastronomia.

Depois da data, já no dia 13, há chamada de capa: “Dia das Crianças é de ações em São Luís”, que remete para a matéria: “Skechers Kids Run reúne pais e filhos em shopping” e na linha fina: “Corrida e outras atividades foram realizadas ontem, Dia das Crianças”; e ainda: “Crianças são incentivadas a ter um maior interesse pela ciência”. No dia 14: “Vendas para o Dia das Crianças cresceram 1,8%, calcula a Boa Vista SPC”.

Demonstra-se, com isto, que a data nos dois jornais, serviu de gancho para justificar a noticiabilidade de outros acontecimentos envolvendo a temática em questão, o que revela aspectos da rotina de produção de cada empresa.

Interessa-nos ainda destacar que os enunciadores das superfícies textuais em análise (Figuras 25 e 26) falam de lugares diferentes. Na matéria de *O Progresso*, inserida na editoria Geral, nota-se que um enunciador não busca despertar a atenção do leitor para aspectos que o afetam no bolso, por isso arregaça vozes de lojistas e vendedores e silencia os consumidores. O enunciador assume o papel de dar sugestões apenas para decisões econômicas e/ou empresariais.

Na matéria de *O Estado do Maranhão*, disponível na editoria Economia, verifica-se um enunciador mais especializado e que tem interesse em despertar a atenção do leitor, em questões que afetam diretamente na vida e no bolso. O enunciador conduz o leitor a respeito dos resultados da pesquisa apresentada, a partir dos intertítulos: produtos, valores, pagamento e shoppings. E o alerta com as ilustrações no quadro. Temos aqui um enunciador cuja

característica principal parece ser a de se apresentar como sábio, e o é porque interpreta informações de forma didática.

Nessa matéria pode ser percebida a estratégia enunciativa de construir o texto pela polifonia através de vozes convocadas: da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio), e da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL), são vozes institucionais nas quais o enunciador coloca a responsabilidade do dito.

O ideológico se marca nas duas superfícies textuais pela afirmação de um discurso de consumo. A sociedade atual é marcada pelo consumismo (BAUMAN, 2001). Segundo Canclini (2006, p. 61), o consumo é visto como um “lugar que completa o processo iniciado como a geração de produtos, lugar que se realiza a expansão do capital e se reproduz a força do trabalho”. Não importa o gênero, a faixa etária, a nacionalidade, a crença ou o poder aquisitivo. As mercadorias culturais atraem todos os sujeitos, inclusive as crianças. Brinquedos, jogos eletrônicos, vestuário, etc., por exemplo, são algumas possibilidades no mundo dos consumidores.

Esse discurso do consumo se inscreve nos textos das matérias com enunciados que apontam para preocupação da classe econômica e empresarial com o público infantil. Nos anos 2000, 71% das crianças influenciavam nas compras, hoje elas são responsáveis por cerca de 80% das decisões de compra de uma família, segundo o Instituto de Pesquisa TNS Interscience²⁶.

Na matéria de *O Progresso*, o ideológico ainda se marca pelo uso da imagem de crianças acompanhadas pelos pais no centro de compras da cidade. Já na matéria de *O Estado do Maranhão*, o ideológico se marca quando o enunciador evoca no texto da matéria que o resultado da pesquisa aponta: “os produtos preferidos pelos consumidores para o Dia das Crianças deste ano continuam sendo os brinquedos, que lideram a lista de presentes com 59,6% da indicação dos ludovicenses.” O discurso da ludicidade construindo a infância, relacionando-a com brinquedos e brincadeiras.

Percebem-se relações de poder a partir de um enunciador institucional, evocado no texto por meio de dados quantitativos de um levantamento de intenção de consumo. Em *O Progresso*, um enunciador identifica que 90,6% dos consumidores imperatrizenses pretendem comprar algum produto para presentear no Dia das Crianças. A identidade do enunciador não deixa dúvida: é o jornalista, não tanto como o autor que assinou a matéria, mas como

²⁶ TNS/InterScience, outubro de 2003. Disponível em: <<http://criancaconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Doc-09-Interscience.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

enunciador institucionalizado, figura da instituição imprensa. Já em *O Estado do Maranhão*, esse número cai para 72,2%. Pode-se dizer que, apesar da crise econômica evocada, estes enunciados sugerem ao leitor o não rompimento ao costume de presentear.

Muito ainda se poderia pesquisar nestes textos para a compreensão dos dispositivos de enunciação. Mas acreditamos que o exposto já permite inferir sobre o modo como cada jornal se posiciona discursivamente no mercado simbólico, assim podemos traçar algumas conclusões referentes aos objetivos do trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos para esta investigação com o objetivo de analisar como são produzidas e colocadas em circulação as construções enunciativas de infâncias pelos jornais do Maranhão, *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*. Buscamos apontar as estratégias enunciativas utilizadas; analisamos os modos de dizer dos dois jornais sobre infâncias e crianças e assim passamos a conhecer como cada jornal se posiciona no mercado simbólico quanto ao tema analisado.

A pesquisa, fundamentada na TDS, teve como princípio partir das marcas formais das superfícies textuais, as quais carregam indícios do social. Os jornais, como esperado, apresentaram-se como precioso recurso de investigação, seja pela situação institucional ou pela cultura editorial. Buscamos os processos nos enunciados e estes ao produzirem sentido. Considerando que os processos sociais se materializam nos enunciados, como já foi explicado por Pinto (2002), Verón (2004; 1980), Lopes (2004) e Araújo (2000).

Esta análise, de alguma maneira, busca a descrição das operações que nos discursos dos suportes determinam as posições do enunciador e do leitor. Algumas observações a respeito disso: primeiro, trabalhamos com dois suportes, que estão situados em um universo de concorrência, o que permite identificar diferenças e especificidades entre eles; segundo, estamos olhando os jornais de Imperatriz para São Luís, do interior para a capital; terceiro, a pesquisa se afunila sobre jornalismo e infância a fim de identificar e descrever essas operações.

Nosso estudo não é sobre a infância como categoria social, nem sobre as crianças enquanto atores sociais, mas, os discursos sobre infâncias, que no nosso entendimento, sofrem influências dos processos sociais, históricos e culturais. Porém, quando buscávamos a fundamentação teórica para compor o estudo, sabíamos desde o início que o foco recairia sobre a cobertura de um dos grupos mais silenciados socialmente, mas de grande carga simbólica - as crianças. Assim, com base em trabalhos da Sociologia e Antropologia da infância, construiu-se um referencial teórico que deu sentido aos enunciados que aparecessem nas notícias.

Ainda que com orientação metodológica diferente, os estudos de Cristina Ponte sobre a cobertura das crianças pelos *media* também ajudaram a encontrar referência para a análise empírica. Ela destacou sobre os estudos internacionais a visibilidade recente dada às crianças nas notícias e a autoridade policial como fonte quase única nas *hard news*.

Buscou-se descrever as primeiras diferenças ou semelhanças entre os periódicos quanto ao funcionamento dos discursos em dois níveis: enunciado e enunciação. Sendo que o primeiro se refere ao conteúdo do discurso, “o que se diz”; e o segundo concerne às modalidades do dizer.

Ao analisar as estratégias enunciativas, percebeu-se que *O Progresso* deu menos enquadramento noticioso sobre infâncias nas capas que o *O Estado do Maranhão*. Todavia, em duas ocasiões os dois jornais deram destaque para uma mesma temática, foi em virtude da morte da menina Ana Clara. As manchetes sobre a morte de Ana Clara em *O Progresso* e em *O Estado do Maranhão* estão nas edições do dia 7 de janeiro de 2014. O jornal *O Progresso* exhibe o seguinte enunciado na manchete: “Polícia prende mais acusados de ataques em São Luís”. Enquanto *O Estado do Maranhão* apresenta o enunciado: “Morte de menina causa dor e revolta; bandidos são presos”. Nas outras edições, o jornal *O Progresso* quase não inseriu chamadas para as matérias sobre a temática em suas capas. Já o *O Estado do Maranhão* o fez com enunciados que contemplam as quatro invariantes identificadas.

Importa salientar acerca dos jornais que eles, enquanto fonte de produção de sentidos, à medida que constroem ou propõem infâncias por meio dos discursos, podem manter, reproduzir ou transformar as representações que as pessoas fazem de infância, das identidades infantis. Eles, no uso das estratégias enunciativas, fazem com que a sociedade reconheça uma noção de infância naquilo que é dito. Os jornais, ao procurar selar um pacto de confiança com seus leitores, estabelecem um modo de dizer sobre infâncias. Este dispositivo de enunciação, denominado por Verón (2004) de contrato de leitura, foi identificado nos dois jornais, ainda que ambos tenham construído enunciados diferentes conforme o alvo visado por eles. Cada jornal ofertou sentidos aos leitores a partir de histórias e imagens sobre infâncias. *O Progresso* procurou mostrar o seu próprio esforço ao se autorreferenciar como Expressão Regional. Já o *O Estado do Maranhão* buscou construir um *ethos* tradicional, credível e legítimo.

Percebeu-se que as infâncias construídas ou propostas pelos jornais, de alguma maneira estão relacionadas com as hipóteses que buscávamos: noções de infâncias com atributos de infância protegida, infância assistida, infância em risco. São noções que atestam representações das crianças a partir das instituições, ou seja: a criança é o sujeito aprendiz (na escola), o sujeito tutelado (pelo Estado), sujeito inocente (em qualquer espaço deve ser protegido da sexualidade adulta).

Essa construção sobre infâncias é dialógica e faz parte de um processo ininterrupto, compreende enunciados de notícias que os jornais já publicaram e pressupõe

aqueles que ainda serão noticiados. Bakhtin (1997a) assinala isto, que o enunciado faz parte de uma cadeia, que não existe uma palavra que seja a primeira ou a última. A partir dessas ideias do autor, depreendemos que os enunciados sobre infâncias que os jornais propõem não estão estabilizados uma vez por todas.

Desse modo, as infâncias que os jornais constroem ou propõem a partir das estratégias enunciativas produz dois tipos de discursos: 1) a infância é alvo das políticas governamentais, de cuidados e proteção; 2) a violência e o trabalho são adversos à vivência da infância em sua plenitude. No primeiro tipo de discurso, tem-se a concepção de que a criança só existe a partir das instituições (Estado, Escola, Família) as quais gerenciam a vida dos pequenos. No segundo tipo, predomina a concepção de crianças que escapam aos espaços delimitados pelas instituições. Ambos produzem efeitos de sentidos daquilo que os jornais querem mostrar. E o que mostram é justamente isto, infâncias ingênuas e dependentes, em que as crianças - na condição de fontes de pouca expressividade - apenas personagens que pouco ou quase nada falam, e cujo ponto de vista não aparece no discurso noticioso.

De alguma maneira, os jornais, por meio dos modos de dizer (mostrar, interagir e seduzir), colocam em cena, mesmo ao tirar de cena, dois tipos de infâncias. Eles consideram que há infâncias plenas e completas e outras incompletas. A infância completa é aquela em que os pequenos são protegidos e assistidos em todas as necessidades (há uma escola que funciona; a família é o ambiente natural e normal de convivência; o Estado proporciona segurança e assistência). Neste modelo de infância, as crianças apenas brincam e estudam. Não há espaço para o trabalho que pode lhes usurpar a vivência da infância. É uma infância sem perigo de quaisquer tipos de violência.

No entanto, o outro tipo de infância também pode ser reconhecido nos discursos noticiosos dos dois jornais: o das infâncias incompletas. Nestas infâncias, as crianças recebem proteção e assistências relativas, há uma escola, mas não funciona em sua totalidade, pois há greve dos professores; falta transporte para os alunos. Como pode ser percebido nos enunciados dos títulos: “Pais de alunos temem atraso em reposição de aulas do Município”; (*O Estado do Maranhão*, 23 de dezembro); “Ação Civil Pública requer retorno imediato das aulas da rede municipal” (*O Progresso*, 28 de agosto) “Juiz proíbe transporte inadequado de alunos da rede pública em Bacuri” (*O Estado do Maranhão*, 10 de maio); “Município e Estado são obrigados a regularizar o transporte escolar” (*O Progresso*, 10 de maio de 2014).

As crianças que têm uma infância incompleta são vítimas de violência, como se pode ver nas marcas destes enunciados: “Multiplicam-se casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil (*O Estado do Maranhão*, 18 de maio); “Octogenário é preso em Cidelândia

acusado de abuso sexual de menina de três anos” (*O Progresso*, 04 de maio); Morre menina que teve corpo queimado em atentado a ônibus” (*O Estado Maranhão*, 07 de janeiro); MPMA denuncia sete acusados pela morte de Ana Clara (*O Progresso*, 21 de janeiro).

As marcas permitem, ainda, perceber que as crianças dessa infância incompleta emergem enquanto alvo do consumo que é realizado em virtude de uma data comemorativa, ou ainda como coadjuvantes de algum acontecimento com valor-notícia, como se evidencia nos enunciados: “90% devem comprar produtos para o Dia das Crianças em Imperatriz” (*O Estado do Maranhão*, 21 de setembro); “Dia das Crianças faz comércio abrir em horário especial” (*O Progresso*, 11 de outubro); “Dia das Crianças: público infantil terá programação especial no Salimp” (*O Progresso*, 11 de outubro); “Defensoria Pública inicia programação da Semana da Criança” (*O Estado do Maranhão*, 08 de outubro de 2014).

A partir dos traços encontrados nas capas e nas matérias analisadas, pode-se levantar algumas hipóteses sobre as estratégias que cada jornal utiliza. Em *O Progresso*, caso se julgasse encontrar alguma matéria sobre infâncias pelo que o jornal estampa nas capas, o leitor deixaria de ter acesso a um número razoável de notícias. Diferentemente, o jornal *O Estado do Maranhão*, numa posição didática e de cumplicidade, já nas capas apresenta as notícias sobre infâncias por meio de manchetes e chamadas.

No entanto, ambos os jornais assemelham-se no fato de não buscarem tratar a temática por iniciativas próprias, apenas cobrem as pautas. Isto leva-nos a discorrer sobre outra hipótese deste estudo, segundo a qual os jornais *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*, ao se reportarem sobre infâncias, utilizam-se de estratégias semelhantes. Já nas primeiras páginas destes jornais aparecem marcas que se articulam com as outras na construção das noções de infâncias. Os nomes dos jornais indicam suas intenções, valores, além de falar dos contextos com os quais guardam vínculo. *O Progresso*, a partir do nome próprio, já expressa a missão que busca desenvolver. *O Estado do Maranhão* identifica-se com a região onde é editado. Cada um busca com estes processos enunciativos produzir referências de sua identidade aos leitores.

Nas notícias sobre infâncias, os jornais deram voz às instituições do município, realizaram entrevistas com representantes políticos e representantes de classe, entre outros. Isto foi expresso inclusive na forma gráfica dos jornais, na diagramação com cores, gráficos e imagens em *O Estado do Maranhão*, e, em preto e branco em *O Progresso*.

Os jornais buscaram manter um modo de dizer tradicional e, ao fazê-lo, produziram efeitos de sentidos que incluem afirmações como: “estou presente” e “sou daqui”. Assim, eles mostraram que podem ter a confiança da população maranhense. Se há diferenças

entre os enunciados dos dois jornais, naquilo que reportam, nos estilos e como fazem, há estabilidade na quase ausência de jornalismo de investigação e escassez de comentário, além, é claro, do relato ligeiro e curto.

Em Crianças e Estado, encontramos enunciados em que as crianças ora aparecem como crianças protegidas, ora como crianças assistidas. A legitimação social é uma das características de discurso do Estado, o que se evidencia por um enunciador que assume o lugar de porta-voz do Estado e encampa seus dizeres. Estes enunciados geralmente são expostos nos cadernos Cidade e Regional, em *O Progresso*; e Cidades e Geral, em *O Estado do Maranhão*.

Nos enunciados em que são explicitados o trabalho e o empenho do Estado em garantir os direitos das crianças, um enunciador parece conduzir a opinião dos leitores para o fato de que o Estado sempre atua de forma eficaz. Há um apagamento de enunciados que contrariam o efeito de sentido dos enunciados que evocam a eficácia do Estado. Mas aparecem de forma esporádica aqui e acolá, como o que foi veiculado no dia 25 de março pelo *O Estado do Maranhão*: “Prefeitura não paga aluguel de prédio e alunos ficam sem aula”; e no dia 17 de agosto “Escolas municipais funcionam precariamente em São Luís”.

Em Crianças e Educação, os enunciados apontam a escola como habilitada a falar em nomes das crianças, porém, observa-se que ela se ocupa mais do aluno do que da criança. Os enunciados possuem uma concepção ideológica que dá ao adulto o direito de representar crianças. Assim, elas não são ouvidas, não são notadas. E, quando o são, ficam em segundo plano. Elas existem apenas a partir da instituição escola.

Sobre a invariante Crianças em Risco, vale dizer que ela está composta por enunciados que mostram a violação e/ou ameaça dos direitos da criança, às vezes por omissão do Estado, outras por omissão ou abuso dos pais ou responsáveis. A violação dos direitos da criança não é um tema que os jornais tratam, eles apenas cobrem essa pauta. Os dizeres afirmam a identidade de uma criança vulnerável, como se isso fosse natural à criança, porém, essa vulnerabilidade apresenta-se como uma imagem construída socialmente.

Em Crianças em dias “D”, os enunciados apresentam as crianças relacionadas à alguma data específica, tais como: Natal, dia de campanha de vacinação e, principalmente, o dia das crianças. Os enunciados resumem a criança às questões da ludicidade, ao consumo de brinquedos. Por outro lado, nestes mesmos enunciados há um efeito de sentido que remete a uma noção de infância como um grupo que possui cultura própria.

Em cada núcleo discursivo pode-se perceber que as construções enunciativas de infâncias mobilizam fontes de prestígio. Contudo, ainda é dado pouco espaço, diferentemente

da publicidade com crianças. Alguns anúncios ocupam meia página, às vezes uma página inteira. Apenas em uma data (Dia das Crianças) um dos periódicos dedicou várias páginas para esboçar as questões de infâncias. Assim, cumprimos o objetivo desta pesquisa, que foi o de conhecer como são produzidas e colocadas em circulação as construções enunciativas de infâncias pelos jornais do Maranhão, *O Progresso* e *O Estado do Maranhão*.

Acerca das marcas ideológicas na capa e nas matérias em análise, elas manifestam os critérios de uma ética e cultura compartilhada pelos jornalistas. Sugere o trabalho jornalístico como uma missão, um serviço à sociedade, aos leitores a quem eles levam informações úteis. As marcas atribuem sentidos ao fazer jornalístico, que no seu fazer, compreendem um papel de mediador e pedagogo na busca de apresentar clareza aos acontecimentos.

O trabalho jornalístico, a *priori*, recorre de forma expressa ao discurso da atualidade, isto é, ao tempo presente. Além disso, é responsável pelos imperativos de uma escrita eficiente, que capte o essencial de uma informação. Acrescente-se, enfim, a disputa de vozes: na divisão social do trabalho em que diagramadores, fotógrafos e editores disputam quem dá a última palavra; na pedagogia em que o leitor é convidado a adotar o ponto de vista do enunciador, ou apreciar o que lhe é mostrado e na seleção do que aparece ou não na capa.

O poder, outra dimensão da semiose social, diz respeito às condições sociais de reconhecimento (VERÓN, 2004) e manifesta-se nos periódicos a partir dos nomes fantasia. Ambos se localizam em zonas visuais que orientam o olhar do leitor. *O Progresso* evoca para si a condição de “Expressão Regional”, já *O Estado do Maranhão*, a partir do modo como mostra o nome fantasia, sugere algumas reflexões remetendo o termo “OESTADO” a um duplo sentido, um que se refere à própria unidade federativa, o outro traduz-se como modo em que a unidade federativa se encontra. O poder ainda se apresenta sobre a forma de disputa entre os sujeitos da enunciação, do enunciado e os enunciadores, seja por meio das cores, do tamanho da fonte, ou pela associação com a imagem.

Estes resultados contribuem para os estudos sobre as infâncias e as crianças do século 21, e repercutem a importância dos contributos da TDS na identificação das estratégias jornalísticas na construção de infâncias. A pesquisa de alguma maneira ajudou a resgatar as crianças de sua invisibilidade nas páginas dos jornais, isto é, deduziu-as numa presença/ausência a partir das operações enunciativas de cada suporte.

Desconhecemos exemplos de pesquisas na área das Ciências Sociais que tenham se voltado às construções enunciativas de infância como objeto de estudo ou que se proponham a fazer análise sobre como são produzidas e colocadas em circulação as

construções enunciativas de infância em jornais do Maranhão. Por serem escassos ou inexistentes os estudos com essa temática e abordagem metodológica, esta pesquisa tornou-se ainda mais necessária e desafiadora.

Por tudo que identificamos, podemos afirmar que os discursos de O Progresso e O Estado do Maranhão sobre infâncias trazem as marcas de como esses dois jornais maranhenses propõem as infâncias. Ou seja, predominam noções de infâncias vinculadas às imagens de crianças que, apesar de serem alvo das políticas governamentais, nem sempre são alcançadas por essas políticas. Os jornais, por meio de seus dizeres, mostram que às crianças não é dado o direito de participar do processo de produção de notícias em condições de igualdade como outras fontes. Mesmo quando a temática diz respeito a elas, as vozes que ecoam são exclusivamente de adultos. Isto produz sentidos de infâncias ingênuas e dependentes. Entretanto, isto não é apenas um reflexo do discurso noticioso, é o resultado de toda a trama histórica e social.

Encerramos aqui este trabalho chamando atenção para o fato de que este processo de verificação da produção de sentido nunca se encerra. Em nosso objetivo de conhecer como são produzidas e colocadas em circulação as construções enunciativas de infâncias pelos jornais do Maranhão, várias vezes pensei em desistir, mudar o rumo, devido aos enunciados sobre infâncias estarem vinculados a outros em um processo *ad infinitum*. Entendi que não precisava apresentar resultados finais. Assim, olhei com cuidado o caminho e o testei quantas vezes julguei necessário.

Agora vejo com clareza que o que busco é a descoberta e a construção de infâncias por meio da linguagem, dos ditos e dizeres nos jornais. O que me interessa são os discursos sobre infâncias e crianças, dentro deste contexto histórico que se transforma e se constrói também por eles.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. N. de. **A sociologia e a descoberta da infância:** contextos e saberes. In: Fórum Sociológico, 3/4, p. 11-32. 2000.
- ALSINA, M. R. **A construção da Notícia. Petrópolis.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- ANDI. **Pesquisa ANDI, Os Jovens na Mídia.** Brasília: ANDI, 2000.
- ARAÚJO, I. **A Reconversão do Olhar.** São Leopoldo: Unisinos, 2000.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família.** 2. ed. Rio de Janeiro: 1981.
- ASSUNÇÃO, T. S. **As metamorfoses dos jornais de Imperatriz-MA ao longo da história.** II Encontro Nordeste de História da Mídia, Teresina, 20 e 21 de junho de 2012. P. 1-15.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer – palavras e ação.** Tradução Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Lingüísticos.** Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. A. **Violência doméstica na infância e na adolescência.** São Paulo: Robe, 1995.
- BAHIA, J. **Jornal história e técnica:** as técnicas de jornalismo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **Estética da criação verbal.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.
- BAUDRILLARD, J. **Tela total:** mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II.** 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRASIL, Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

_____. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2105** / Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2014.

BUARQUE, C. **O meu guri**. Disponível em: <<http://www.suasletras.com/letra/Chico-Buarque/O-Meu-Guri/10766>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

CARLSSON, U.; FEILITZEN, C. von (Orgs). **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

CHARADEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DORNELLES, L. V. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DUCROT, O. **O Dizer e o Dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

D'ELBOUX, P. C. **A Trajetória Comunicacional de José Sarney**. Apresentado no GT 6 do I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. 2002. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XLsNsbLD6xgJ:www.ufrgs.br/alca/r/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/1o-encontro-2003-1/a%2520trajetoria%2520comunicacional%2520de%2520jose%2520sarney.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso no dia 15/07/2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Unb, 2001.

FARINA, M. **Psicodinâmica das cores na comunicação**. 2 ed. São Paulo: Edgar Blücher, 1982.

FERREIRA, A. L. **O atendimento a crianças**. 2002. 244 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade. A vontade de saber**. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.

_____. **Microfísica do Poder.** (Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado). 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2010.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente:** como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristovão, SE: Editora UFS, 2005.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.

HALL, S. "The work of representation". In: HALL, Stuart (org.) **Representation. Cultural representation and cultural signifying practices.** London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os Elementos do Jornalismo.** O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração, 2003.

KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Orgs.) **Infância:** fios e desafios da pesquisa. 3. ed. Série Prática Pedagógica. Campinas: Papyrus, 1996.

KRISTEVA, J. **Introdução à Semanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAGO, C. BENETTI, M. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo** (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, P. F. C. **Negociando sentidos, articulando lugares:** o modelo semiológico-discursivo nas teorias de comunicação e do jornalismo. 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Comunicação) Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2004.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** São Paulo: José Olympio, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação.** 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCILIO, M. L. A roda de expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1959. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONDES FILHO, C. **Capital da notícia**: Jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARÔPO, L. **Crianças como fontes de informação**: um desafio de inclusão para o jornalismo. *Vozes e Diálogos*, Itajaí, v. 14, n. 02, jul./dez. 2015. Dossiê, p. 5-17.

MATRACA, Agência de Notícias da Infância. **Nasci e cresci com o ECA** / Org. Lisandra Leite. São Luís: [s.n.], 2008.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (Orgs.). São Paulo: Atlas, 2006.

MOULLIAUD, M. **O jornal**: da forma ao sentido. Maurice Moulliaud, Sérgio Dayrell Porto (orgs). 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

OLIVEIRA, I. C. C.; FRANCISCHINI, R. Investigação com crianças: a interface trabalho infantil e lúdico. In: **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. CRUZ, S. H. V. (Org.) São Paulo: 2008.

OLIVEIRA, L. S. **Perfis de infância no jornal *O Progresso***. Revista Cambiassu, ano XIX, n. 09, São Luís, 2011, p. 91-107.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**, 1989. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaseAdolescentes/tabid/77/ConteudoId/c17c8956-dc66-4aa7-9a93-776896a56a37/Default.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PINTO, M. J. **As marcas lingüísticas da enunciação**: esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numen, 1994.

_____. **Semiologia e imagem**. Trabalho apresentado na III Reunião Anual da COMPÓS, Campinas, SP, agosto, 1994a.

_____. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

_____. **Discurso e violência**. Semiosfera, Rio de Janeiro, v. Esp., 2003.

PONTE, C. **Crianças em notícias: A construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)**. Lisboa: ICS, 2005.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Grafhia Editorial, 1999.

RANGEL, P. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005.

REDI ANDI BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas**. 2. ed. Brasília: Rede Andi Brasil, 2011.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

RUBIM, A. A. C. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

SAMPAIO, I. **Imagens da Primeira Infância na Mídia**. Anais do I Simpósio Nacional “A Primeira Infância na Construção da Cultura de Paz”. São Paulo: 2004.

SANCHES, E. **Imprensa Escrita**. In: **Imperatriz: 150 anos**. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, 2002.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUSA, E. L. A experiência com a infância em uma comunidade camponesa na Paraíba. In: AREND, S. M. F.; PEREIRA, I.; SCHREINER, D. **Infâncias Brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TRAQUINA, N. **Teorias de Jornalismo: Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias de jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

UNESCO. **65 Ações da UNESCO em favor de todos os países do mundo**, UNESCO, Paris, 2011.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix/USP, 1980.

_____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

WEBER, M. Conceitos Sociológicos Fundamentais. Covilhã: Lusopress, 2010.

WOLF, M. Teorias das comunicações de massa. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.